

PLANO DE REQUALIFICAÇÃO

DO CENTRO DO RIO DE JANEIRO

DECRETO MUNICIPAL N° 48.348/2021

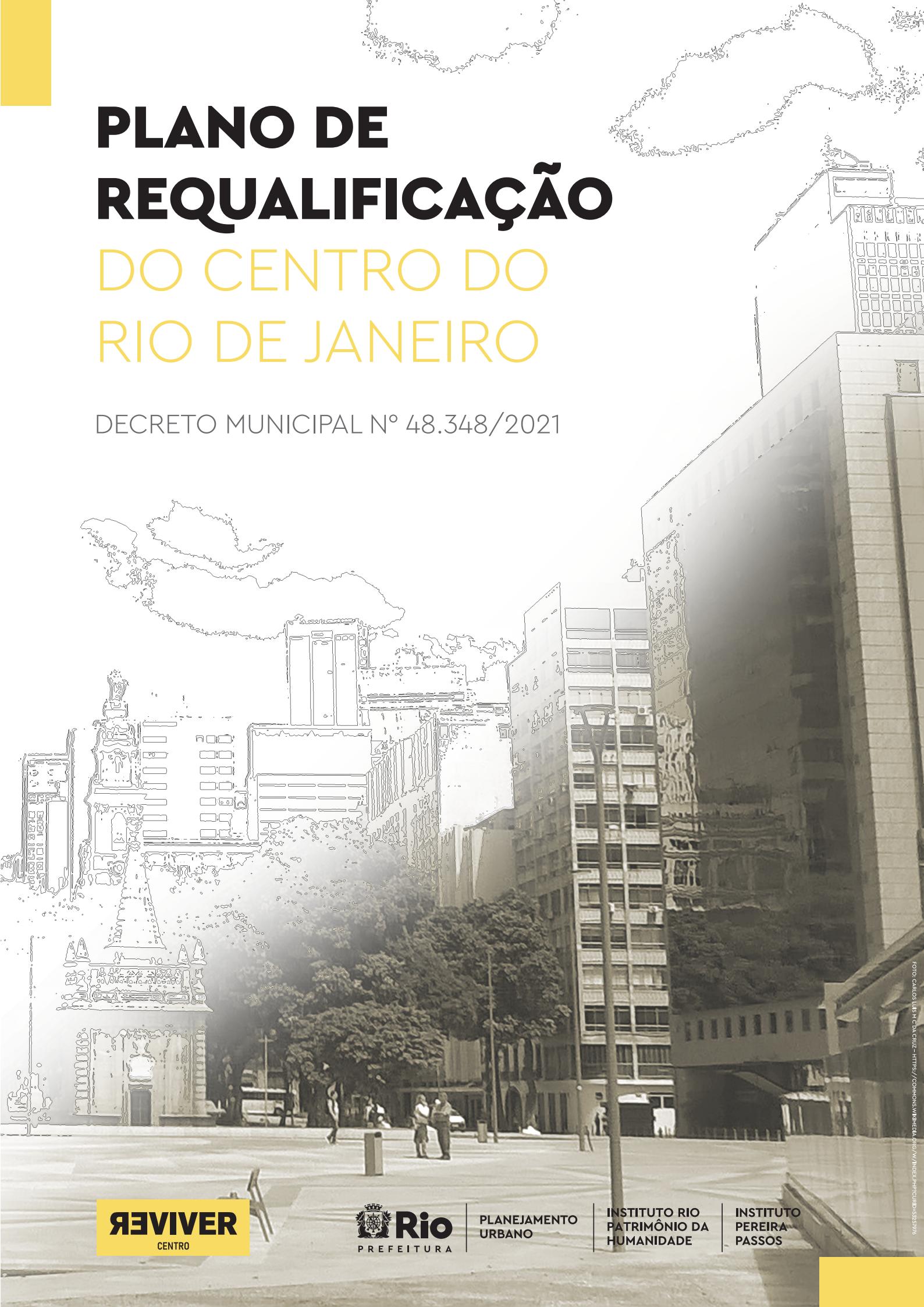


FOTO: CARLOS LIMA / CORREIO - <https://creativecommons.org/licenses/by-nd/4.0/>

REVIVER
CENTRO



Rio
PREFEITURA

PLANEJAMENTO
URBANO

INSTITUTO RIO
PATRIMÔNIO DA
HUMANIDADE

INSTITUTO
PEREIRA
PASSOS

REVIVER

CENTRO

PLANO DE REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO DO RIO DE JANEIRO

Decreto Municipal nº 48.348/2021



SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO
INSTITUTO RIO PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE

1. INTRODUÇÃO	1
2. OBJETIVOS	1
3. METODOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO DO PLANO	1
4. ORGANIZAÇÃO DA OPERAÇÃO	2
5. PLANO DE TRABALHO	6
5.1. Conservação do Espaço Público	6
5.1.1. Passeios Públicos	6
5.1.2. Mobiliário Urbano	9
5.1.3. Iluminação Pública	12
5.1.4. Limpeza urbana	13
5.1.5. Parques, Praças e Arborização Urbana	15
5.1.6. Drenagem Urbana	19
5.2. Mobilidade Urbana	21
5.2.1. Trânsito e Sistema Viário	21
5.2.2. Sistemas de Transportes	24
5.2.3. Vagas e Estacionamentos	25
5.3. Ordenamento Público	26
5.4. Segurança Pública	27
5.4.1. Guarda Municipal	27
5.4.2. Defesa Civil	28
5.5. Legislação e Licenciamento Urbano	29
5.6. Habitação	31
5.7. Gestão de Serviços Sediados em Equipamentos Públicos	32
5.7.1. Assistência Social	32
5.7.2. Educação	35
5.7.3. Cultura	40
6. EQUIPE DO GRUPO DE TRABALHO DE REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO	45

1. INTRODUÇÃO

O presente Plano de Requalificação do Centro do Rio de Janeiro foi desenvolvido a partir da publicação do Decreto nº 48.348 de 1º de janeiro de 2021, que instituiu o Grupo de Trabalho de Requalificação do Centro do Rio de Janeiro, abrangendo a I.R.A. - Portuária e II.R.A.

Este Grupo de Trabalho foi criado como parte integrante do Programa Reviver Centro, iniciado pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, que tem como objetivo promover melhorias no Centro do Rio de Janeiro, com foco, principalmente, no estímulo à produção de novas unidades habitacionais e atração de novos moradores.

Constituem o Programa Reviver Centro um pacote de legislações, dentre as quais leis e decretos que estabelecem novas regras urbanísticas e edilícias, além de incentivos fiscais. Também compõe o Projeto Reviver Centro o presente Plano de Requalificação, composto de um plano de ações intersetorial coordenado e uma carteira de propostas de projetos e programas.

O presente plano foi incumbido de estabelecer um plano de ações intersetorial coordenado no Centro, visando a recuperação, conservação e ordenamento do espaço público, trazendo melhorias que serão fundamentais para a atração de novos moradores a partir da produção de novas unidades residenciais. Além do plano de ações, a carteira de programas e projetos contida neste plano abrange as diversas áreas de atuação da Prefeitura do Rio de Janeiro, principalmente no que diz respeito à gestão do espaço público.

2. OBJETIVOS

O principal objetivo desse Plano de Requalificação é a melhoria dos serviços públicos prestados pela municipalidade na área de abrangência do Programa Reviver Centro, contribuindo dessa forma com a requalificação e melhor conservação do espaço e equipamentos públicos da região, aliados a um conjunto de propostas legislativas e regulamentadoras que, em conjunto, pretendem revitalizar a região central e incrementar a população residente na região.

3. METODOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO DO PLANO

O Grupo de Trabalho foi planejado com reuniões temáticas sobre os seguintes assuntos específicos: legislação urbanística, patrimônio cultural, assistência social, habitação, mobilidade urbana, conservação dos espaços públicos, segurança e (considerando a particularidade da gestão especial da área do Porto Maravilha pela CDURP) área portuária.

Os órgãos convidados a enviarem representantes ao GT foram: SMPU, IRPH, IPP, SMDEIS, SMFP, SME, SMH, SMAS, SMTR, CET-RIO, Rio Luz, SECONSERVA, Rio-Águas, FPJ, COMLURB, SEOP, Defesa Civil, GM-Rio, SMC, CDURP, PGM, Subprefeitura do Centro e GEL da II RA.

Em cada reunião temática, os órgãos cujas atribuições eram afetas ao tema da reunião foram convidados a apresentarem o trabalho que cada um desenvolve na região central, suas propostas de melhorias, ideias, programas e projetos para a área, além de ações emergenciais. Também foram

convidados a apresentar as dificuldades e problemas encontrados que dificultam a prestação de um serviço melhor para a população.

As reuniões foram gravadas e foram redigidas relatorias para cada uma, contendo as principais informações e questões abordadas.

Ao longo do processo, foi disponibilizado para todo o GT uma planilha onde os representantes dos órgãos puderam inserir informações em duas categorias:

- Ações Emergenciais: ações diretas e objetivas que poderiam ser realizadas em curto e médio prazos, com o objetivo de contribuir com a melhoria de conservação do espaço público e dos equipamentos públicos, realizar colaborações entre órgãos, melhorar a fiscalização, implementar coleta de dados e informações para o planejamento etc.

- Projetos e Programas: além das ações emergenciais propostas, compõem o Plano de Trabalho um conjunto de projetos e programas propostos pelos representantes dos órgãos envolvidos, de curto, médio e longo prazos que, da mesma forma, potencialmente podem colaborar com o Programa Reviver Centro, dentro dos objetivos do presente Plano de Trabalho.

Além dessas duas categorias, também foram identificadas as carências: diante da situação pela qual a cidade passa, ainda no período da pandemia de Covid-19, com altas taxas de desemprego e crise econômica, sem falar nas vítimas diretas e indiretas da doença, é importante destacar as principais carências com as quais os órgãos municipais se deparam para a implementação das melhorias a que se dispõe o Plano de Requalificação, como falta de mão-de-obra (qualificada ou não), restrições orçamentárias, falta de equipamentos e insumos etc.

Após o preenchimento das informações por parte dos órgãos representados no GT, foram realizadas reuniões de leitura, análise, complementação e integração das propostas, visando a redação de um plano coeso, factível e abrangente.

4. ORGANIZAÇÃO DA OPERAÇÃO

O presente Plano de Requalificação do Centro estabeleceu duas principais linhas de trabalho: ações emergenciais e proposta de projetos e programas. Embora cada órgão envolvido neste plano tenha pleno conhecimento das ações que precisam ser realizadas para requalificar o espaço público, a identificação de cada espaço ou elemento que precisa sofrer intervenção é, em muitos casos, desconhecida. Portanto, para que cada ação necessária seja identificada, serão realizadas vistorias individuais ou em conjunto, pelos órgãos operacionais, seguindo o cronograma estabelecido na Tabela 1.

A LC nº 101/2009 criou a Operação Urbana Consorciada - OUC da região do Porto do Rio de Janeiro (Mapa 1), na Área de Especial Interesse Urbanístico – AEIU que compreende um conjunto de intervenções estruturais por meio da ampliação, articulação e requalificação dos espaços livres de uso público da região, visando à melhoria da qualidade de vida de seus atuais e futuros moradores, e à sustentabilidade ambiental e socioeconômica da região. A Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto – CDURP foi criada pela LC nº 102/2009 para coordenar e gerenciar a OUC, sendo que a execução de obras e serviços foi delegada à Concessionária Porto Novo (via contrato de Parceria Público Privada). Atualmente, esse contrato está suspenso e a execução dos serviços está sendo realizada pelos órgãos da Prefeitura, sob a supervisão da CDURP.

Desta forma, a programação das vistorias de levantamento das ações necessárias foi estabelecida de forma diferenciada. Uma vez que a CDURP já realiza vistorias rotineiras de avaliação da qualidade dos serviços urbanos em espaço público, com metodologia própria, definiu-se que este trabalho não sofreria nenhuma alteração pelo projeto Reviver Centro, de forma que as informações pertinentes da área sob gestão da CDURP, seus problemas identificados e prazos para soluções, seriam informados diretamente pela CDURP, embora as ações, devido a suspensão do contrato da PPP, venham a ser realizadas pelos órgãos da PCRJ.



Mapa 1 - Área da OUC da Região do Porto do Rio, sob gestão direta da CDURP

Sendo assim, a área de abrangência deste Plano de Requalificação foi dividida em 2 grandes setores: “Centro” e “Região Portuária” que representam, respectivamente, grande parte da II R.A. sob gestão direta da PCRJ e parte da I R.A., sob gestão da CDURP (Mapa 1). O setor denominado “Centro”, por sua vez, foi subdividido em 19 subáreas (Mapa 2). Cada uma destas subáreas será vistoriada por cada um dos órgãos operacionais com o objetivo de levantar todas as ações emergenciais necessárias. Essas ações serão mapeadas e organizadas em Fichas de Vistoria (Imagem 1) que serão atualizadas ao passo que as soluções forem implementadas. O prazo previsto para cada órgão realizar as vistorias é de uma semana para cada uma das subáreas. Cada uma destas ações, a cargo de ser realizada por um ou mais órgãos em conjunto, terá prazo previsto para ser concluída, segundo agenda fornecida pelos próprios órgãos responsáveis pela ação. Os Gestores Executivos Locais, das I e II R.A. ficarão responsáveis pelo acompanhamento da realização destas ações.

O setor “Região Portuária”, sob gestão direta da CDURP, não sofreu subdivisões, uma vez que, conforme já mencionado, o órgão gestor possui metodologia própria de monitoramento. Dentro dos limites da AEIU Portuária, todas as subáreas serão vistoriadas e avaliadas pelos técnicos da CDURP como previsto na LC 102/2009. As propostas de ações, assim como o acompanhamento das mesmas, são escopo permanente da área técnica da Diretoria de Operações da CDURP. Cabe destacar que a metodologia de vistoria adotada pela CDURP é baseada num Sistema de Avaliação de Desempenho

dos Serviços e Obras Associadas no qual são avaliadas as não conformidades, indicados os prazos para execução, avaliados o nível de desempenho e indicados os meios de verificação.

REVIVER		CENTRO	ÁREA VISTORIADA	ÓRGÃO	DATA
AÇÃO A	ANTES	DEPOIS	DESCRIÇÃO		
	LOCAL PARA FOTO	LOCAL PARA FOTO	LOCAL	PRAZO	CONCLUIDA: <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
AÇÃO B	ANTES	DEPOIS	DESCRIÇÃO		
	LOCAL PARA FOTO	LOCAL PARA FOTO	LOCAL	PRAZO	CONCLUIDA: <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
AÇÃO C	ANTES	DEPOIS	DESCRIÇÃO		
	LOCAL PARA FOTO	LOCAL PARA FOTO	LOCAL	PRAZO	CONCLUIDA: <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO

Imagen 1 - Modelo de Ficha de Vistoria disponibilizada aos órgãos



Mapa 2 - Área de abrangência do Plano de Requalificação do Centro e subáreas de vistoria

Com o objetivo de alinhar e coordenar ações, além de corrigir possíveis desvios na execução do plano, serão realizadas, a partir de junho de 2021, reuniões periódicas com os representantes dos órgãos, podendo ocorrer reuniões extraordinárias, se for necessário. Essas reuniões também terão como objetivo a avaliação da operação em relação aos resultados alcançados.

Está prevista a publicação, mensalmente, a partir de julho de 2021, em versão digital, de um newsletter com um resumo das ações realizadas no último período.

Tabela 1 - Subáreas de vistorias do Setor Centro

Nº da Subárea	Nome da Subárea	Nº da Subárea	Nome da Subárea	Nº da Subárea	Nome da Subárea
01	Praça XV	08	Uruguaiana	15	Campo de Santana
02	Misericórdia	09	Cinelândia	16	Cruz Vermelha
03	Castelo	10	Passeio Público	17	Riachuelo
04	Centro Financeiro	11	Saara	18	Calouste
05	Carioca	12	Tiradentes	19	São Bento
06	Graça Aranha	13	Gomes Freire	-	-
07	Alfândega	14	Lapa	-	-

5. PLANO DE TRABALHO

A organização do Plano de Trabalho partiu da divisão das ações emergenciais, programas e projetos, segundo assuntos específicos, a saber: conservação do espaço público (subdividido em passeios públicos, mobiliário urbano e iluminação pública); limpeza urbana; parques, praças e arborização Urbana; drenagem urbana; mobilidade urbana (subdividido em sistema viário, trânsito e transportes, e vagas e estacionamentos); ordenamento público; segurança pública (subdividido em guarda municipal e defesa civil); legislação e licenciamento urbano; e gestão de equipamentos públicos.

5.1. Conservação do Espaço Público

A conservação do espaço público é serviço fundamental para a requalificação da região central da cidade. Tão importante quanto os projetos e obras urbanas que reformulam os passeios públicos, as vias carroçáveis, o mobiliário urbano, dentre outros elementos dispostos nos espaços públicos, são as ações frequentes e programadas de conservação. O investimento necessário para a realização de obras urbanas (muitas vezes realizadas quando o espaço público se encontra em péssimo estado de conservação) são sempre muito superiores aos investimentos necessários na conservação, capazes de manter o espaço público sempre em bom estado, atendendo às necessidades da população por longos períodos sem a demanda de altos investimentos. Um espaço público monitorado e conservado ao longo dos anos é uma ação de responsabilidade com o erário público e com a população.

Além disso, o espaço público bem conservado e com qualidade valoriza os imóveis, fazendo com que o capital privado por sua vez, também se interesse em investir nos imóveis da região, mantendo sua utilização e, por sua vez, a função social da propriedade urbana.

5.1.1. Passeios Públicos

Neste tópico do Plano de Trabalho são especificados as ações, planos e projetos para a recuperação e conservação dos passeios públicos da área de abrangência do Programa Reviver Centro. Não estão inclusos mobiliário urbano e iluminação pública, por exemplo, uma vez que tais temas, assim como outros, possuem tópico próprio.

São considerados, para efeito de melhorias nos passeios públicos, ações de conservação do calçamento e de elementos de acessibilidade.

Em grande parte da II RA o Órgãos responsáveis pela conservação dos passeios públicos é a SECONSERVA, entretanto, nos passeios fronteiriços aos lotes privados a conservação do passeio é de responsabilidade do proprietário do imóvel. Considerando a crise econômica e sanitária que assola o país, motivo que tem levado ao fechamento de diversos estabelecimentos, principalmente no Centro do Rio de Janeiro, o GT considerou inoportuna a notificação dos proprietários com a exigência de recuperação do passeio, enquanto durar a pandemia.

Plano de Trabalho - Centro

Ações Emergenciais:

A.PP.01 - Prioridade no atendimento das solicitações oriundas do 1746 para o Centro;

Órgãos responsáveis: SECONSERVA

A.PP.02 - Recomposição de passeios em pedra portuguesa e demais revestimentos em locais críticos, prioritariamente em canteiros centrais, largos e praças, de acordo com as necessidades identificadas nas vistorias a serem realizadas;

Órgãos responsáveis: SECONSERVA

A.PP.03 - Cobrar, em caráter de urgência, as concessionárias de serviços públicos para que essas façam as devidas correções em suas caixas, pv e tampões, de acordo com as necessidades identificadas nas vistorias a serem realizadas;

Órgãos responsáveis: SECONSERVA

Projetos e Programas:

P.PP.01 - Elaboração de projeto de rampas e travessias elevadas, entre outras soluções de acessibilidade, prioritariamente nas transversais da Avenida Rio Branco;

Órgãos responsáveis: SECONSERVA (coordenador) e CET-RIO

P.PP.02 - Curso de capacitação em calcetaria, prioritariamente para egressos do sistema prisional e servidores da SECONSERVA;

Órgãos responsáveis: SECONSERVA (coordenador) e IRPH

P.PP.03 - Projeto para execução de tapetes em pedra portuguesa identificando os locais mais significativos e emblemáticos do Império em função da comemoração dos 200 anos da Proclamação da Independência do Brasil;

Órgãos responsáveis: SECONSERVA (coordenador) e IRPH.

P.PP.04 - Projeto de recuperação dos passeios públicos

Órgãos responsáveis: IRPH (coordenador), SMPU/CP, SMPU, CET-RIO e SECONSERVA

P.PP.05 - Desenvolvimento de projeto que gere índices de custo por m² de operações, para que possa ser criada uma taxa a ser cobrada às concessionárias, de acordo com o custo das obras de recuperação do passeio público;

Órgãos responsáveis: SECONSERVA (coordenador)

P.PP.06 - Projeto de Requalificação do entorno da praça Tiradentes a partir de ações coordenadas entre os órgãos da prefeitura e intervenções de baixo custo, valorizando o patrimônio cultural e proporcionando qualidade e vivência do espaço protegido;

Órgãos responsáveis: IRPH (coordenador), SEOP, SECONSERVA, RIOLUZ, CET-RIO, FPJ, COMLURB.

P.PP.07 - Desenvolvimento de projetos para passeios públicos visando promover a acessibilidade universal, caminhabilidade, arborização, melhorias urbano-ambientais e apoio ao uso residencial.

Órgãos responsáveis: SMPU (coordenador), IRPH, CET-RIO E SECONSERVA.

Plano de Trabalho - Região Portuária

Ações Emergenciais:

A.PP.01 - Prioridade no atendimento das solicitações oriundas do 1746 e ouvidoria da CDURP (e-mail/redes sociais) para o Centro e encaminhando ao órgão responsável pelo reparo.

Órgão responsável: CDURP

A.PP.02 - Vistorias diárias em toda Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU) da Região Portuária. São verificadas as condições de passeio relativas aos danos na calçada, como buracos e afundamentos, registrando através de fotos a não conformidade e encaminhando ao órgão responsável pelo reparo;

Órgãos responsáveis: CDURP

A.PP.03 - Ações de Reparo: executar em condições que não provoquem risco ao usuário.

Órgãos responsáveis: CDURP e SECONSERVA

A.PP.04 - Padrão e nível de desempenho: não permanência de obstáculos que prejudiquem o conforto e a segurança dos usuários, mantendo o padrão da calçada existente.

Órgãos responsáveis: CDURP e SECONSERVA

A.PP.05 - Cobrar, em caráter de urgência, as concessionárias de serviços públicos para que essas façam as devidas correções em suas caixas, pv e tampões, de acordo com as necessidades identificadas nas vistorias a serem realizadas.

Órgãos responsáveis: CDURP e SECONSERVA

Projetos e Programas:

P.PP.08 - Projeto de Requalificação do entorno do Cais do Valongo, promovendo reflexão e conhecimento sobre o seu passado histórico, com a criação de Memorial da Herança Africana;

Órgãos responsáveis: IRPH (coordenador) e CDURP, FPJ e CET-Rio

P.PP.09 - Criação de identidade visual e marca para o Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana a partir de elementos visuais, mobiliário urbano e demarcação da linha no piso, conectando os pontos do circuito.

Órgãos responsáveis: IRPH (coordenador), CDURP

5.1.2. Mobiliário Urbano

O espaço público é dotado de diversos elementos de uso público denominados de mobiliários urbanos. São bancos, mesas, brinquedos, aparelhos de exercício físico, bicicletários, frades e outros elementos de uso público. A princípio, elementos como abrigos de ônibus, sinalização de trânsito, postes (iluminação pública) e lixeiras também compõem o conjunto de objetos denominados mobiliário urbano, mas estes, como integram outros sistemas de serviço público, serão abordados em tópicos próprios.

As boas condições e qualidade do mobiliário urbano é indispensável para uma cidade funcional e que atende às necessidades do uso do espaço público pela população. Eles devem ser adequados na execução de suas funções principais, ter durabilidade e, não menos, esteticamente devem dialogar com a paisagem urbana, sobretudo quando esta for protegida pelo Patrimônio Cultural.

Em toda a II RA a conservação do mobiliário urbano é dividida entre diversos órgãos, sendo o principal deles a SECONSERVA, exceto os objetos da limpeza urbana, tais como lixeiras e papeleiras, postes e elementos de iluminação pública e sinalização de trânsito e transportes, que estão sob a tutela de órgãos específicos destes temas.

Na Região Portuária, nos locais onde foram realizadas as obras de reurbanização, o mobiliário apresenta padrões diferenciados em relação ao restante da cidade, entretanto as ações de conservação, devido a suspensão do contrato da PPP, estão sendo realizadas pelos órgãos da PCRJ.

Com isso, descrevemos a seguir as ações e propostas de projetos, definidas pelo Grupo de Trabalho, para a qualificação do mobiliário urbano na área de abrangência do Projeto Reviver Centro.

Plano de Trabalho - Centro

Ações Emergenciais:

A.MU.01 - Prioridade no atendimento das solicitações oriundas do 1746 para o Centro;

Órgãos responsáveis: SECONSERVA

A.MU.02 - Prioridade no licenciamento de dispositivos (canteiros, jardineiras, frades etc);

Órgãos responsáveis: SECONSERVA

A.MU.03 - Remoção dos dispositivos irregulares, de acordo com as necessidades identificadas nas vistorias a serem realizadas;

Órgãos responsáveis: SECONSERVA

A.MU.04 - Instalação de dispositivos ausentes, de acordo com as necessidades identificadas nas vistorias a serem realizadas;

Órgãos responsáveis: SECONSERVA

A.MU.05 - Realização de obras de conservação, manutenção, limpeza e substituição do mobiliário urbano, tais como: bancos, brinquedos etc., retirada de orelhões desativados, notificação de concessionárias (relógios e totens publicitários etc.), de acordo com as necessidades identificadas nas vistorias a serem realizadas;

Órgãos responsáveis: SECONSERVA, COMLURB, SMFP

A.MU.06 - Realização de obras de conservação do mobiliário urbano, tais como: gradis de obras de arte especiais, passarelas, canais, vias e defensas metálicas, placas esmaltadas de identificação de logradouros em paredes e escadarias, de acordo com as necessidades identificadas nas vistorias a serem realizadas;

Órgãos responsáveis: SECONSERVA

A.MU.07 - Recomposição de passeios em pedra portuguesa e demais revestimentos em locais críticos, prioritariamente em canteiros centrais, largos e praças, de acordo com as necessidades identificadas nas vistorias a serem realizadas;

Órgãos responsáveis: SECONSERVA

Projetos e Programas:

P.MU.01 - Projeto de Recuperação de Monumentos Histórico da Cidade: elaboração de projetos de conservação, recuperação e restauração de monumentos e chafarizes;

Órgãos responsáveis: SECONSERVA (coordenador), IRPH e FPJ

Plano de Trabalho - Região Portuária

Ações Emergenciais:

A.MU.01 - Prioridade no atendimento das solicitações oriundas do 1746 e ouvidoria da CDURP (e-mail/redes sociais) para o Centro e encaminhando ao órgão responsável pelo reparo;

Órgãos responsáveis: CDURP e SECONSERVA

A.MU.02 - Prioridade no licenciamento de dispositivos (canteiros, jardineiras, frades etc.);

Órgãos responsáveis: CDURP e SECONSERVA

A.MU.03 - Remoção dos dispositivos irregulares, de acordo com as necessidades identificadas nas vistorias a serem realizadas;

Órgãos responsáveis: CDURP e SECONSERVA

A.MU.04 - Instalação de dispositivos ausentes, de acordo com as necessidades identificadas nas vistorias a serem realizadas;

Órgãos responsáveis: CDURP e SECONSERVA

A.MU.05 - Realização de obras de conservação, manutenção, limpeza e substituição do mobiliário urbano, tais como: bancos, brinquedos etc., retirada de orelhões desativados, notificação de concessionárias (relógios e totens publicitários etc.), de acordo com as necessidades identificadas nas vistorias a serem realizadas;

Órgãos responsáveis: CDURP, SECONSERVA, COMLURB e SMFP

A.MU.06 - Realização de obras de conservação do mobiliário urbano, tais como: gradis de obras de arte especiais, passarelas, canais, vias e defensas metálicas, placas esmaltadas de identificação de logradouros em paredes e escadarias, de acordo com as necessidades identificadas nas vistorias a serem realizadas;

Órgãos responsáveis: CDURP e SECONSERVA

A.MU.07 - Recomposição de passeios em pedra portuguesa e demais revestimentos em locais críticos, prioritariamente em canteiros centrais, largos e praças, de acordo com as necessidades identificadas nas vistorias a serem realizadas;

Órgãos responsáveis: CDURP e SECONSERVA

A.MU.08 - Vistorias diárias em toda Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU) da Região Portuária. São verificadas as condições Monumentos, mobiliário das praças, entre outros elementos públicos, em mau estado de conservação, registrando através de fotos a não conformidade e encaminhando ao órgão responsável pelo reparo;

Órgãos responsáveis: CDURP

Projetos e Programas:

P.MU.01 - Projeto de Recuperação de Monumentos Histórico da Cidade: elaboração de projetos de conservação, recuperação e restauração de monumentos e chafarizes;

Órgãos responsáveis: SECONSERVA (coordenador), IRPH, CDURP e FPJ

5.1.3. Iluminação Pública

A história da iluminação pública no Rio de Janeiro remonta ao final do século XVIII, quando foi inaugurada a iluminação pública à base de óleos vegetais e animais. Desde então a iluminação pública da cidade do Rio de Janeiro, assim como a das demais grandes cidades do mundo, vem acompanhando o desenvolvimento de novas tecnologias. A iluminação pública elétrica somente foi inaugurada na cidade na primeira década do século XX, desenvolvendo-se desde então, até as atuais lâmpadas de LED, mais econômicas e eficientes.

Plano de Trabalho - Centro

Ações Emergenciais:

A.IP.01 - Prioridade no atendimento das solicitações oriundas do 1746 para o Centro;

Órgãos responsáveis: RIOLUZ

A.IP.02 - Conservação do posteamento e luminárias, além substituição de lâmpadas queimadas por novas lâmpadas de LED, já iniciado e de acordo com as necessidades identificadas nas vistorias a serem realizadas;

Órgãos responsáveis: RIOLUZ

Projetos e Programas:

P.IP.01 - Programa de recuperação da Iluminação histórica do Centro do Rio, com a restauração do posteamento histórico em ferro fundido, inclusive arandelas, arcos e cordoalhas de iluminação, recompondo trechos onde haja ausência de elementos e inclusão desse tipo de iluminação em novos trechos do Centro Histórico - iniciado em fevereiro de 2021;

Órgãos responsáveis: IRPH (coordenador), RIOLUZ, SECONSERVA E II ADMINISTRATIVA CENTRO - GERÊNCIA EXECUTIVA LOCAL

P.IP.02 - Criação de um circuito histórico iluminado e realização de um workshop sobre Iluminação Pública em Centros Históricos para discutir a importância da iluminação na paisagem da cidade, e consolidação das informações técnicas para iluminação e valorização do patrimônio histórico protegido;

Órgãos responsáveis: IRPH (coordenador) e RIOLUZ

P.IP.03 - Elaboração de Masterplan de Iluminação do Centro Histórico, considerando a importância da iluminação para a qualificação do espaço urbano como importante instrumento para a efetiva proteção, potencializando a percepção do patrimônio e a permanência das pessoas nestes locais, respeitando suas especificidades. O Masterplan vai considerar a iluminação artística, a iluminação de monumentos e a iluminação histórica;

Órgãos responsáveis: IRPH (coordenador) e RIOLUZ

Plano de Trabalho - Região Portuária

Ações Emergenciais:

A.IP.01 - Prioridade no atendimento das solicitações oriundas do 1746 e ouvidoria da CDURP (e-mail/redes sociais) para o Centro e encaminhando ao órgão responsável pelo reparo;

Órgãos responsáveis: CDURP e RIOLUZ

A.IP.02 - Conservação do posteamento e luminárias, além substituição de lâmpadas queimadas por novas lâmpadas de LED, já iniciado e de acordo com as necessidades identificadas nas vistorias a serem realizadas;

Órgãos responsáveis: CDURP e RIOLUZ

A.IP.03 - Vistorias diárias em toda Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU) da Região Portuária. Serão verificadas, em vistorias diurnas, as condições dos elementos da iluminação pública com defeito ou deteriorados, e em vistorias noturnas, a eficácia da visibilidade das vias públicas e de pontos iluminados para valorização dos elementos existentes no local, como praças, monumentos e ciclovias, registrando através de fotos as não conformidades e encaminhando ao órgão responsável pelo reparo;

Órgãos responsáveis: CDURP

A.IP.04 - Ações e reparos: substituição e/ou reparo imediato de lâmpadas ou luminárias, de reatores e ignitores, de transformadores e redes de alimentação, de postes, de disjuntores ou fusíveis;

Órgãos responsáveis: RIOLUZ e CDURP

5.1.4. Limpeza urbana

A limpeza urbana da cidade do Rio de Janeiro é atribuição de uma única empresa pública: a COMLURB. Embora criada em 1975, a COMLURB é herdeira de um serviço que, historicamente, remonta até a empresa Aleixo Gary e Cia, que iniciou essa prestação de serviço à cidade ainda na segunda metade do século XIX.

Hoje, o serviço de limpeza urbana que a COMLURB promove na cidade envolve um grande leque de atribuições, no entanto, para efeito deste Plano de Requalificação do Centro, vamos abordar aqui: varrição das vias públicas, coleta e gestão de resíduos sólidos domiciliares, sanitização (combate à proliferação de doenças), lavagem de vias e calçadas e gestão de papeleiras públicas.

Plano de Trabalho - Centro

Ações Emergenciais:

A.LU.01 - Prioridade no atendimento às demandas oriundas do 1746 para o Centro;

Órgãos responsáveis: COMLURB

A.LU.02 - Identificação, conservação e substituição de papeleiras ausentes ou danificadas, de acordo com as vistorias a serem realizadas;

Órgãos responsáveis: COMLURB

A.LU.03 - Identificação de logradouros e trechos de logradouros que devem ter sua varrição e coleta de resíduos sólidos intensificada, de acordo com as vistorias a serem realizadas;

Órgãos responsáveis: COMLURB

A.LU.04 - Identificação de resíduos depositados irregularmente em logradouros e áreas públicas que deverão ser removidos e identificação das razões para o acúmulo de resíduos no local, de forma a sanar definitivamente o problema;

Órgãos responsáveis: COMLURB

A.LU.05 - Identificação e remoção de faixas, cartazes e pichações em bens públicos e fachadas de imóveis próprios municipais, de acordo com as vistorias a serem realizadas;

Órgãos responsáveis: COMLURB e SECONSERVA

Projetos e Programas:

P.LU.01 - Desenvolvimento de programa para criação de cooperativa de catadores de materiais recicláveis;

Órgãos responsáveis: SMAS (coordenador) e COMLURB

P.LU.02 - Desenvolvimento de Projeto para hierarquização de tonalidades das papeleiras em Áreas de Proteção Cultural, parques e outros locais (papeleiras cinzas, laranjas e verdes);

Órgãos responsáveis: COMLURB (coordenador) e IRPH

P.LU.03 - Desenvolvimento de projeto para ampliação da coleta seletiva no Centro, com prioridade para o Distrito de Baixa Emissão;

Órgãos responsáveis: COMLURB (coordenador) e SMFP/EPL

Plano de Trabalho - Região Portuária

Ações Emergenciais:

A.LU.01 - Prioridade no atendimento das solicitações oriundas do 1746 e ouvidoria da CDURP (e-mail/redes sociais), encaminhando ao órgão responsável pelo reparo;

Órgãos responsáveis: CDURP e COMLURB

A.LU.02 - Identificação, conservação e substituição de papeleiras ausentes ou danificadas, de acordo com as vistorias a serem realizadas;

Órgãos responsáveis: CDURP e COMLURB

A.LU.03 - Identificação de logradouros e trechos de logradouros que devem ter sua varrição e coleta de resíduos sólidos intensificada, de acordo com as vistorias a serem realizadas;

Órgãos responsáveis: CDURP e COMLURB

A.LU.04 - Identificação de resíduos depositados irregularmente em logradouros e áreas públicas que deverão ser removidos e identificação das razões para o acúmulo de resíduos no local, de forma a sanar definitivamente o problema;

Órgãos responsáveis: CDURP e COMLURB

A.LU.05 - Identificação e remoção de faixas, cartazes e pichações em bens públicos e fachadas de imóveis próprios municipais, de acordo com as vistorias a serem realizadas;

Órgãos responsáveis: CDURP, COMLURB e SECONSERVA

A.LU.06 - Vistorias diárias em toda Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU) da Região Portuária. São identificados como não conformidades: (1) o acúmulo de resíduos domiciliares e entulho nos logradouros; (2) deposição de detritos em áreas pavimentadas; (3) deposição de detritos e vegetação em canteiro central pavimentado; (4) deposição de detritos em parques, praças, passarelas, travessias de pedestres, paradas de coletivos e locais com grande concentração de pedestres; e (5) existência de animais mortos em vias, registrando através de fotos e encaminhando ao órgão responsável pelas providências;

Órgãos responsáveis: CDURP

5.1.5. Parques, Praças e Arborização Urbana

Neste tópico serão abordados todo o serviço que envolve projeto de implantação, recuperação, conservação, plantio e manutenção de áreas livres públicas como praças, parques, passeios e jardins, almejando a valorização e plantio de novas espécies vegetais nativas, a implementação de novas práticas ambientais, a ampliação das áreas permeáveis (fundamentais na renovação do lençol freático e na prevenção de inundações), como também a expansão das áreas verdes na cidade, auxiliando assim na redução das ilhas de calor e na redução da poluição urbana. As intervenções e planos para a requalificação da região central da cidade visam múltiplos benefícios como a melhoria da qualidade ambiental, provisão de serviços ecossistêmicos, bem-estar, dentre

outros; buscando atingir os objetivos do Plano de Desenvolvimento Sustentável - PDS e do Plano Diretor de Arborização Urbana - PDAU da cidade.

Plano de Trabalho - Centro

Ações Emergenciais:

A.AU.01 - Prioridade no atendimento das solicitações oriundas do 1746 para o Centro;

Órgãos responsáveis: FPJ e SECONSERVA

A.AU.02 - Substituição ou recomposição de golas de árvores, de acordo com as necessidades identificadas nas vistorias a serem realizadas;

Órgãos responsáveis: FPJ e SECONSERVA

A.AU.03 - Abertura do Campo de Santana e do Passeio Público à população com horário ampliado (das 6h às 17h) – Realizada em janeiro de 2021;

Órgãos responsáveis: FPJ

A.AU.04 - Estabelecimento de uma turma de jardineiros para trabalhos emergenciais em praças da Área Central – Iniciado em fevereiro de 2021;

Órgãos responsáveis: FPJ

A.AU.05 - Serviços de poda e jardinagem no Campo de Santana e Passeio Público – Iniciado em janeiro de 2021;

Órgãos responsáveis: FPJ

A.AU.06 - Acompanhamento da situação sanitária dos animais do Campo de Santana e Passeio Público – Iniciado em fevereiro de 2021;

Órgãos responsáveis: FPJ

A.AU.07 - Realização de poda, poda baixa de árvores e capina de jardins e canteiros, de acordo com as necessidades identificadas nas vistorias a serem realizadas;

Órgãos responsáveis: COMLURB e FPJ

A.AU.08 - Realização de novos plantios em golas de árvores vazias e outros locais, de acordo com as necessidades identificadas nas vistorias a serem realizadas;

Órgãos responsáveis: FPJ e SECONSERVA

Projetos e Programas:

P.AU.01 - Campanha para doação de instrumentos de trabalho para as turmas de campo – Iniciada em janeiro de 2021;

Órgãos responsáveis: FPJ (coordenador)

P.AU.02 - Estabelecimento de um sistema de plantão de sobreaviso da FPJ aos sábados e domingos – Iniciado em janeiro de 2021;

Órgãos responsáveis: FPJ (coordenador)

P.AU.03 - Ativação e levantamento de atividades comunitárias exercidas em praças e parques, como aulas de ginástica, dança e ioga, encontros etc. - Iniciado em março de 2021;

Órgãos responsáveis: FPJ (coordenador)

P.AU.04 - Programa de incentivo à arborização urbana no Centro;

Órgãos responsáveis: FPJ (coordenador)

P.AU.05 - Captar patrocínios e doações para a recuperação dos portões, gradis e guaritas do Campo de Santana e do Passeio Público – iniciada em fevereiro de 2021;

Órgãos responsáveis: FPJ (coordenador)

P.AU.06 - Elaboração de projeto de café público e sala multiuso para o Campo de Santana;

Órgãos responsáveis: FPJ (coordenador)

P.AU.07 - Elaboração de projeto para reurbanização da Praça Virgílio de Melo Franco;

Órgãos responsáveis: FPJ (coordenador) e RIO-ÁGUAS

P.AU.08 - Projeto de Revitalização da Av. Presidente Vargas: estudo de propostas integradas na mobilidade, na drenagem urbana (com alternativas sustentáveis) e na cobertura vegetal;

Órgãos responsáveis: FPJ (coordenador) e RIO-ÁGUAS

P.AU.09 - Projeto de manutenção e reconstrução dos vasos de ferro existentes;

Órgãos responsáveis: FPJ (coordenador)

P.AU.10 - Programa de incentivo à adotantes para áreas verdes do Centro – Iniciada em março de 2021;

Órgãos responsáveis: FPJ (coordenador)

P.AU.11 - Identificação e elaboração de projetos para áreas onde estão previstas praças em PAL que não foram implantadas e apresentam outros usos;

Órgãos responsáveis: FPJ (coordenador), SMUP; IPP; RioÁguas

P.AU.12 - Desenvolver Planos de Gestão das praças e parques históricos situados na região central (Campo de Santana, Passeio Público e Praça Paris);

Órgãos responsáveis: FPJ (coordenador) e SMPU

P.AU.13 - Implementar concessão das áreas verdes e públicas;

Órgãos responsáveis: FPJ (coordenador) e SMPU

P.AU.14 - Abertura e readequação do boulevard na Av. 13 de Maio ao lado do Teatro Municipal como espaço de permanência e contemplação;

Órgãos responsáveis: FPJ (coordenador)

P.AU.15 - Praça da Anistia - Projeto de reurbanização da praça - Revisão do projeto e implantação via licitação/concessão;

Órgãos responsáveis: FPJ (coordenador)

P.AU.16 - Requalificação das instalações de apoio do Campo de Santana;

Órgãos responsáveis: FPJ (coordenador), SECONSERVA, COMLURB

P.AU.17 - Revitalização da Praça Senador Salgado Filho por meio da recuperação do projeto original do paisagista Roberto Burle Marx;

Órgãos responsáveis: FPJ (coordenador), RIOLUZ

P.AU.18 - Criação e adaptação de praças e espaços públicos aumentando a oferta de espaços públicos da região, que deverão privilegiar sua utilização pela população, em especial moradores.

Órgãos responsáveis: SMPU (coordenador), IRPH, IPP, SPU, FPJ, SECONSERVA

Plano de Trabalho - Região Portuária

Ações Emergenciais:

A.AU.01 - Prioridade no atendimento das solicitações oriundas do 1746 e ouvidoria da CDURP (e-mail/redes sociais), encaminhando ao órgão responsável pela execução;

Órgãos responsáveis: CDURP, FPJ e SECONSERVA

A.AU.02 - Substituição ou recomposição de golas de árvores, de acordo com as necessidades identificadas nas vistorias a serem realizadas;

Órgãos responsáveis: CDURP, FPJ e SECONSERVA

A.AU.07 - Realização de poda, poda baixa de árvores e capina de jardins e canteiros, de acordo com as necessidades identificadas nas vistorias a serem realizadas;

Órgãos responsáveis: CDURP, COMLURB e FPJ

A.AU.08 - Realização de novos plantios em golas de árvores vazias e outros locais, de acordo com as necessidades identificadas nas vistorias a serem realizadas;

Órgãos responsáveis: CDURP, FPJ e SECONSERVA

A.AU.09 - Vistorias diárias em toda Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU) da Região Portuária. São identificados como não conformidades: (1) gramados não aparados; (2) existência de pragas e ervas daninha em áreas gramadas; (3) cobertura vegetal herbácea ou espécies arbóreas em passeios, canteiros centrais e nas faixas de rolamento das vias junto às sarjetas prejudicando o escoamento das águas, a rede elétrica, a segurança do usuário e o aspecto visual do local; (4) árvores e arbustos mal conservados; e (5) existência de árvores e arbustos mortos ou praguejados ou que representem perigo à segurança de tráfego, estruturas, linhas elétricas e/ou telefônicas, dutos, drenagem, etc., registrando através de fotos e encaminhando ao órgão responsável pelas providências;

Órgãos responsáveis: CDURP

5.1.6. Drenagem Urbana

A Cidade do Rio de Janeiro sofre há séculos com problemas relacionados à drenagem urbana. Localizada em uma região tropical, sujeita à bastante umidade e períodos de chuvas, a cidade do Rio de Janeiro foi construída poucos metros acima do nível do mar, com diversos rios, córregos e áreas naturalmente alagáveis que foram aterradas, além de aterros sobre lagoas e parte da Baía de Guanabara.

Essas características, geográficas e históricas, impõem grande desafio à cidade. Com as mudanças climáticas pelas quais o planeta vem passando, são esperados períodos de chuvas mais fortes e tempestuosos, intercalando com possíveis períodos de seca. Dessa forma, serão necessários cuidados e ações especiais tanto na prevenção de enchentes quanto na proteção dos recursos hídricos da cidade.

Esse trabalho de planejamento já vem sendo realizado com parcerias entre o Instituto Pereira Passos e a Fundação Rio-Águas, principal órgão que atua na gestão da drenagem urbana da cidade do Rio de Janeiro. É um trabalho de planejamento de longo prazo que demandará grande esforço público. Por hora, para efeito do Projeto Reviver Centro, tais planos não serão absorvidos pois são de outra ordem de prazo e grandeza, portanto, nos aterremos mais aos problemas básicos da microdrenagem urbana.

Plano de Trabalho - Centro

Ações Emergenciais:

A.DU.01 - Prioridade no atendimento das solicitações oriundas do 1746 para o Centro;

Órgãos responsáveis: COMLURB, SECONSERVA e RIO-ÁGUAS

A.DU.02 - Limpeza de ralos e ramais, de acordo com as necessidades identificadas nas vistorias a serem realizadas;

Órgãos responsáveis: SECONSERVA e COMLURB

A.DU.03 - Estabelecimento de rotina intensiva de limpeza e manutenção preventiva das galerias de águas pluviais, com prioridade para a Praça da República, Rua do Resende, Rua dos Inválidos, Avenida Passos e Região do Saara;

Órgãos responsáveis: SECONSERVA e RIO-ÁGUAS

A.DU.04 - Integração em situações de crises, urgências e emergências;

Órgãos responsáveis: SECONSERVA e COR-RIO

Projetos e Programas:

P.DU.01 - Mapeamento dos locais críticos para execução de intervenções visando a extinção de pontos de alagamento - Iniciado em janeiro de 2021;

Órgãos responsáveis: SECONSERVA (coordenador), COMLURB E RIO-ÁGUAS

P.DU.02 - Aprimoramento do Plano Verão (projeto ralo limpo) - a ser iniciado em novembro em 2021, com a limpeza dos ralos e galerias dos principais pontos de alagamento identificados;

Órgãos responsáveis: COMLURB (coordenador), SECONSERVA e RIO-ÁGUAS

P.DU.03 - Estudo para projeto de Jardins de chuva (abordagem ecológica do desenho da paisagem urbana): Potencialização da infiltração em canteiros especialmente preparados para este fim. Fundamental a adequação do espaço urbano às características de uma paisagem multifuncional;

Órgãos responsáveis: FPJ (coordenador) e RIO-ÁGUAS

P.DU.04 - Programa de incentivo à infraestrutura verde e azul, avaliar a possibilidade de mitigar alagamentos com técnicas focadas em soluções baseadas na natureza que visam promover a integração do sistema de drenagem com as áreas verdes;

Órgãos responsáveis: RIO-ÁGUAS (coordenador), SMAC, FPJ, SMPU, IRPH, SMI e SECONSERVA

P.DU.05 - Programa de incentivo a parcerias para implantação de soluções alternativas de drenagem;

Órgãos responsáveis: RIO-ÁGUAS (coordenador), SMAP, IRPH

Plano de Trabalho - Região Portuária

Ações Emergenciais:

A.DU.01 - Prioridade no atendimento das solicitações oriundas do 1746 e ouvidoria da CDURP (e-mail/redes sociais), encaminhando ao órgão responsável pelo reparo;

Órgãos responsáveis: CDURP, COMLURB, SECONSERVA e RIO-ÁGUAS

A.DU.02 - Limpeza de ralos e ramais, de acordo com as necessidades identificadas nas vistorias a serem realizadas;

Órgãos responsáveis: CDURP, SECONSERVA e COMLURB

A.DU.03 - Estabelecimento de rotina intensiva de limpeza e manutenção preventiva das galerias de águas pluviais;

Órgãos responsáveis: CDURP, SECONSERVA e RIO-ÁGUAS

A.DU.04 - Integração em situações de crises, urgências e emergências;

Órgãos responsáveis: CDURP, SECONSERVA e COR-RIO

A.DU.05 - Vistorias diárias em toda Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU) da Região Portuária. São identificados como não conformidades: (1) alagamento de faixa de rolamento após chuvas; (2) dispositivos de drenagem danificados, registrando através de fotos e encaminhando ao órgão responsável pelas providências;

Órgãos responsáveis: CDURP

Projetos e Programas:

P.DU.01 - Mapeamento dos locais críticos para execução de intervenções visando a extinção de pontos de alagamento - Iniciado em janeiro de 2021;

Órgãos responsáveis: CDURP (coordenador), SECONSERVA (co-coordenador), COMLURB E RIO-ÁGUAS

P.DU.02 - Aprimoramento do Plano Verão (projeto ralo limpo) - a ser iniciado em novembro em 2021, com a limpeza dos ralos e galerias dos principais pontos de alagamento identificados;

Órgãos responsáveis: CDURP (coordenador), COMLURB (co-coordenador), SECONSERVA e RIO-ÁGUAS

5.2. Mobilidade Urbana

A mobilidade urbana pode ser definida principalmente pela facilidade de deslocamento de bens e pessoas dentro do meio urbano. Contribuem para a qualidade, capacidade e eficiência da mobilidade urbana os sistemas de transporte coletivo, como ônibus, metrô, trens e VLT, o sistema viário e o sistema de trânsito, incluindo todos os modos ativos: pedestres e veículos de pequeno porte não poluentes.

5.2.1. Trânsito e Sistema Viário

Neste tópico serão abordadas as propostas de melhorias para o sistema viário dentro da área de abrangência do Projeto Reviver Centro, como sinalização gráfica horizontal e vertical, sistema semafórico, projetos de *traffic calming* e desenvolvimento do sistema de circulação de bicicletas.

Plano de Trabalho - Centro

Ações Emergenciais:

A.TS.01 - Prioridade no atendimento das solicitações oriundas do 1746 relacionadas a sinalização gráfica vertical e horizontal de trânsito;

Órgãos responsáveis: CET-RIO

A.TS.02 - Análise e revisão do funcionamento do sistema viário, incluindo sinalização gráfica horizontal e vertical, objetivando a melhoria da mobilidade, de acordo com as necessidades identificadas nas vistorias a serem realizadas;

Órgãos responsáveis: CET-RIO

A.TS.03 - Ações de reparo no asfalto das caixas de rolagem, e acordo com as necessidades identificadas nas vistorias a serem realizadas;

Órgãos responsáveis: SECONSERVA

Projetos e Programas:

P.TS.01 - Desenvolvimento de projeto de infraestrutura cicloviária em áreas com grande demanda, incluindo bicicletas de carga;

Órgãos responsáveis: CET-RIO (coordenador)

P.TS.02 - Estudo de priorização ao trânsito de pedestres, principalmente no centro histórico, incluindo identificação de vias com potencial para ampliação dos passeios, inclusive com restrição ao tráfego veicular, quando for indicado no estudo;

Órgãos responsáveis: CET-RIO (coordenador), IRPH, SMPU/CP e SMFP/EPL

P.TS.03 – Análise e desenvolvimento de projetos de Urbanismo Tático ou Moderação de Tráfego (*traffic-calming*) em vias com baixo tráfego veicular e intensa circulação de pedestres;

Órgãos responsáveis: CET-RIO (coordenador)

P.TS.04 - Estudo para estabelecimento de norma reguladora das estações de bicicletas nas Áreas de Proteção, reduzindo os impactos negativos dos painéis em LED;

Órgãos responsáveis: IRPH (coordenador), SEOP E SPA

P.TS.05 - Estudo e análise funcional dos pontos de táxi que acarretam restrições à circulação viária e dificuldades operacionais e relacionadas à fiscalização;

Órgãos responsáveis: SMTR (coordenador), CET-RIO, SEOP e GM-RIO

P.TS.06 - Estudo e análise dos tempos semafóricos nos principais corredores para a melhoria da segurança para o pedestre e fluidez viária;

Órgãos responsáveis: CET-RIO (coordenador)

Plano de Trabalho - Região Portuária

Ações Emergenciais:

A.TS.01 - Prioridade no atendimento das solicitações oriundas do 1746 e ouvidoria da CDURP (e-mail/redes sociais), encaminhando ao órgão responsável pela operação da sinalização gráfica vertical e horizontal de trânsito;

Órgãos responsáveis: CDURP e CET-RIO

A.TS.02 - Análise e revisão do funcionamento do sistema viário, incluindo sinalização gráfica horizontal e vertical, objetivando a melhoria da mobilidade, de acordo com as necessidades identificadas nas vistorias a serem realizadas;

Órgãos responsáveis: CDURP e CET-RIO

A.TS.03 - Ações de reparo no asfalto das caixas de rolagem, e acordo com as necessidades identificadas nas vistorias a serem realizadas;

Órgãos responsáveis: CDURP e SECONSERVA

A.TS.04 - Vistorias diárias em toda Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU) da Região Portuária. São identificados como não conformidades: (1) sinalização Horizontal Suja ou Apagada; (2) tachas e tachões refletivos sujos e/ou baixa visibilidade; (3) balizadores e delineadores sujos ou deteriorados; (4) sinalização vertical (de solo e aérea) e dispositivos de sinalização de alerta sujos, deteriorados e/ou apagados; e (5) sinalização semafórica defeituosa, registrando através de fotos e encaminhando ao órgão responsável pelas providências.

Órgãos responsáveis: CDURP

Projetos e Programas:

P.TS.01 - Desenvolvimento de projeto de infraestrutura cicloviária em áreas com grande demanda, incluindo bicicletas de carga;

Órgãos responsáveis: CET-RIO (coordenador), SMFP/EPL e CDURP

P.TS.02 - Estudo de priorização ao trânsito de pedestres, principalmente no centro histórico, incluindo identificação de vias com potencial para ampliação dos passeios, inclusive com restrição ao tráfego veicular, quando for indicado no estudo;

Órgãos responsáveis: CET-RIO (coordenador), CDURP, IRPH, SMPU/CP e SMFP/EPL

P.TS.03 – Análise e desenvolvimento de projetos de Urbanismo Tático ou Moderação de Tráfego (*traffic-calming*) em vias com baixo tráfego veicular e intensa circulação de pedestres;

Órgãos responsáveis: CET-RIO (coordenador) e CDURP

P.TS.04 - Estudo para estabelecimento de norma reguladora das estações de bicicletas nas Áreas de Proteção, reduzindo os impactos negativos da publicidade em LED;

Órgãos responsáveis: IRPH (coordenador), SEOP E SPA

P.TS.05 - Estudo e análise funcional dos pontos de táxi que acarretam restrições à circulação viária e dificuldades operacionais e relacionadas à fiscalização;

Órgãos responsáveis: SMTR (coordenador), CDURP, CET-RIO, SEOP e GM-RIO

P.TS.06 - Estudo e análise dos tempos semafóricos nos principais corredores para a melhoria da segurança para o pedestre e fluidez viária;

Órgãos responsáveis: CET-RIO (coordenador) e CDURP

5.2.2. Sistemas de Transportes

Fazem parte do sistema de transporte os sistemas metroferroviários: trens, metrô e VLT, o sistema rodoviário: ônibus e o sistema de transporte complementar: vans, táxis, escolar e fretamento. Entretanto, tanto a Supervia, que opera o sistema urbano de passageiros, quanto o Metrô Rio, que opera o metrô, são concessões do Governo do Estado. Cabe à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro a gestão do sistema de ônibus urbano, sistema de transporte complementar e o sistema do VLT.

Plano de Trabalho - Centro e Região Portuária

Ações Emergenciais:

A.ST.01 - Fiscalização das linhas que estão descumprindo o itinerário;

Órgãos responsáveis: SMTR

A.ST.02 - Restrição e fiscalização de tráfego de ônibus sobre os trilhos do VLT na Av. Marechal Floriano;

Órgãos responsáveis: SMTR

A.ST.03 - Fiscalização da operação do VLT;

Órgão responsável: CDURP

A.ST.04 - Fiscalização das condições de via permanente e mobiliários de paradas e estações;

Órgão responsável: CDURP

Projetos e Programas:

P.ST.01 - Georreferenciamento dos pontos de parada com cadastro de informações dos abrigos, da qualidade dos elementos físicos da via e da calçada aliados à acessibilidade e mobilidade urbana visando a melhoria, a manutenção e qualidade dos pontos de parada;

Órgãos responsáveis: SMTR (coordenador) e SECONSERVA

P.ST.02 - Implantação do Projeto de Requalificação do entorno da Central do Brasil;

Órgãos responsáveis: SMPU (coordenador), IRPH, SMTR, CET-RIO, CDURP, SETRANS, VLT Carioca, Câmara Metropolitana de Integração Governamental RJ, Metrô-Rio, Rio Trilhos, Supervia, Coderte, SMH, Central, Detro, Rio Terminais

P.ST.03 - Substituição das sinalizações dos pontos de parada, com o informativo das linhas do grupamento BRS;

Órgãos responsáveis: SMTR (coordenador) e CET-RIO

P.ST.04 - Sistema próprio de Monitoramento das linhas do Sistema de Transporte Público por ônibus (SPPO);

Órgãos responsáveis: SMTR (coordenador)

5.2.3. Vagas e Estacionamentos

Um dos maiores problemas à mobilidade urbana é o uso excessivo do automóvel particular, sendo um dos principais responsáveis pelos grandes congestionamentos dos centros urbanos, encarecendo o transporte e contribuindo com o aumento da poluição urbana.

Neste tópico abordaremos o sistema de vagas e estacionamentos no Centro, com foco na redução do estímulo ao uso do automóvel particular.

Plano de Trabalho - Centro e Região Portuária

Ações Emergenciais:

A.VE.01 - Prioridade no atendimento das solicitações oriundas do 1746 para o Centro;

Órgãos responsáveis: SEOP, SMTR e CET-RIO

A.VE.02 - Intensificação da fiscalização de vagas e estacionamentos delimitados pela CET-RIO e pela SMTR com aplicação de multas administrativas relativas a infrações do Código de Posturas da Cidade;

Órgãos responsáveis: GM-RIO.

A.VE.03 - Intensificação da fiscalização e remoção de veículos estacionados em local proibido, com prioridade para as denúncias relativas à área de abrangência do Projeto Reviver Centro;

Órgãos responsáveis: SEOP

Projetos e Programas:

P.VE.01 - Cadastro e georreferenciamento dos pontos de táxi, estacionamentos diversos, Rio Rotativo, vagas para carga e descarga para facilitar as ações fiscalizatórias e melhor detecção dos estacionamentos irregulares;

Órgãos responsáveis: SMTR (coordenador)

P.VE.02 - Análise e revisão do uso das áreas de estacionamento dispostas junto ao meio fio com consequente atualização das portarias, objetivando a otimização do uso do espaço público;

Órgãos responsáveis: CET-RIO (coordenador)

P.VE.03 - Estudo para criação de bolsões de vagas de embarque e desembarque nas proximidades das regiões de comércio popular (SAARA);

Órgãos responsáveis: CET-RIO (coordenador) e IRPH

5.3. Ordenamento Público

Neste tópico serão abordadas as propostas para melhoria das políticas de utilização do espaço público, incluindo as concessões de uso desse espaço para entes privados, como bancas de jornal, ambulantes, feirantes e a disposição de mesas e cadeiras em passeios por bares e restaurantes.

Plano de Trabalho - Centro e Região Portuária

Ações Emergenciais:

A.OP.01 - Prioridade no atendimento das solicitações oriundas do 1746 para o Centro, principalmente no que diz respeito ao descumprimento das regras de isolamento social por conta da pandemia de Covid-19;

Órgãos responsáveis: SEOP e GM-RIO

A.OP.02 - Intensificação na fiscalização do comércio, bancas de jornal, ambulantes, mesas e cadeiras em logradouros públicos e publicidade, de acordo com as necessidades identificadas nas vistorias a serem realizadas;

Órgãos responsáveis: SEOP

A.OP.03 - Prioridade na concessão de autorizações ou matrículas e permissões daqueles que exercem atividade nas feiras livres, móveis, orgânicas e congêneres;

Órgãos responsáveis: SEOP

A.OP.04 - Intensificação da fiscalização e coordenação das atividades autorizadas exercidas em áreas públicas por feirantes, expositores, ambulantes e feiras de ambulantes, impondo medidas administrativas necessárias à eventual correção de desvios e irregularidades existentes;

Órgãos responsáveis: SEOP

Projetos e Programas:

P.OP.01 - Organização de cursos e palestras de orientação aos ambulantes, com disponibilização dos "vazios viáveis" para ambulantes a serem preenchidos;

Órgãos responsáveis: SEOP (coordenador)

P.OP.02 - Estudo para disponibilização de novos espaços e horários para a realização de outras feiras livres na região do Centro, atendendo à demanda dos feirantes e como forma de incentivo ao uso residencial no Centro;

Órgãos responsáveis: SEOP (coordenador)

5.4. Segurança Pública

Neste tópico serão abordadas as principais ações da Prefeitura do Rio de Janeiro na segurança pública, que inclui os serviços de proteção ao cidadão e aos bens públicos no Centro. Neste aspecto, temos três principais órgãos que atuam nesse sentido: a Guarda Municipal, a SEOP e a Defesa Civil.

5.4.1. Guarda Municipal

Embora as políticas de segurança pública sejam de atribuição do Governo do Estado, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro conta com uma Guarda Municipal que tem, como sua principal atribuição, promover a sensação de segurança nos espaços públicos. A Guarda Municipal atua coibindo pequenos delitos, na fiscalização do sistema de trânsito, além de também fiscalizar e assegurar a conservação dos bens públicos, tais como edifícios históricos, monumentos, mobiliário urbano e demais elementos públicos que contribuem com o aumento da qualidade urbana.

Plano de Trabalho - Centro e Região Portuária

Ações Emergenciais:

A.GM.01 - Intensificação das fiscalizações da qualidade do espaço público e do mobiliário urbano, contribuindo com os órgãos responsáveis pela sua manutenção;

Órgãos responsáveis: GM-RIO

A.GM.02 - Aumento do efetivo na região do Centro, permitindo o aumento da sensação de segurança;

Órgãos responsáveis: GM-RIO

A.GM.03 - Intensificação da presença da Guarda Municipal nas subáreas do Plano Reviver Centro, segundo o cronograma de vistorias, garantindo o aumento da sensação de segurança;

Órgãos responsáveis: GM-RIO

5.4.2. Defesa Civil

A Defesa Civil é um órgão municipal com a missão de evitar ou minimizar desastres e acidentes. Para incentivar a cultura da prevenção na sociedade carioca pela mudança de comportamento, de modo que não seja uma sociedade de resposta reativa e sim proativa e resiliente, realizando ações preventivas de conscientização e orientação da população e atuando na resposta a desastres tanto na normalidade (antes dos desastres) como na anormalidade (na iminência, durante e logo após os desastres), dando preferência e ênfase nas ações antes dos desastres. Atua em toda a cidade, dando prioridade a locais e/ou pessoas mais vulneráveis.

Plano de Trabalho - Centro e Região Portuária

Ações Emergenciais:

A.DC.01 - Realização de vistorias conjuntas com os diversos órgãos fiscalizadores afins, para dar celeridade a procedimentos administrativos como notificações e interdições em edificações que apresentem risco aos usuários e pedestres, de acordo com seleção prévia dos imóveis com base em informações fornecidas pela Defesa Civil e analisadas conjuntamente com o IRPH;

Órgãos responsáveis: Defesa Civil, SEOP, SECONSERVA, SMDEIS e IRPH

Projetos e Programas:

P.DC.01 - Criação dos SESCORA, programa de escoramento de edifícios em risco de desabamento que sejam protegidos pelo patrimônio cultural municipal, evitando-se o colapso das estruturas e a perda de elementos de valor histórico e artístico;

Órgãos responsáveis: IRPH (coordenador), SMPU, SECONSERVA, SMDEIS e Defesa Civil

P.DC.02 - Desenvolvimento de projeto que gere índices de custo por m² de operações, para que possa ser criada uma taxa a ser cobrada ao infrator de acordo com o custo da operação de demolição de obras irregulares;

Órgãos responsáveis: SECONSERVA (coordenador), SEOP e GM-RIO

P.DC.03 - Regulamentação da Lei Federal 13.465/2017 para agilizar a arrecadação de imóveis abandonados e em mau estado de conservação;

Órgãos responsáveis: IRPH (coordenador), SMFP, SMDEIS, SMH e PGM

P.DC.04 - Estabelecimento de um sistema de monitoramento do estado de conservação dos imóveis protegidos pelo patrimônio cultural;

Órgãos responsáveis: IRPH (coordenador), Defesa Civil e IPP

5.5. Legislação e Licenciamento Urbano

Um dos principais objetivos do Projeto Reviver Centro é o incremento da população residente na área central da cidade do Rio de Janeiro. Embora esse Plano de Requalificação tenha dedicado-se principalmente à conservação e melhorias para o espaço público da área de abrangência do projeto, é nos espaços privados que pretendemos observar, ao longo dos próximos anos, um aumento no número de moradias e residentes na área central. Portanto, o licenciamento das obras civis é fundamental no desempenho do projeto.

Além disso, são realizadas obras em vias públicas por diversos agentes como as operadoras de telefonia, empresas e concessionárias que prestam serviços, como o de distribuição de gás, abastecimento de água e de esgotamento sanitário. Para essas obras também é necessário o licenciamento urbano, sob responsabilidade da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro.

Plano de Trabalho - Centro e Região Portuária

Projetos e Programas:

P.LL.01 - Estudo de viabilidade técnica para a Criação de um Comitê de Licenciamento de obras em vias públicas (*fast track*) para os processos administrativos do Centro, com o intuito de reunir os órgãos envolvidos periodicamente para análise conjunta e elaboração de uma lista única de exigências, acelerando o processo de licenciamento e consequentemente a realização das obras;

Órgãos responsáveis: IRPH (coordenador), SMDEIS, SECONSERVA, CET-RIO e SEOP

P.LL.02 - Criação ou recuperação das recomendações específicas do padrão de qualidade das calçadas e pavimentos das áreas de proteção cultural;

Órgãos responsáveis: SECONSERVA (coordenador) e IRPH

P.LL.03 - Restauração da Comissão de Licenciamento de obras em imóveis particulares, acelerando o processo de licenciamento e consequentemente a realização das obras;

Órgãos responsáveis: IRPH (coordenador), SMFP e SMDEIS

P.LL.04 - Elaboração de um Programa de Prevenção de Incêndios, sobretudo no Centro Histórico que frequentemente sofre com incêndios, incluindo o desenvolvimento de um "Manual de Prevenção à incêndios em edifícios históricos";

Órgãos responsáveis: IRPH (coordenador), SUBPDEC, SMFP, SMDEIS, CBMERJ, GEL - CENTRO

P.LL.05 - Elaboração de nova edição e modelo de Edital do Pró-APAC, programa de fomento à recuperação de edifícios protegidos pelo Patrimônio Cultural, com prioridade para o Centro;

Órgãos responsáveis: IRPH (coordenador), SMFP, SMDEIS e PGM

P.LL.06 - Regulamentação do Fundo de Conservação do Patrimônio Cultural, como forma de subsidiar projetos e programas de recuperação do patrimônio cultural protegido;

Órgãos responsáveis: IRPH (coordenador), SMFP, SMDEIS e PGM

P.LL.07 - Encaminhar à CMRJ o PLC Reviver Centro, que inclui uma série de incentivos para a reconversão e construção de novas unidades residenciais no Centro;

Órgãos responsáveis: SMPU (coordenador), IRPH, SMH, IPP

P.LL.08 - Elaboração de "Manual de Instruções" para orientar o cidadão quanto ao licenciamento de obras;

Órgãos responsáveis: SMPU (coordenador), SMDEIS, SECONSERVA, FPJ e IRPH

P.LL.09 - Criação de um Gabinete do Centro com órgãos de serviços públicos e sociedade civil;

Órgãos responsáveis: SMPU (coordenador), SECONSERVA, SEOP, GEL CENTRO, SUBPREFEITURA CENTRO, COMLURB, CET-RIO, FPJ, IRPH, SMAS, GM e RIOLUZ

P.LL.10 - Distrito de Baixa Emissão.

Órgãos responsáveis: SMFP/SUBPAR/EPL (coordenador), SMAC, SMPU, SMTR, SME, FPJ, SMI, SECONSERVA, CET-RIO, COMLURB e IPP

5.6. Habitação

A Secretaria Municipal de Habitação (SMH) tem por objetivo promover o acesso à moradia em áreas infraestruturadas, providas de transporte e de equipamentos públicos, além de fomentar novas alternativas habitacionais. Na Área Central, as ações visam à intensificação do uso habitacional, seja por meio da reabilitação de imóveis subutilizados ou pela disponibilização de novas modalidades habitacionais, como o programa de Assistência Técnica e Melhorias Habitacionais e o programa de Locação Social, a serem modelados e implementados até 2024.

Os imóveis municipais localizados na Área Central foram desapropriados ao longo das duas últimas décadas para produção de habitação de interesse social (HIS) e vêm sendo trabalhados, por meio da regularização da propriedade em nome do Município do Rio de Janeiro (MRJ), do desenvolvimento de projetos arquitetônicos e do licenciamento nos órgãos competentes, com o objetivo final de produção de HIS e recomposição do tecido urbano.

A maior parte dos imóveis da SMH está situada na I.R.A. (Portuária), região de abrangência da Área de Proteção do Ambiente Construído – APAC SAGAS, englobando os bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo. Os próprios municipais com a situação registrária resolvida, e projetos de arquitetura prontos, estão situados na I.R.A. e o objetivo é promover Chamamentos Públicos, no âmbito do programa habitacional federal Casa Verde e Amarela (PCVA), no Grupo Urbano 2 - GURB 2 (destinado a famílias com renda bruta mensal de R\$ 2.000,01 até R\$ 4.000,00), uma vez que as características de preservação de fachadas e telhado em APAC indicam este GURB 2, em função da capacidade financeira para manutenção do imóvel.

Dentre os desafios existentes ao longo do processo de planejamento e projeto para provisão de HIS na Área Central, ressaltamos os seguintes: (a) dimensões reduzidas dos lotes e pequeno aproveitamento habitacional; (b) mau estado de conservação dos imóveis e situação fundiária complexa; (c) custo elevado para execução das fachadas e telhados nas APAC; (d) alto valor dos terrenos e (e) recursos para o financiamento das obras de provisão de HIS.

Plano de Trabalho - Centro e Região Portuária

Projetos e Programas:

P.HA.01 - Realização de Chamamentos Públicos, no âmbito do Programa Casa Verde e Amarela - PCVA, Grupo Urbano 2 - GURB 2 (destinado a famílias com renda bruta mensal de R\$ 2.000,01 até R\$ 4.000,00), visando à seleção de empresa construtora para edificar unidades habitacionais de interesse social em imóveis municipais na I.R.A. (Portuária), inseridos na APAC SAGAS, nos bairros da Gamboa e Saúde.

Órgão responsável: SMH

P.HA.02 - Produção de habitação em imóveis públicos ociosos, estabelecendo parcerias com órgãos públicos grandes detentores de imóveis da II RA para construção e/ou reconversão de edifícios residenciais.

Órgãos responsáveis: SMPU e SMH (coordenadores), IPP, SMPF, IRPH

5.7. Gestão de Serviços Sediados em Equipamentos Públicos

Dentre os órgãos participantes deste Grupo de Trabalho, há três que não prestam serviços de conservação dos espaços públicos, entretanto, são responsáveis por equipamentos públicos que prestam serviços essenciais para a população.

A Secretaria Municipal de Educação (SME) é responsável pelas escolas, creches e outros equipamentos educacionais; a Secretaria Municipal de Cultura (SMC) é responsável por museus, centros culturais e outros equipamentos de cultura e; a Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) é responsável por equipamentos diversos de assistência social.

Neste tópico serão listados os referidos equipamentos sob a tutela destes órgãos, suas características principais, além de propostas dos próprios órgãos gestores para estes equipamentos ou projetos e programas ligados à suas competências para a região.

5.7.1. Assistência Social

A Proteção Social no Brasil no âmbito da Assistência Social encontra-se assegurada na Constituição Federal de 1988 como uma política pública integrada à seguridade social e inscrita na Lei Orgânica da Assistência Social, como direito do cidadão e dever do estado, que deve provê os mínimos sociais através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (Artigo 1º, LOAS, 1993). A Política Nacional de Assistência Social, implementada em 2004, inaugurou um novo debate no campo da política de assistência, incorporando a proteção social como um tema central de suas ações, instituindo o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), definindo asseguranças afiançadas, a territorialização das ações e a matricialidade sociofamiliar como eixos estruturantes do Sistema.

As desigualdades sociais refletidas, sobretudo em diferenças de acesso, devem ser partes constitutivas do planejamento e elaboração da política de atendimento, neste caso, tendo o município como célula, localizando a descentralização político-administrativa enquanto base do SUAS.

A Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS, órgão vinculado à estrutura da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, é um órgão executor da Política Pública de Assistência Social da Cidade do Rio de Janeiro e tem suas ações orientadas pelas diretrizes que regem e organizam as ações e serviços ofertadas no território.

Plano de Trabalho - Centro e Região Portuária

Equipamentos públicos da SMAS na área de abrangência do Projeto Reviver Centro:

1. Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Dodô Da Portela

Endereço: Avenida Marechal Floriano, 191, 2º andar - Centro

Serviços prestados: atendimento social, acompanhamento familiar e Cadastro Único.

Horário de funcionamento: segunda a sexta feira, das 8 às 17 horas.

Problemas e dificuldades a serem resolvidos: infraestrutura e manutenção

2. Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Prof. Ismênia Lima Martins

Endereço: Rua da Alfândega, 114 – Centro

Serviços prestados: atendimento social, acompanhamento familiar e Cadastro Único.

Horário de funcionamento: segunda a sexta feira, das 8 às 17 horas.

Problemas e dificuldades a serem resolvidos: infraestrutura e manutenção

3. Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) Simone de Beauvoir

Endereço: Rua República do Líbano, nº 54 – Centro

Serviços prestados: atendimento a famílias e indivíduos que vivenciam violações de direitos por ocorrência de: violência física, psicológica e negligência; violência sexual (abuso e/ou exploração sexual); afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida socioeducativa ou medida de proteção; tráfico de pessoas; situação de rua e mendicância; abandono; vivência de trabalho infantil; discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia; outras formas de violação de direitos decorrentes de discriminação/submissões a situações que provocam danos e agravos à sua condição de vida e os impedem de usufruir autonomia e bem estar; descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família em decorrência de violação de direitos.

Horário de funcionamento: de segunda a sexta feira, das 8 às 17 horas.

Problemas e dificuldades a serem resolvidos: infraestrutura e manutenção.

4. Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro POP) Bárbara Calazans

Endereço: Rua República do Líbano, nº 54 – Centro

Serviços prestados: serviço ofertado para pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência. Tem a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares, que oportunizem a construção de novos projetos de vida.

Horário de funcionamento: de segunda a sexta feira, das 8 às 17 horas.

Problemas e dificuldades a serem resolvidos: infraestrutura e manutenção

5. Centro Provisório de Acolhimento 1 (CPA1) Hotel Girassol

Endereço: Rua Mem de Sá, 85 - Lapa

Serviços prestados: acolhimento institucional provisório e excepcional, com o objetivo geral de acolher indivíduos e famílias, garantindo proteção integral.

Horário de funcionamento: Sete dias por semana, com funcionamento 24 horas.

Público: Misto/Idosos

Meta: 60 idosos

Problemas e dificuldades a serem resolvidos: infraestrutura e manutenção.

6. Centro Provisório de Acolhimento 2(CPA 2) Hotel Cruz de Ouro

Endereço: Rua do Senado, 274 – Centro

Serviços prestados: acolhimento institucional provisório e excepcional, com o objetivo geral de acolher indivíduos e famílias, garantindo proteção integral.

Horário de funcionamento: Sete dias por semana, com funcionamento 24 horas.

Público: Masculino/Adulto

Meta: 174 pessoas

Problemas e dificuldades a serem resolvidos: infraestrutura e manutenção.

7. Centro Provisório de Acolhimento 3 (CPA 3) Hotel Puma

Endereço: Rua Sacadura Cabral, 43 – Saúde

Serviços prestados: acolhimento institucional provisório e excepcional, com o objetivo geral de acolher indivíduos e famílias, garantindo proteção integral.

Horário de funcionamento: Sete dias por semana, com funcionamento 24 horas.

Público: Masculino/Adulto

Meta: 120 pessoas

Problemas e dificuldades a serem resolvidos: infraestrutura e manutenção.

8. Centro Provisório de Acolhimento 4 - LGBT+ (CPA 4) Hotel Santa Comba

Endereço: Rua Tenente Possolo, 49 – Centro

Serviços prestados: acolhimento institucional provisório e excepcional, com o objetivo geral de acolher indivíduos e famílias, garantindo proteção integral.

Horário de funcionamento: Sete dias por semana, com funcionamento 24 horas.

Público: LGBT+

Meta: 40 pessoas

Problemas e dificuldades a serem resolvidos: infraestrutura e manutenção.

Projetos e Programas:

P.AS.01 - Implementação do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento para fins de elaboração do Plano Municipal Intersetorial para população carioca em situação de rua;

Órgãos responsáveis: SMAS (coordenadores), SME, SMS, SMPU, SMEDI, SMCMA, SMGV, SMC, Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, Defensoria Pública da União

P.AS.02 - Ampliação do escopo do Centro de Referência Especializado para pessoas em situação de rua;

Órgãos responsáveis: SMAS (coordenadores), SME, SMC, SMTR, DENTRAN RJ, DPE, DPU, SMH

P.AS.03 - Reformulação da política de acolhimento para população carioca em situação de rua;

Órgãos responsáveis: SMAS (coordenadores), SMTR, SMS

P.AS.04 - Albergue para casais em situação de rua;

Órgãos responsáveis: SMAS (coordenadores), SMTE, SMS, SME, SMH, SMC

P.AS.05 - Housing First: programa de moradia assistida para população em situação de rua;

Órgãos responsáveis: SMAS (coordenadores), SMH, SMTR, SMS

5.7.2. Educação

A Secretaria Municipal de Educação (SME) é o órgão da Prefeitura do Rio de Janeiro responsável por elaborar a política educacional do município do Rio de Janeiro, coordenar a sua implantação e avaliar os resultados, com o objetivo de assegurar a excelência na Educação Infantil e no Ensino Fundamental Público, é o objetivo primeiro da Secretaria Municipal de Educação.

Sua missão é garantir aos cariocas uma educação pública inclusiva, sustentável, democrática e participativa, visando ao desenvolvimento integral do ser humano e seu preparo para o exercício da cidadania. Cabe à Secretaria Municipal de Educação (SME) cuidar das crianças e jovens da Educação Infantil (6 meses a 5 anos); do Ensino Fundamental (1º ao 9º ano) e da Educação de Jovens e Adultos.

Plano de Trabalho - Centro e Região Portuária

Equipamentos públicos da SME na área de abrangência do Projeto Reviver Centro:

1. E/CRE (01.01.001) - E. M. Vicente Licinio Cardoso

Endereço: Rua Edgar Gordilho, 63 - Centro

Serviço: ensino fundamental e educação especial

Alunos matriculados em 2021: 287

Projetos de extensão: Planetário; PROERD; CONDEDINE; Tirando a Drogas de Cena; Africanidades; Corra das Drogas; Ecoviver; Ambiente Rio; Jogos Estudantis; Seminário Boas Práticas

Horário de funcionamento: segunda à sexta, das 07h30 às 17h30

Custeio anual: R\$ 4.748.907,94

Problemas a serem resolvidos: Reforma da área externa; Recuperação das janelas; Pintura da área interna e externa; Recuperação do Telhado.

2. E/CRE (01.01.003) - E. M. Darcy Vargas

Endereço: Rua Souza e Silva, 112 - Saúde

Serviço: ensino fundamental

Alunos matriculados em 2021: 422

Projetos de extensão: Planetário; Educação Ambiental Itinerante

Horário de funcionamento: segunda à sexta, das 07h30 às 17h30

Custeio anual: R\$ 5.272.741,05

Problemas a serem resolvidos: Pintura interna e externa; Modernização dos banheiros; Comodato com a Fundação Darcy Vargas; Vulnerabilidade do entorno.

3. E/CRE (01.01.004) - E. M. Benjamim Constant

Endereço: Pça. Marechal Hermes, S/Nº - Santo Cristo

Serviço: ensino fundamental

Alunos matriculados em 2021: 524

Parcerias: CRAS Dodô da Portela, Vila Olímpica, CM/S José Messias do Carmo

Projetos de extensão: Heróis do Tabuleiro; PROERD; Todo Mundo Tem Um Nome; Educação Ambiental Itinerante; FECEM; Jogos Estudantis; VIES

Horário de funcionamento: segunda à sexta, das 07h30 às 17h30

Custeio anual: R\$ 5.399.267,81

Problemas a serem resolvidos: Pintura interna e externa; Revitalização de quadra e pátio.

4. E/CRE (01.01.005) - E. M. General Mitre

Endereço: Rua Farnese, 39 - Santo Cristo

Serviço: educação infantil e ensino fundamental

Alunos matriculados em 2021: 516

Projetos de extensão: FECEM

Horário de funcionamento: segunda à sexta, das 07h30 às 17h30

Custeio anual: R\$ 4.289.923,68

Problemas a serem resolvidos: Pintura interna e externa; Revitalização de quadra e pátio.

5. E/CRE (01.01.006) - E. M. Francisco Benjamim Galloti

Endereço: Rua da América, 81 - Santo Cristo

Serviço: ensino fundamental

Alunos matriculados em 2021: 258

Projetos de extensão: Todo Mundo Tem Um Nome

Horário de funcionamento: segunda à sexta, das 07h30 às 17h30

Custeio anual: R\$ 3.182.353,98

Problemas a serem resolvidos: Pintura interna e externa; Modernização de banheiros; Necessidade de mobiliário novo.

6. E/CRE (01.01.607) - C. M. Tia Dora

Endereço: Rua Barão da Gamboa, 203 - Santo Cristo

Serviço: educação infantil (creche)

Alunos matriculados em 2021: 224

Projetos de extensão: Mostra de Dança

Horário de funcionamento: segunda à sexta, das 07h30 às 17h30

Custeio anual: R\$ 3.558.180,58

Problemas a serem resolvidos: Necessidade de revitalização do espaço; Pintura externa. Processo 07/005.252/2021 de Recuperação Geral.

7. E/CRE (01.01.802) - E. D. I. Machado de Assis

Endereço: Rua das Américas, 21 - Santo Cristo

Serviço: educação infantil (creche e pré-escola)

Alunos matriculados em 2021: 333

Parcerias: Posto de Saúde José Messias do Carmo.

Projetos de extensão: Seminário Boas Práticas

Horário de funcionamento: segunda à sexta, das 07h30 às 17h30

Custeio anual: R\$ 2.449.760,22

Problemas a serem resolvidos: Necessidade de revitalização do espaço; Pintura externa.

8. E/CRE (01.01.803) - E. D. I. Antônio Raposo Tavares

Endereço: Rua Do Propósito, 73 - Gamboa

Serviço: educação infantil (creche e pré-escola)

Alunos matriculados em 2021: 199

Horário de funcionamento: segunda à sexta, das 07h30 às 17h30

Custeio anual: R\$ 2.230.832,36

Problemas a serem resolvidos: Necessidade de revitalização do espaço; Pintura externa.

9. E/CRE (01.02.001) - E. M. Celestino da Silva

Endereço: Rua Do Lavradio, 56 - Centro

Serviço: ensino fundamental

Alunos matriculados em 2021: 205

Parcerias: Lions Clube do Rio de Janeiro, IBEU, Marinha do Brasil, ISMART,

Projetos de extensão: IBEU; Planetário; PROERD

Horário de funcionamento: segunda à sexta, das 07h30 às 17h30

Custeio anual: R\$ 3.745.338,23

Problemas a serem resolvidos: Unidade Escolar tombada; Restauração do assoalho; Descupinização do espaço físico da Unidade; Revisão geral de telhado; Falta de rede de proteção no 2º andar.

10.E/CRE (01.02.002) - E. M. Tiradentes

Endereço: Rua Visconde Do Rio Branco, 48 - Centro

Serviço: ensino fundamental

Alunos matriculados em 2021: 227

Projetos de extensão: Planetário; Africanidades; Educação Ambiental Itinerante; Núcleo de Artes (Unidade de Extensão);

Horário de funcionamento: segunda à sexta, das 07h30 às 17h30

Custeio anual: R\$ 2.853.831,83

Problemas a serem resolvidos: Ampliação do refeitório; Modernização da cozinha; Certificação.

11.E/CRE (01.02.004) - E. M. Rivadávia Corrêa

Endereço: Av. Pres. Vargas, 1314 - Centro

Serviço: ensino fundamental e educação especial

Alunos matriculados em 2021: 185

Parcerias: Biblioteca parque, arquivo nacional, CCBB, Centro Cultural da Light, Museu Mar, Palácio Duque de Caxias, posto de saúde José Messias do Carmo Tipo B.

Projetos de extensão: PROERD; Planetário; Jogos Estudantis

Horário de funcionamento: segunda à sexta, das 07h30 às 17h30

Custeio anual: R\$ 3.380.172,86

Problemas a serem resolvidos: Pintura interna e externa; Recuperação de fachadas; Modernização de banheiros e refeitório; Modernização de esquadrias.

12.E/CRE (01.02.006) - E. M. Guatemala

Endereço: Pça. Pres. Aguirre Cerda, 55 - Centro

Serviço: educação infantil e ensino fundamental

Alunos matriculados em 2021: 723

Projetos de extensão: Planetário; Teatro Nas Escolas; Todo Mundo Tem Um Nome; Núcleo de Artes; Escola de Bamba; FECEM; FESTA

Horário de funcionamento: segunda à sexta, das 07h30 às 17h30

Custeio anual: R\$ 6.584.204,69

Problemas a serem resolvidos: Pintura interna e externa; Revitalização do auditório; Revisão geral de elétrica; Recomposição de fachada; Revisão de telhado.

13.E/CRE (01.02.501) - E. M. Tia Ciata

Endereço: Av. Pres. Vargas, S/N.º - Centro

Serviço: ensino fundamental

Alunos matriculados em 2021: 728

Projetos de extensão: Planetário; Teatro Nas Escolas; Núcleo de Artes; FECEM; Mostra de Dança; Escolas Unificadas; Jogos Estudantis; Escola de Lutas

Horário de funcionamento: segunda à sexta, das 07h30 às 17h30

Custeio anual: R\$ 5.877.636,09

Problemas a serem resolvidos: Revitalização da área externa; Pintura interna; Revitalização das rampas; Substituição de tijolos de vidro; Reforma geral do auditório; Descupinização; Recuperação da fachada; Certificação.

14.E/CRE (01.02.505) - CIEP José Pedro Varela

Endereço: Rua Do Lavradio, 133 - Centro

Serviço: educação infantil, ensino fundamental e PEJA (jovens e adultos)

Alunos matriculados em 2021: 680

Projetos de extensão: Todo Mundo Tem Um Nome; Tá Certo ou Não Tá; Núcleo de Artes; Mostra de Dança; Jogos Estudantis; Seminário Boas Práticas

Horário de funcionamento: segunda à sexta, das 07h30 às 22h

Custeio anual: R\$ 9.060.081,93

Problemas a serem resolvidos: Pintura interna e externa; Revitalização da Sala de Leitura; Revisão geral de elétrica; Revitalização da quadra e vestiários; Revitalização de refeitório e cozinha; Construção de muro lateral; alternativa a ser estudada para separação da entrada da CM Arco Iris; Revisão de telhado; Impermeabilização.

15.E/CRE (01.02.604) - C. M. Arco-Íris

Endereço: Rua Do Lavradio, 33 - Centro

Serviço: educação infantil (creche)

Alunos matriculados em 2021: 125

Parcerias: Posto de Saúde e Conselho Tutelar

Projetos de extensão: Africanidades

Horário de funcionamento: segunda à sexta, das 07h30 às 17h30

Custeio anual: R\$ 2.364.972,17

Problemas a serem resolvidos: Pintura interna e externa; Elevação de muro; Grade de proteção inibindo a entrada de estranhos; Acessibilidade; Certificação.

16.E/CRE (01.02.605) - C. M. Aldeia dos Curumins

Endereço: Rua Amaro Cavalcanti 103/109 - Centro

Serviço: educação infantil (creche)

Alunos matriculados em 2021: 205

Parcerias: Posto de saúde, Conselho Tutelar e o CRAS

Projetos de extensão: Africanidades

Horário de funcionamento: segunda à sexta, das 07h30 às 17h30

Custeio anual: R\$ 3.471.832,36

Problemas a serem resolvidos: Pintura interna e externa; Revisão de telhado com queda de reboco; Infiltrações; Certificação.

17.E/CRE (01.02.606) - C. M. George Savalla Gomes - Palhaço Carequinha

Endereço: Rua Gustavo Barroso s/nº - Centro

Serviço: educação infantil (creche)

Alunos matriculados em 2021: 94

Parcerias: Clínica da Família São Francisco de Assis na Cidade Nova

Horário de funcionamento: segunda à sexta, das 07h30 às 17h30

Custeio anual: R\$ 2.238.311,14

Problemas a serem resolvidos: Infiltrações generalizadas no prédio oriundas do CIAD - Centro Integrado de Atenção à Pessoa com Deficiência; Elaboração de projeto para substituição das janelas, possibilitando a abertura e ventilação; Elevação de muro lateral; Revisão do telhado; Impermeabilização.

18.E/CRE (01.02.802) - E. D. I. Campos Salles

Endereço: Pça. Da República, S/Nº - Centro

Serviço: educação infantil (creche e pré-escola)

Alunos matriculados em 2021: 138

Horário de funcionamento: segunda à sexta, das 07h30 às 17h30

Custeio anual: R\$ 1.804.657,70

Problemas a serem resolvidos: Prédio tombado; Pintura interna; Modernização de cozinha e refeitório; Revisão do telhado.

19.E/CRE (01.02.803) - E. D. I. Rachel de Queiroz

Endereço: Av. Presidente Vargas S/Nº - Centro

Serviço: educação infantil (creche e pré-escola)

Alunos matriculados em 2021: 319

Horário de funcionamento: segunda à sexta, das 07h30 às 17h30

Custeio anual: R\$ 5.165.687,07

Problemas a serem resolvidos: Revitalização da área externa; Pintura interna; Revitalização das rampas; Substituição de tijolos de vidro; Reforma geral do auditório; Descupinização; Recuperação da fachada; Certificação.

Projetos e Programas:

P.ED.01 - Ampliação do programa de educação patrimonial da SME, em parceria com o IRPH, valorizando e difundindo na rede pública de ensino o patrimônio cultural carioca;

Órgãos responsáveis: IRPH e SME (coordenadores)

P.ED.02 - Projeto Conservando Escolas: reunião de esforços para a restauração e programa de conservação das escolas tombadas pelo município situadas na região de abrangência do Projeto reviver Centro;

Órgãos responsáveis: IRPH e SME (coordenadores) e RioUrbe

5.7.3. Cultura

A Secretaria Municipal de Cultura tem uma política pública focada na valorização da diversidade cultural do carioca e na democratização do acesso aos bens culturais. Os investimentos refletem a preocupação básica de oferecer oportunidades a uma quantidade cada vez maior de produtores e realizadores e ampliar a capilaridade das ações da Secretaria Municipal de Cultura (SMC). Além disso, um dos nossos maiores compromissos tem sido garantir a oferta cultural carioca, mantendo nossos equipamentos em pleno funcionamento com uma programação de qualidade.

Um dos principais eixos estratégicos é a gestão de escuta ampliada e participativa. Neste campo, a SMC tem realizado conversas com diversos segmentos culturais de todas as regiões da cidade para receber propostas de parcerias, pedidos de pautas nos equipamentos, apresentação de projetos e apoios a diversas atividades. A Secretaria ainda direciona esforços para a implementação de ações voltadas à democratização cultural na cidade, de modo a atribuir à diversidade o papel de protagonista na cena carioca.

Plano de Trabalho - Centro e Região Portuária

Equipamentos públicos da SMC na área de abrangência do Projeto Reviver Centro:

1. Teatro Municipal Carlos Gomes

Endereço: Praça Tiradentes, s/n - Centro

Oferta: espetáculos teatrais, principais e alternativos, área para exposição, espaços para ensaios, espaço para cursos e oficinas. No momento o espaço encontra-se fechado para reformas, com tais atividades paralisadas, sem previsão de retorno imediato.

Horário de funcionamento: de quarta-feira a domingo. Durante pandemia: das 10h às 18h / Normalidade: das 14h às 22h.

Custeio anual com programação: R\$ 2.261.919,22

Capacidade de público:

Sala principal de espetáculos: 685 espectadores

Sala paraíso: 60 espectadores

Sala espelho: 30 participantes

Salão nobre: 250 pessoas

Foyer de entrada e foyer 2º andar: 200 pessoas

Problemas e dificuldades a serem resolvidos e sugestões para a solução desses problemas: O teatro atualmente está sem atendimento ao público, necessitando de reformas para seu pleno funcionamento. As vistorias técnicas da Coordenadoria de Projetos e Obras da SMC já foram realizadas e orçamento prévio já foi realizado. O processo está para encaminhamento à RioUrbe que fará nova vistoria e orçamento oficial para abertura de licitação. A modernização tecnológica, sistema de lógica, instalação de totens informativos, placas externas de sinalização, projeto de acessibilidade no entorno não estão no escopo da reforma citada, a sugestão é que essa comunicação (principalmente externa) seja feita em parceria com o planejamento de reurbanização do Centro/Praça Tiradentes.

Investimento estimado: R\$2.583.567,12. Proposta de recuperação, reforma e modernização que inclui: Recuperação e iluminação da fachada; Reforma do Salão Guarany; Reparos estruturais; Descupinização; instalação de área para Bistrô.

Investimento ainda sem estimativa de custo: Compra de mobiliário; modernização tecnológica; instalação de rede de wifi; criação de espaço colaborativo de criação – coworking.

Prazo de implementação: 12 meses

2. Centro de Artes Calouste Gulbenkian e Teatro Gonzaguinha

Endereço: Rua Benedito Hipólito, 125 - Centro

Oferta: O equipamento oferece os cursos de técnicas de marcenaria, azulejaria, corte e costura, pintura em vidro, pintura em tecido, escultura e expansão criativa, fotografia, pintura em porcelana, linguagens gráficas, cerâmica – iniciação e desenvolvimento, restauração em obras de artes e antiguidades, entalhe em madeira, pintura em tecido, reaproveitamento criativo de materiais, artesanato em madeira e cerâmica/pátina/mosaico, arte em tecido, pintura, aquarela, gravura, oficina da arte, teatro(adultos). Ocupação de salas para grupos amadores de teatro e dança, auditório para palestras, reuniões e workshop e galerias para exposição.

Horário de funcionamento: durante pandemia: 9h às 17h / normalidade: 9h às 22h

Custeio anual com programação: R\$ 2.888,000,00 com programação

Capacidade de público: média de 6 mil/mês

Problemas e dificuldades a serem resolvidos e sugestões para a solução desses problemas: obra interna na parte hidráulica e elétrica do prédio, serviço de descupinização em todas as portas de madeiras e pontos de alvenaria e na parte externa, serviço de substituição da tubulação da rede de esgoto do equipamento, que por ser muito antigo e de barro, necessita URGENTE da troca. Revisão de toda a marcenaria - alizares e portas e janelas.

Estimativa orçamentária: R\$ 2.550.000,00 sem a marcenaria

3. Centro Municipal de Arte Hélio Oiticica

Endereço: Rua Luís de Camões, 68 - Centro

Oferta: o CMAHO é um equipamento cultural voltado para a arte contemporânea e a arte moderna, tendo como função principal funcionar como uma galeria de arte. Além disso, também exerce papel de espaço de formação, oferecendo cursos em parceria com universidades como UFRJ e UERJ. Oferece, também, seu espaço para jovens ou renomados artistas, tanto como espaço para exposições, quanto como residências artísticas. Ofereceu cursos e oficinas de verão, festas, slams e palestras

Horário de funcionamento: Antes da pandemia: 12h às 18h / Durante a pandemia: 9h às 18h / Previsão de horário pós-pandemia: 10h às 18h

Custeio anual com programação: R\$ 1.801.887,40

Capacidade de público: 180 pessoas

Problemas e dificuldades a serem resolvidos e sugestões para a solução desses problemas: reformas mais urgentes para funcionamento satisfatório e seguro do equipamento: reforma do telhado; limpeza de calhas; conserto do gesso do teto do banheiro feminino do segundo pavimento; reforma e recuperação da parte elétrica do prédio; instalação de circuito interno de câmeras de segurança (CFTV); focos de infiltração por todo o prédio; troca de todos os filtros de todos os bebedouros; higienização do carpete do auditório e; descupinização e controle de possíveis pragas.

Estimativa orçamentária: R\$ 560.789,00

4. Museu de Arte do Rio – MAR

Endereço: Praça Mauá, 01 - Centro

Oferta: Exposições temporárias e de longa duração, biblioteca, visitas educativas, visitas mediadas para deficientes auditivos (em Libras), visitas a seminários, palestras, workshop, debates, oficinas, atividades de arte e educação, cursos com foco em educação, história e artes.

Horário de funcionamento: Durante a pandemia: quinta à domingo das 10h às 17h / Normalidade: terça à domingo das 10h às 17h

Custeio anual com programação: aproximadamente R\$ 22.000.000,00

Capacidade de público: 1.650 pessoas

Problemas e dificuldades a serem resolvidos e sugestões para a solução desses problemas: maior efetivo de Guardas Municipais no entorno do Museu e da Praça Mauá, rondas mais frequentes da Guarda Municipal, ordenação dos ambulantes no entorno do Museu, revisão da sinalização, manutenção do piso da Praça Mauá.

5. Museu Do Amanhã – MA

Endereço: Praça Mauá, s/n - Centro

Oferta: Exposições temporárias e de longa duração, visitas educativas, visitas mediadas para deficientes auditivos (em Libras) e pessoas com deficiência intelectual, com transtorno do espectro autista e outros transtornos do neurodesenvolvimento, seminários, palestras, workshop, debates, oficinas e rodas de leitura.

Horário de funcionamento: Durante a pandemia: quinta a domingo das 10h às 17h / Normalidade: terça a domingo das 10h às 17h

Custeio anual com programação: R\$0,00 - equipamento autossustentável

Capacidade de público: 1.500 pessoas

Problemas e dificuldades a serem resolvidos e sugestões para a solução desses problemas: Maior efetivo de Guardas Municipais no entorno do Museu e da Praça Mauá, rondas mais frequentes da Guarda Municipal, ordenação dos ambulantes no entorno do Museu, revisão da sinalização, manutenção do piso da Praça Mauá.

6. Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira – MUHCAB

Endereço: Rua Pedro Ernesto, 80 - Gamboa

Oferta: O MUHCAB é um Museu de território focado na cultura Afro-brasileira, abrigado no Centro Cultural José Bonifácio. No início dos anos 1990, antes da existência do Museu, criou-se forte vínculo com a comunidade do entorno e com o Movimento Negro Organizado através da oferta variada programação cultural, inúmeras oficinas e palestras. Atualmente busca-se a interação de todas estas práticas com a atividade museológica.

Horário de funcionamento: Antes da pandemia: 10h às 17h – de segunda a sábado; Durante a pandemia: 9h às 17h – de segunda a sexta. Previsão de horário pós-pandemia: 10h às 18h – de segunda a sábado.

Custeio anual com programação: R\$ 1.370.000,00

Capacidade de público: 180 pessoas

Problemas e dificuldades a serem resolvidos e sugestões para a solução desses problemas: as reformas mais urgentes para funcionamento satisfatório e seguro do equipamento: reforma do telhado; limpeza de calhas; descupinização e controle de possíveis pragas; focos de infiltração por todo o prédio; reforma e recuperação da parte hidráulica do prédio; instalação de circuito interno de câmeras de segurança (CFTV).

Estimativa orçamentária: R\$ 650.000,00

Projetos e Programas:

P.CT.01 - Desenvolver um programa incluindo algumas das disciplinas já existentes e acrescentar muitas outras que transformem o Calouste Gulbenkian em uma fábrica de mão de obra para a economia criativa da cidade, tanto em sua indústria de espetáculo como no mundo digital;

Órgãos responsáveis: SMC (coordenador)

P.CT.02 - Parceria de cooperação técnica para devolver ao centro de arte o sentido que o originou, de promover a arte contemporânea e de expor em caráter permanente obras do artista Helio Oiticica;

Órgãos responsáveis: SMC (coordenador)

P.CT.03 - Recuperação, reforma e modernização do Teatro Carlos Gomes;

Órgãos responsáveis: SMC (coordenador)

P.CT.04 - Implementar o Programa Educativo do Museu de Arte do Rio por meio de seu braço educativo, a Escola do Olhar, seguindo as diretrizes do Plano Museológico da instituição;

Órgãos responsáveis: SMC (coordenador)

P.CT.05 - Realizar a reforma estrutural do telhado do Museu da História e Cultura Afro-Brasileira, sediado no prédio da antiga Escola José Bonifácio

Órgãos responsáveis: SMC (coordenador)

P.CT.06 - Implementar o Programa Educativo do Museu do Amanhã, seguindo as diretrizes do Plano Museológico da instituição e possibilitando uma gama de projetos pedagógicos, educativos e de formação que possibilitem o atendimento a diferentes segmentos de público e a comunicação direcionada dos temas abordados pelo museu e suas exposições

Órgãos responsáveis: SMC (coordenador)

P.CT.07 - Ofertar espaços públicos na Orla Conde para realização de atividades culturais e eventos é uma ferramenta de oportunidades econômicas que contribui para estimular a sensação de pertencimento das pessoas que utilizam os espaços públicos.

Órgãos responsáveis: CDURP (coordenador)

6. EQUIPE DO GRUPO DE TRABALHO DE REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO

Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SMPU

Washington Fajardo, Thaís Garlet Biagini, Christiane Oliveira, Sílvio Coelho, Antônio Correia, Daniela Aduan, Eliana Rodrigues

Instituto Rio Patrimônio da Humanidade - SMPU/IRPH

Laura Di Blasi, Henrique Fonseca, Michelle Lima, Lie Kobayashi, Juliana Jabor, Jeanice Magina, Felipe Reigada, Vera Regina Flores

Instituto Pereira Passos - IPP

Carlos Krykhtine, Andrea Pulici, Felipe Mandarino, Leandro Souza

Secretaria Municipal de Conservação - SECONSERVA

Cristina Monteiro, Roberto Amazonas

Secretaria Municipal de Habitação - SMH

Marcela Abla, Fernanda Delmonte, Adriana Lima, Lilian Arbex, Jessica Pereira, Andréa Pio Quintans

Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS

Fernanda Banus, Ana Claudia Figueiredo

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação - SMDEIS

Marcel Grillo Balassiano, Carina de Castro Quirino, Paulo Silva, Leandro Maravilha Bezerra, Lucas Siqueira Simões

Secretaria Municipal de Ordem Pública - SEOP

Luiza Bafti, Igor Bernardo Souza da Silva

Secretaria Municipal de Transportes - SMTR

Carlos Maiolino, Luciane Moutinho, Ronald Miguel

Secretaria Municipal de Educação - SME

Nathália Costa, Walter Alessandro Passos

Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento - SMFP

Daniel Mancebo, Aline Xavier, Simone Crispim

Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil - SMS/SUBPDEC

Marcio Motta

Subprefeitura do Centro - GP/COE7

Leonardo Pavão, Rodrigo Moitrel, Patrícia Senna

Secretaria Municipal de Cultura - SMC

Flavia Piana, Fernanda Silva, Vera Saboya, Douglas Resende

Procuradoria Geral do Município - PGM

Luis Roberto da Mata

Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro - CDURP

Luiz Eduardo Oliveira da Silva, Monica Cristina de Souza Silva, Aline Abud,
Lucas Siqueira Simões, Walber Correa, Pablo Koehler, José Antonio Pereira

Companhia de Engenharia de Tráfego do Rio de Janeiro - CET-RIO

Letícia Nobrega Fonti, Juan Diego de Oliveira Teixeira, Marcello Vianna

Companhia Municipal de Energia e Iluminação - RIOLUZ

Bruno Bierrenbach Bonetti, Paulo Cezar dos Santos, Ricardo Piquet, Bernardo Niskier

Companhia Municipal de Limpeza Urbana - COMLURB

Alexandre Marco Silva Campos, Henrique Damásio

Fundação Parques e Jardins - FPJ

Roberto Anderson Magalhães, André Luiz Coutinho Luz, Savio Machado,
Hanna Nahon Casarini

Guarda Municipal do Rio de Janeiro - GM-RIO

Ailton Ramos de Souza, Luciano dos Santos

Fundação Instituto das Águas do Município do Rio de Janeiro - RIO-ÁGUAS

Wanderson José dos Santos, André Escovino

COORDENAÇÃO

Washington Fajardo

Secretário Municipal de Planejamento Urbano

Laura Di Blasi

Presidente

Instituto Rio Patrimônio da Humanidade

André Zambelli

Coordenador de Estudos e Planos

Instituto Rio Patrimônio da Humanidade

Natália Tadros

Coordenadora de Conservação do Patrimônio Cultural

Instituto Rio Patrimônio da Humanidade

Henrique Fonseca

Assessor de Gabinete

Instituto Rio Patrimônio da Humanidade

Michelle Lima

Gerente de Conservação e Monitoramento

Instituto Rio Patrimônio da Humanidade

Juliana Jabor

Subgerência de Projetos em Espaços Urbanos Protegidos

Instituto Rio Patrimônio da Humanidade

Lie Kobayashi

Arquiteta do Escritório Técnico da Paisagem Cultural

Instituto Rio Patrimônio da Humanidade

REVIVER

CENTRO

ANEXO I

PROJETOS E PROGRAMAS PROPOSTOS PELO GRUPO DE TRABALHO



SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO
INSTITUTO RIO PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE

**LISTA DAS FICHAS RESUMO DO PLANO DE REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO DO RIO DE JANEIRO
POR ÓRGÃO RESPONSÁVEL**

ÓRGÃO	CÓDIGO	DESCRÍÇÃO DO PROJETO OU PROGRAMA
SECONSERVA	P.PP.01	Elaboração de projeto de rampas e travessias elevadas, entre outras soluções de acessibilidade, prioritariamente nas transversais da Avenida Rio Branco;
	P.PP.02	Curso de capacitação em calcetaria, prioritariamente para egressos do sistema prisional e servidores da SECONSERVA
	P.PP.03	Projeto para execução de tapetes em pedra portuguesa identificando os locais mais significativos e emblemáticos do Império em função da comemoração dos 200 anos da proclamação da independência do Brasil
	P.PP.05	Desenvolvimento de projeto que gere índices de custo por m ² de operações, para que possa ser criada uma taxa a ser cobrada às concessionárias, de acordo com o custo das obras de recuperação do passeio público
	P.MU.01	Projeto de Recuperação de Monumentos Histórico da Cidade: elaboração de projetos de conservação, recuperação e restauração de monumentos e chafarizes
	P.DU.01	Mapeamento dos locais críticos para execução de intervenções visando a extinção de pontos de alagamento - Iniciado em janeiro de 2021.
	P.DC.02	Desenvolvimento de projeto que gere índices de custo por m ² de operações, para que possa ser criada uma taxa a ser cobrada ao infrator de acordo com o custo da operação de demolição de obras irregulares.
	P.LL.02	Criação ou recuperação das recomendações específicas do padrão de qualidade das calçadas e pavimentos das áreas de proteção cultural.
	P.PP.04	Projeto de recuperação dos passeios públicos nas rotas prioritárias, a serem definidas
SMPU/IRPH	P.PP.06	Projeto de Requalificação do entorno da praça Tiradentes a partir de ações coordenadas entre os órgãos da prefeitura e intervenções de baixo custo, valorizando o patrimônio cultural e proporcionando qualidade e vivência do espaço protegido
	P.PP.08	Projeto de Requalificação do entorno do Cais do Valongo, promovendo reflexão e conhecimento sobre o seu passado histórico, com a criação de memorial da herança africana
	P.PP.09	Criação de identidade visual e marca para o Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana a partir de elementos visuais, mobiliário urbano e demarcação da linha no piso, conectando os pontos do circuito
	P.IP.01	Programa de recuperação da Iluminação histórica do Centro do Rio, com a restauração do posteamento histórico em ferro fundido, inclusive arandelas, arcos e cordaílhas de iluminação, recompondo trechos onde haja ausência de elementos e inclusão desse tipo de iluminação em novos trechos do Centro Histórico - iniciado em fevereiro de 2021
	P.IP.02	Criação de um circuito histórico iluminado e realização de um workshop sobre Iluminação Pública em Centros Históricos para discutir a importância da iluminação na paisagem da cidade, e consolidar informações técnicas para iluminação e valorização do patrimônio histórico protegido
	P.IP.03	Elaboração de masterplan de iluminação do Centro Histórico considerando a importância da iluminação para a qualificação do espaço urbano como importante instrumento para a efetiva proteção, potencializando a percepção do patrimônio e a permanência das pessoas nestes locais, respeitando suas especificidades. O masterplan vai considerar a iluminação artística, a iluminação de monumentos e a iluminação histórica.
	P.TS.04	Estudo para estabelecimento de norma reguladora das estações de bicicletas nas Áreas de Proteção, reduzindo os impactos negativos da publicidade em LED.
	P.DC.01	Criação dos SESCORAS, programa de escoramento de edifícios em risco de desabamento que sejam protegidos pelo patrimônio cultural municipal, evitando-se o colapso das estruturas e a perda de elementos de valor histórico e artístico.
	P.DC.03	Regulamentação da Lei Federal 13.465/2017 para agilizar a arrecadação de imóveis abandonados e em mau estado de conservação.
	P.DC.04	Monitoramento do estado de conservação dos imóveis protegidos pelo patrimônio cultural
	P.LL.01	Estudo de viabilidade técnica para a Criação de um Comitê de Licenciamento de obras em vias públicas (fast track) para os processos administrativos do Centro, com o intuito de reunir os órgãos envolvidos periodicamente para análise conjunta e elaboração de uma lista única de exigências, acelerando o processo de licenciamento e consequentemente a realização das obras.
	P.LL.03	Restauração do Comitê de Licenciamento de obras em imóveis, acelerando o processo de licenciamento e consequentemente a realização das obras.
	P.LL.04	Elaboração de um Programa de Prevenção de Incêndios, sobretudo no Centro Histórico que frequentemente sofre com incêndios, incluindo o desenvolvimento de um "Manual de Prevenção à incêndios em edifícios históricos".
	P.LL.05	Elaboração de nova edição e modelo de Edital do Pró-APAC, programa de fomento à recuperação de edifícios protegidos pelo Patrimônio Cultural, com prioridade para o Centro.
	P.LL.06	Regulamentação do Fundo de Conservação do Patrimônio Cultural, como forma de subsidiar projetos e programas de recuperação do patrimônio cultural protegido.
	P.ED.01	Programa de Educação Patrimonial

	P.ED.02	Projeto Conservando Escolas
COMLURB	P.LU.02	Desenvolvimento de Projeto para hierarquização de tonalidades das papeleiras em Áreas de Proteção Cultural, parques e outros locais (papeleiras cinzas, laranjas e verdes)
	P.LU.03	Desenvolvimento de projeto para ampliação da coleta seletiva no Centro, com prioridade para o Distrito de Baixa Emissão
	P.DU.02	Aprimoramento do Plano Verão (projeto ralo limpo) - a ser iniciado em novembro em 2021, com a limpeza dos ralos e galerias dos principais pontos de alagamento identificados.
SMAS	P.LU.01	Desenvolvimento de programa para criação de cooperativa de catadores de materiais recicláveis
	P.AS.01	Implementação do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento para fins de elaboração do Plano Municipal Intersetorial para população carioca em situação de rua
	P.AS.02	Ampliação do escopo do Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua
	P.AS.03	Reformulação da Política de Acolhimento para a População de Rua Carioca
	P.AS.04	Albergue para casais em situação de rua
	P.AS.05	Housing First
FPJ	P.AU.01	Campanha para doação de instrumentos de trabalho para as turmas de campo – Iniciada em janeiro de 2021
	P.AU.02	Estabelecimento de um sistema de plantão, de sobreaviso, da FPJ aos sábados e domingos – Iniciado em janeiro de 2021
	P.AU.03	Ativação e/ou levantamento de atividades comunitárias exercidas em praças e parques da FPJ, como aulas de ginástica, dança e ioga, encontros de grupos de cultura, etc. - Iniciado em março de 2021
	P.AU.04	Programa de incentivo à arborização urbana no Centro
	P.AU.05	Captar patrocínios e doações para a recuperação dos portões, gradis e guaritas do Campo de Santana e do Passeio Público – iniciada em fevereiro de 2021
	P.AU.06	Elaboração de projeto de café público e sala multiuso para o Campo de Santana
	P.AU.07	Elaboração de projeto para reurbanização da Praça Virgílio de Melo Franco
	P.AU.08	Projeto de Revitalização da Av. Presidente Vargas: estudo de propostas integradas na mobilidade, na drenagem urbana (com implantação de alternativas sustentáveis) e na cobertura vegetal como um todo
	P.AU.09	Projeto de manutenção e reconstrução dos vasos de ferro existentes.
	P.AU.10	Programa de incentivo à adotantes para áreas verdes do Centro – Iniciada em março de 2021.
	P.AU.11	Identificação e elaboração de projetos para áreas onde estão previstas praças em PAL que não foram implantadas e apresentam outros usos.
	P.AU.12	Desenvolver Planos de Gestão das praças e parques históricos situados na região central (Campo de Santana, Passeio Público e Praça Paris).
	P.AU.13	Implementar concessão das áreas verdes e públicas.
	P.AU.14	Abertura e readequação do boulevard na Av. 13 de Maio ao lado do Teatro Municipal como espaço de permanência e contemplação
	P.AU.15	Praça da Anistia - Projeto de reurbanização da praça - Revisão do projeto e implantação via licitação/concessão.
	P.AU.16	Requalificação das Instalações de apoio do Campo de Santana.
	P.AU.17	Revitalização da Praça Senador Salgado Filho por meio da recuperação do projeto original do paisagista Roberto Burle Marx.
	P.DU.03	Estudo para projeto de Jardins de chuva (abordagem ecológica do desenho da paisagem urbana): Potencialização da infiltração em canteiros especialmente preparados para este fim. Fundamental a adequação do espaço urbano às características de uma paisagem multifuncional.
RIOÁGUAS	P.DU.04	Programa de incentivo à infraestrutura verde e azul – Centro + Verde e Azul
	P.DU.05	Programa de incentivo à parcerias para implantação de soluções alternativas de drenagem
SMPU	P.PP.07	Adaptação de passeios e criação de rotas acessíveis
	P.AU.18	Criação e adaptação de praças e espaços públicos aumentando a oferta de espaços públicos da região, que deverão privilegiar sua utilização pela população, em especial moradores.
	P.ST.02	Implantação do Projeto de Requalificação do entorno da Central do Brasil
	P.LL.07	Encaminhar à CMRJ o PLC Reviver Centro, que inclui uma série de incentivos para a reconversão e construção de novas unidades residenciais no Centro.
	P.LL.08	Elaboração de "Manual de Instruções" para orientar o cidadão quanto ao licenciamento de obras.
	P.LL.09	Criação de um Gabinete do Centro com órgãos de serviços públicos e sociedade civil.

	P.HA.02	Produção de habitação em imóveis públicos ociosos, estabelecendo parcerias com órgãos públicos grandes detentores de imóveis da II RA para construção e/ou reconversão de edifícios residenciais.
SMFP/SUBPAR/EPL	P.LL.10	Distrito de Baixa Emissão
CET-RIO	P.TS.01	Desenvolvimento de projeto de infraestrutura cicloviária em áreas com grande demanda, incluindo bicicletas de carga.
	P.TS.02	Estudo de priorização ao trânsito de pedestres, principalmente no centro histórico, incluindo identificação de vias com potencial para ampliação dos passeios, com inclusive restrição ao tráfego veicular, quando for indicado no estudo.
	P.TS.03	Análise e desenvolvimento de projetos de Urbanismo Tático ou Moderação de Tráfego (<i>traffic-calming</i>) em vias com baixo tráfego veicular e intensa circulação de pedestres.
	P.TS.06	Estudo e análise dos tempos semafóricos nos principais corredores para a melhoria da segurança para o pedestre e fluidez viária.
	P.VE.02	Análise e revisão do uso das áreas de estacionamento dispostas junto ao meio fio com consequente atualização das portarias, objetivando a otimização do uso do espaço público.
	P.VE.03	Estudo para criação de bolsões de vagas de embarque e desembarque nas proximidades das regiões de comércio popular (SAARA)
SMTT	P.TS.05	Estudo e análise funcional dos pontos de táxi que acarretam restrições à circulação viária e dificuldades operacionais e relacionadas à fiscalização.
	P.ST.01	Georreferenciamento dos pontos de parada com cadastro de informações dos abrigos, da qualidade dos elementos físicos da via e da calçada aliados à acessibilidade e mobilidade urbana visando a melhoria, a manutenção e qualidade dos pontos de parada.
	P.ST.03	Substituição das sinalizações dos pontos de parada, com o informativo das linhas do grupamento BRS.
	P.ST.04	Sistema próprio de Monitoramento das linhas do Sistema de Transporte Público por ônibus (SPPO)
	P.VE.01	Cadastro e georreferenciamento dos pontos de táxi, estacionamentos diversos, Rio Rotativo, vagas para carga e descarga para facilitar as ações fiscalizatórias e melhor detecção dos estacionamentos irregulares.
SEOP	P.OP.01	Organização de cursos e palestras de orientação aos ambulantes, com disponibilização dos "vazios viáveis" para ambulantes a serem preenchidos.
	P.OP.02	Estudo para disponibilização de novos espaços e horários para a realização de outras feiras livres na região do Centro, atendendo à demanda dos feirantes e como forma de incentivo ao uso residencial no Centro.
SMH	P.HA.01	Realização de Chamamentos Públicos, no âmbito do Programa Casa Verde e Amarela - PCVA, Grupo Urbano 2 - GURb 2 (destinado a famílias com renda bruta mensal de R\$ 2.000,01 até R\$ 4.000,00), visando à seleção de empresa construtora para edificar unidades habitacionais de interesse social em imóveis municipais na I.R.A. (Portuária), inseridos na APAC SAGAS, nos bairros da Gamboa e Saúde.
SMC	P.CT.01	CENTRO DE ARTES CALOSUTE GULBENKIAN Modernizar e transformar o centro de artes em uma referência como centro de formação de técnicas das artes para a cena, para o cinema, a para o mundo do espetáculo.
	P.CT.02	CENTRO MUNICIPAL DE ARTE HELIO OITICICA Parceria de cooperação técnica para devolver ao centro de arte o sentido que o originou, de promover a arte contemporânea e de expor em caráter permanente obras do artista Hélio Oiticica
	P.CT.03	Proposta de recuperação, reforma e modernização do Teatro Carlos Gomes, um dos palcos mais importantes do Rio e do Brasil
	P.CT.04	Implementar o Programa Educativo do Museu de Arte do Rio por meio de seu braço educativo, a Escola do Olhar, seguindo as diretrizes do Plano Museológico da instituição e possibilitando uma gama de projetos pedagógicos, educativos e de formação que possibilitem o atendimento a diferentes segmentos de público e a comunicação direcionada do acervo e das exposições mantidos/desenvolvidos pelo museu
	P.CT.05	Realizar a reforma estrutural do telhado do Museu da História e Cultura Afro-Brasileira, sediado no prédio da antiga Escola José Bonifácio.
	P.CT.06	Implementar o Programa Educativo do Museu do Amanhã, seguindo as diretrizes do Plano Museológico da instituição e possibilitando uma gama de projetos pedagógicos, educativos e de formação que possibilitem o atendimento a diferentes segmentos de público e a comunicação direcionada dos temas abordados pelo museu e suas exposições.
CDURP	P.CT.07	Ofertar espaços públicos na Orla Conde para realização de atividades culturais e eventos é uma ferramenta de oportunidades econômicas que contribui para estimular a sensação de pertencimento das pessoas que os utilizam os espaços públicos.

**LISTA DAS FICHAS RESUMO DO PLANO DE REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO DO RIO DE JANEIRO
POR ORDEM QUE APARECE NO PLANO**

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PROJETO OU PROGRAMA	ÓRGÃO
P.PP.01	Elaboração de projeto de rampas e travessias elevadas, entre outras soluções de acessibilidade, prioritariamente nas transversais da Avenida Rio Branco;	SECONSERVA
P.PP.02	Curso de capacitação em calcetaria, prioritariamente para egressos do sistema prisional e servidores da SECONSERVA	SECONSERVA
P.PP.03	Projeto para execução de tapetes em pedra portuguesa identificando os locais mais significativos e emblemáticos do Império em função da comemoração dos 200 anos da proclamação da independência do Brasil	SECONSERVA
P.PP.04	Projeto de recuperação dos passeios públicos nas rotas prioritárias, a serem definidas	SMPU/IRPH
P.PP.05	Desenvolvimento de projeto que gere índices de custo por m ² de operações, para que possa ser criada uma taxa a ser cobrada às concessionárias, de acordo com o custo das obras de recuperação do passeio público	SECONSERVA
P.PP.06	Projeto de Requalificação do entorno da praça Tiradentes a partir de ações coordenadas entre os órgãos da prefeitura e intervenções de baixo custo, valorizando o patrimônio cultural e proporcionando qualidade e vivência do espaço protegido	SMPU/IRPH
P.PP.07	Adaptação de passeios e criação de rotas acessíveis	SMPU
P.PP.08	Projeto de Requalificação do entorno do Cais do Valongo, promovendo reflexão e conhecimento sobre o seu passado histórico, com a criação de memorial da herança africana	SMPU/IRPH
P.PP.09	Criação de identidade visual e marca para o Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana a partir de elementos visuais, mobiliário urbano e demarcação da linha no piso, conectando os pontos do circuito	SMPU/IRPH
P.MU.01	Projeto de Recuperação de Monumentos Histórico da Cidade: elaboração de projetos de conservação, recuperação e restauração de monumentos e chafarizes	SECONSERVA
P.IP.01	Programa de recuperação da iluminação histórica do Centro do Rio, com a restauração do posteamento histórico em ferro fundido, inclusive arandelas, arcos e cordoalhas de iluminação, recompondo trechos onde haja ausência de elementos e inclusão desse tipo de iluminação em novos trechos do Centro Histórico - iniciado em fevereiro de 2021	SMPU/IRPH
P.IP.02	Criação de um circuito histórico iluminado e realização de um workshop sobre Iluminação Pública em Centros Históricos para discutir a importância da iluminação na paisagem da cidade, e consolidar informações técnicas para iluminação e valorização do patrimônio histórico protegido	SMPU/IRPH
P.IP.03	Elaboração de masterplan de iluminação do Centro Histórico considerando a importância da iluminação para a qualificação do espaço urbano como importante instrumento para a efetiva proteção, potencializando a percepção do patrimônio e a permanência das pessoas nestes locais, respeitando suas especificidades. O masterplan vai considerar a iluminação artística, a iluminação de monumentos e a iluminação histórica.	SMPU/IRPH
P.LU.01	Desenvolvimento de programa para criação de cooperativa de catadores de materiais recicláveis	SMAS
P.LU.02	Desenvolvimento de Projeto para hierarquização de tonalidades das papeleiras em Áreas de Proteção Cultural, parques e outros locais (papeleiras cinzas, laranjas e verdes)	COMLURB
P.LU.03	Desenvolvimento de projeto para ampliação da coleta seletiva no Centro, com prioridade para o Distrito de Baixa Emissão	COMLURB
P.AU.01	Campanha para doação de instrumentos de trabalho para as turmas de campo – Iniciada em janeiro de 2021	FPJ
P.AU.02	Estabelecimento de um sistema de plantão, de sobreaviso, da FPJ aos sábados e domingos – Iniciado em janeiro de 2021	FPJ
P.AU.03	Ativação e/ou levantamento de atividades comunitárias exercidas em praças e parques da FPJ, como aulas de ginástica, dança e ioga, encontros de grupos de cultura, etc. - Iniciado em março de 2021	FPJ
P.AU.04	Programa de incentivo à arborização urbana no Centro	FPJ
P.AU.05	Captar patrocínios e doações para a recuperação dos portões, gradis e guaritas do Campo de Santana e do Passeio Público – iniciada em fevereiro de 2021	FPJ
P.AU.06	Elaboração de projeto de café público e sala multiuso para o Campo de Santana	FPJ
P.AU.07	Elaboração de projeto para reurbanização da Praça Virgílio de Melo Franco	FPJ
P.AU.08	Projeto de Revitalização da Av. Presidente Vargas: estudo de propostas integradas na mobilidade, na drenagem urbana (com implantação de alternativas sustentáveis) e na cobertura vegetal como um todo	FPJ
P.AU.09	Projeto de manutenção e reconstrução dos vasos de ferro existentes.	FPJ
P.AU.10	Programa de incentivo à adotantes para áreas verdes do Centro – Iniciada em março de 2021.	FPJ

P.AU.11	Identificação e elaboração de projetos para áreas onde estão previstas praças em PAL que não foram implantadas e apresentam outros usos.	FPJ
P.AU.12	Desenvolver Planos de Gestão das praças e parques históricos situados na região central (Campo de Santana, Passeio Público e Praça Paris).	FPJ
P.AU.13	Implementar concessão das áreas verdes e públicas.	FPJ
P.AU.14	Abertura e readequação do boulevard na Av. 13 de Maio ao lado do Teatro Municipal como espaço de permanência e contemplação	FPJ
P.AU.15	Praça da Anistia - Projeto de reurbanização da praça - Revisão do projeto e implantação via licitação/concessão.	FPJ
P.AU.16	Requalificação das Instalações de apoio do Campo de Santana.	FPJ
P.AU.17	Revitalização da Praça Senador Salgado Filho por meio da recuperação do projeto original do paisagista Roberto Burle Marx.	FPJ
P.AU.18	Criação e adaptação de praças e espaços públicos aumentando a oferta de espaços públicos da região, que deverão privilegiar sua utilização pela população, em especial moradores.	SMPU

P.DU.01	Mapeamento dos locais críticos para execução de intervenções visando a extinção de pontos de alagamento - Iniciado em janeiro de 2021.	SECONSERVA
P.DU.02	Aprimoramento do Plano Verão (projeto ralo limpo) - a ser iniciado em novembro em 2021, com a limpeza dos ralos e galerias dos principais pontos de alagamento identificados.	COMLURB
P.DU.03	Estudo para projeto de Jardins de chuva (abordagem ecológica do desenho da paisagem urbana): Potencialização da infiltração em canteiros especialmente preparados para este fim. Fundamental a adequação do espaço urbano às características de uma paisagem multifuncional.	FPJ
P.DU.04	Programa de incentivo à infraestrutura verde e azul – Centro + Verde e Azul	RIOÁGUAS
P.DU.05	Programa de incentivo à parcerias para implantação de soluções alternativas de drenagem	RIOÁGUAS

P.TS.01	Desenvolvimento de projeto de infraestrutura cicloviária em áreas com grande demanda, incluindo bicicletas de carga.	CET-RIO
P.TS.02	Estudo de priorização ao trânsito de pedestres, principalmente no centro histórico, incluindo identificação de vias com potencial para ampliação dos passeios, com inclusive restrição ao tráfego veicular, quando for indicado no estudo.	CET-RIO
P.TS.03	Análise e desenvolvimento de projetos de Urbanismo Tático ou Moderação de Tráfego (<i>traffic-calming</i>) em vias com baixo tráfego veicular e intensa circulação de pedestres.	CET-RIO
P.TS.04	Estudo para estabelecimento de norma reguladora das estações de bicicletas nas Áreas de Proteção, reduzindo os impactos negativos da publicidade em LED.	SMPU/IRPH
P.TS.05	Estudo e análise funcional dos pontos de táxi que acarretam restrições à circulação viária e dificuldades operacionais e relacionadas à fiscalização.	SMTR
P.TS.06	Estudo e análise dos tempos semafóricos nos principais corredores para a melhoria da segurança para o pedestre e fluidez viária.	CET-RIO

P.ST.01	Georreferenciamento dos pontos de parada com cadastro de informações dos abrigos, da qualidade dos elementos físicos da via e da calçada aliados à acessibilidade e mobilidade urbana visando a melhoria, a manutenção e qualidade dos pontos de parada.	SMTR
P.ST.02	Implantação do Projeto de Requalificação do entorno da Central do Brasil	SMPU
P.ST.03	Substituição das sinalizações dos pontos de parada, com o informativo das linhas do grupamento BRS.	SMTR
P.ST.04	Sistema próprio de Monitoramento das linhas do Sistema de Transporte Público por ônibus (SPPO)	SMTR

P.VE.01	Cadastro e georreferenciamento dos pontos de táxi, estacionamentos diversos, Rio Rotativo, vagas para carga e descarga para facilitar as ações fiscalizatórias e melhor detecção dos estacionamentos irregulares.	SMTR
P.VE.02	Análise e revisão do uso das áreas de estacionamento dispostas junto ao meio fio com consequente atualização das portarias, objetivando a otimização do uso do espaço público.	CET-RIO
P.VE.03	Estudo para criação de bolsões de vagas de embarque e desembarque nas proximidades das regiões de comércio popular (SAARA)	CET-RIO

P.OP.01	Organização de cursos e palestras de orientação aos ambulantes, com disponibilização dos "vazios viáveis" para ambulantes a serem preenchidos.	SEOP
P.OP.02	Estudo para disponibilização de novos espaços e horários para a realização de outras feiras livres na região do Centro, atendendo à demanda dos feirantes e como forma de incentivo ao uso residencial no Centro.	SEOP

P.DC.01	Criação dos SESCORAs, programa de escoramento de edifícios em risco de desabamento que sejam protegidos pelo patrimônio cultural municipal, evitando-se o colapso das estruturas e a perda de elementos de valor histórico e artístico.	SMPU/IRPH
P.DC.02	Desenvolvimento de projeto que gere índices de custo por m ² de operações, para que possa ser criada uma taxa a ser cobrada ao infrator de acordo com o custo da operação de demolição de obras irregulares.	SECONSERVA
P.DC.03	Regulamentação da Lei Federal 13.465/2017 para agilizar a arrecadação de imóveis abandonados e em mau estado de conservação.	SMPU/IRPH
P.DC.04	Monitoramento do estado de conservação dos imóveis protegidos pelo patrimônio cultural	SMPU/IRPH
P.LL.01	Estudo de viabilidade técnica para a Criação de um Comitê de Licenciamento de obras em vias públicas (fast track) para os processos administrativos do Centro, com o intuito de reunir os órgãos envolvidos periodicamente para análise conjunta e elaboração de uma lista única de exigências, acelerando o processo de licenciamento e consequentemente a realização das obras.	SMPU/IRPH
P.LL.02	Criação ou recuperação das recomendações específicas do padrão de qualidade das calçadas e pavimentos das áreas de proteção cultural.	SECONSERVA
P.LL.03	Restauração do Comitê de Licenciamento de obras em imóveis, acelerando o processo de licenciamento e consequentemente a realização das obras.	SMPU/IRPH
P.LL.04	Elaboração de um Programa de Prevenção de Incêndios, sobretudo no Centro Histórico que frequentemente sofre com incêndios, incluindo o desenvolvimento de um "Manual de Prevenção à incêndios em edifícios históricos".	SMPU/IRPH
P.LL.05	Elaboração de nova edição e modelo de Edital do Pró-APAC, programa de fomento à recuperação de edifícios protegidos pelo Patrimônio Cultural, com prioridade para o Centro.	SMPU/IRPH
P.LL.06	Regulamentação do Fundo de Conservação do Patrimônio Cultural, como forma de subsidiar projetos e programas de recuperação do patrimônio cultural protegido.	SMPU/IRPH
P.LL.07	Encaminhar à CMRJ o PLC Reviver Centro, que inclui uma série de incentivos para a reconversão e construção de novas unidades residenciais no Centro.	SMPU
P.LL.08	Elaboração de "Manual de Instruções" para orientar o cidadão quanto ao licenciamento de obras.	SMPU
P.LL.09	Criação de um Gabinete do Centro com órgãos de serviços públicos e sociedade civil.	SMPU
P.LL.10	Distrito de Baixa Emissão	SMFP/SUBPAR/EPL
P.HA.01	Realização de Chamamentos Públicos, no âmbito do Programa Casa Verde e Amarela - PCVA, Grupo Urbano 2 - GURB 2 (destinado a famílias com renda bruta mensal de R\$ 2.000,01 até R\$ 4.000,00), visando à seleção de empresa construtora para edificar unidades habitacionais de interesse social em imóveis municipais na I.R.A. (Portuária), inseridos na APAC SAGAS, nos bairros da Gamboa e Saúde.	SMH
P.HA.02	Produção de habitação em imóveis públicos ociosos, estabelecendo parcerias com órgãos públicos grandes detentores de imóveis da II RA para construção e/ou reconversão de edifícios residenciais.	SMPU
P.AS.01	Implementação do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento para fins de elaboração do Plano Municipal Intersetorial para população carioca em situação de rua	SMAS
P.AS.02	Ampliação do escopo do Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua	SMAS
P.AS.03	Reformulação da Política de Acolhimento para a População de Rua Carioca	SMAS
P.AS.04	Albergue para casais em situação de rua	SMAS
P.AS.05	Housing First	SMAS
P.ED.01	Programa de Educação Patrimonial	SMPU/IRPH
P.ED.02	Projeto Conservando Escolas	SMPU/IRPH
P.CT.01	CENTRO DE ARTES CALOSUTE GULBENKIAN Modernizar e transformar o centro de artes em uma referência como centro de formação de técnicas das artes para a cena, para o cinema, a para o mundo do espetáculo.	SMC
P.CT.02	CENTRO MUNICIPAL DE ARTE HELIO OITICICA Parceria de cooperação técnica para devolver ao centro de arte o sentido que o originou, de promover a arte contemporânea e de expor em caráter permanente obras do artista Helio Oiticica	SMC
P.CT.03	Proposta de recuperação, reforma e modernização do Teatro Carlos Gomes, um dos palcos mais importantes do Rio e do Brasil	SMC
P.CT.04	Implementar o Programa Educativo do Museu de Arte do Rio por meio de seu braço educativo, a Escola do Olhar, seguindo as diretrizes do Plano Museológico da instituição e possibilitando uma gama de projetos pedagógicos, educativos e de formação que possibilitem o atendimento a diferentes segmentos de público e a comunicação direcionada do acervo e das exposições mantidos/desenvolvidos pelo museu	SMC

P.CT.05	Realizar a reforma estrutural do telhado do Museu da História e Cultura Afro-Brasileira, sediado no prédio da antiga Escola José Bonifácio.	SMC
P.CT.06	Implementar o Programa Educativo do Museu do Amanhã, seguindo as diretrizes do Plano Museológico da instituição e possibilitando uma gama de projetos pedagógicos, educativos e de formação que possibilitem o atendimento a diferentes segmentos de público e a comunicação direcionada dos temas abordados pelo museu e suas exposições.	SMC
P.CT.07	Ofertar espaços públicos na Orla Conde para realização de atividades culturais e eventos é uma ferramenta de oportunidades econômicas que contribui para estimular a sensação de pertencimento das pessoas que os utilizam os espaços públicos.	CDURP

ÁREA OBJETO DAS INTERVENÇÕES - TRAVESSIAS AV. RIO



PERSPECTIVA ILUSTRATIVA- RAMPA E TRAFIC CALM



DESCRÍÇÃO DA PROPOSTA:

Elaboração de projeto e execução de rampas e travessias elevadas, entre outras soluções de acessibilidade, prioritariamente nas ruas transversais da Avenida Rio Branco.

OBJETIVOS:

Atender a Norma Técnica Brasileira NBR 9050 -2004, tornando o Centro do Rio mais acessível, estimulando sua utilização para todos os fins. (demanda olímpica, parcialmente atendida, visando o turismo)

PARCERIAS:

CET-RIO, SMPU

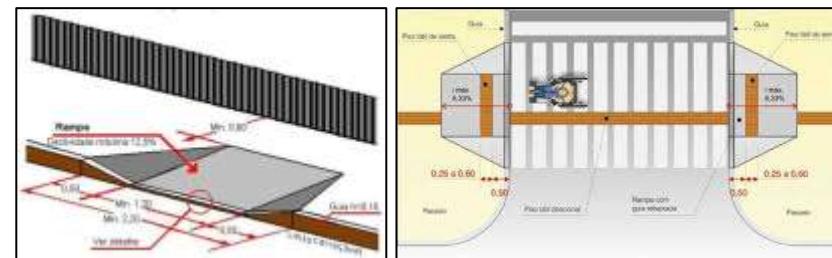
PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO:

2021 a 2024

INVESTIMENTO:

A DEFINIR

NORMA NBR 9050- 2004 - RAMPA DE ACESSIBILIDADE



CURSO DE CALCETEIROS ANTERIORMENTE REALIZADO PELA PCRJ**DETALHES DA COLOCAÇÃO DE PISO EM PEDRA PORTUGUESA****DESCRIÇÃO DA PROPOSTA:**

Reedição de curso realizado pela PCRJ em parceira com o Consulado Portugues, a fim de capacitar profissionais para a confecção e recuperação de calçadas em mosaicos de pedras portuguesas

OBJETIVOS:

Possibilitar a montagem de equipe específicas na SECONSERVA para recuperação de pavimentos em pedra portuguesa com a qualidade desejada, no Centro do Rio, obras de Burle Marx e na Orla Carioca.

Capacitar também profissionais para o mercado privado, que prestam serviço para as Concessionárias

PARCERIAS:

IRPH

PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO:

2021 a 2024

INVESTIMENTO:

A DEFINIR

BRASÃO IMPERIAL - REFERÊNCIA PARA CRIAÇÃO DOS MOSAICOS



TITULO IMAGEM



DESCRÍÇÃO DA PROPOSTA:

Projeto para execução de tapetes em pedra portuguesa identificando os locais mais significativos e emblemáticos do Império em função da comemoração dos 200 anos da proclamação da independência do Brasil

OBJETIVOS:

Criar um roteiro turístico alusivo ao Brasil Império, iniciando pelo Paço Imperial, valorizando e identificando nosso patrimônio histórico de forma lúdica, sem poluir visualmente com placas, etc..

PARCERIAS:

IRPH

PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO:

2021 a 2024

INVESTIMENTO:

A DEFINIR

SIMULAÇÃO**Descrição da Proposta:**

Elaboração de projetos de recuperação dos passeios públicos em mau estado de conservação, observando suas características históricas.

Tais projetos terão como premissa a valorização e a priorização dos pedestres, com propostas de alargamento de calçadas e ampliação dos espaços peatonais, quando possível.

Objetivos:

Requalificar os passeios públicos, sobretudo aqueles de valor histórico;

Ampliar os espaços peatonais.

Parcerias (desejadas): SMPU/CP, SMPU, CET-RIO e SECONSERVA

Prazo para implementação: não definido

Investimento: a ser definido

EXEMPLOS RUINS DE RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTO



QUALIDADE DESEJADA PARA RECUPERAÇÃO DOS PAVIMENTOS



DESCRÍÇÃO DA PROPOSTA:

Desenvolvimento de projeto que gere índices de custo por m² de operações, para que possa ser criada uma taxa a ser cobrada às concessionárias, de acordo com o custo das obras de recuperação do passeio público em Áreas de Proteção do Patrimônio

OBJETIVOS:

Quando são licenciadas obras em Áreas de Proteção do Patrimônio, existe a obrigação da Concessionária, de recompor os pisos como original, porém existe falta de empresas e profissionais habilitados para tal tarefa.

Criaremos uma equipe qualificada dentro da SECONSERVA para executar essas recuperações, de forma remunerada pela taxa cobrada às Concessionárias, garantindo a qualidade desejada

PARCERIAS:

PGM e SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO:

2021 a 2024

INVESTIMENTO:

A DEFINIR

MAPA FASE 2



RUA IMPERATRIZ LEOPOLDINA APÓS A INTERVENÇÃO



Intervenção Urbana na Praça Tiradentes e entorno

DESCRÍÇÃO DA PROPOSTA:

Intervenção na Praça Tiradentes e entorno em duas fases:
 Fase 1 – Ações imediatas: interlocuções entre órgãos
 conservação, iluminação, limpeza e ordenamento/ segurança

Fase 2- Ações de qualificação urbana: proposta urbanística

- 1- colocação de balizadores
- 2- nivelar via ampliando passeio
- 3- delimitar espaço informando desvio
- 4- promover acessibilidade
- 5- deslocamento da bilheteria do VLT – liberando perspectiva
- 6- nivelar calçadas com a rua
- 7- ampliar passeio
- 8- redefinição geometria do cruzamento
- 9- promover acessibilidade na travessia
- 10- deslocar respirador da light
- 11- redesenhar vagas de estacionamento
- 12- reativar fachada
- 13- redesenhar via suprimida da praça Tiradentes entre os nº 69 e 85 (CRAB)

Sinalização histórica; Instalação de bicicletários

OBJETIVOS:

Requalificar o entorno da praça Tiradentes a partir de ações coordenadas entre os órgãos da prefeitura e intervenções de baixo custo, valorizando o patrimônio cultural e proporcionando qualidade e vivência do espaço protegido.

PARCERIAS (desejadas): SEOP, SECONSERVA, RIOLUZ, CETRIO, FPJ, COMLURB.

PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO: não definido

INVESTIMENTO: fase 1 (será realizado com orçamento de órgão – são ações rotineiras conjugadas

Fase 2- sem estimativa de custo

Exemplo: Projeto Senador Dantas



Exemplo de urbanização WRI



Descrição da Proposta:

Desenvolvimento de projetos para passeios públicos visando promover a acessibilidade universal, caminhabilidade, arborização, melhorias urbanos-ambientais e apoio ao uso residencial.

Redimensionamento de caixas de rua e passeios, a ampliação dos espaços de circulação de pedestres e da infraestrutura verde.

Objetivos:

Melhorar travessias;

Ampliar a arborização urbana;

Melhorar a percepção do espaço público na Área Central;

Tornar as praças adequadas às demandas de moradores;

Desenvolver espaço público compatíveis com as áreas protegidas e alinhadas com as diretrizes do PLC Reviver Centro

Garantir a acessibilidade universal e segurança do pedestre.

Estabelecer parcerias para patrocínio e gestão de espaços públicos

Desenvolver urbanização de áreas testadas com urbanismo tático

Parcerias:

IRPH, CET-RIO, SECONSERVA

Prazo para implementação:

2021

INVESTIMENTO: capital externo ao Município ou Parceria público Privada, recursos da Operação Interligada do REVIVER

SIMULAÇÃO



PLANTA BAIXA DA INTERVENÇÃO



DESCRÍÇÃO DA PROPOSTA:

Criação de um memorial da escravidão que se divide em:
 Jornada - O trecho da Avenida Rodrigues Alves até o sítio arqueológico, hoje aterrado, anteriormente era o mar. Assim, o projeto se remete ao passado histórico deste lugar, e se relaciona com as viagens marítimas e com aqueles que perdemos no caminho. Permeiam o passeio, árvores e plantas, fundamentais para a filosofia Afro-brasileira.

Chegada - A descoberta arqueológica constitui local significativo de desembarque dos africanos no Rio de Janeiro. O cais de pedra foi revelado e preservado. A proposta valorizará o local com intervenções urbanas, paisagísticas e artísticas de consolidação do seu valor histórico e cultural.

Depósito - O trecho da Rua Sacadura Cabral até Rua Senador Pompeu representa o caminho dos escravos, trazidos para serem "depositados", ou seja, armazenados, engordados e finalmente vendidos. A proposta paisagística prevê uma referência ao uso histórico da praça, relacionado a disposição das espécies vegetais com o tratamento mercadológico dado às pessoas. O fechamento da rua em frente ao casario e a execução de um *speed table* na Rua Camerino amplia a praça, prioriza o pedestre e valoriza o espaço histórico.

OBJETIVOS:

Requalificar o entorno do Cais do Valongo, promovendo reflexão e conhecimento sobre o seu passado histórico.

PARCERIAS:

Sara Zeud, CDURP, FPJ e CET-Rio

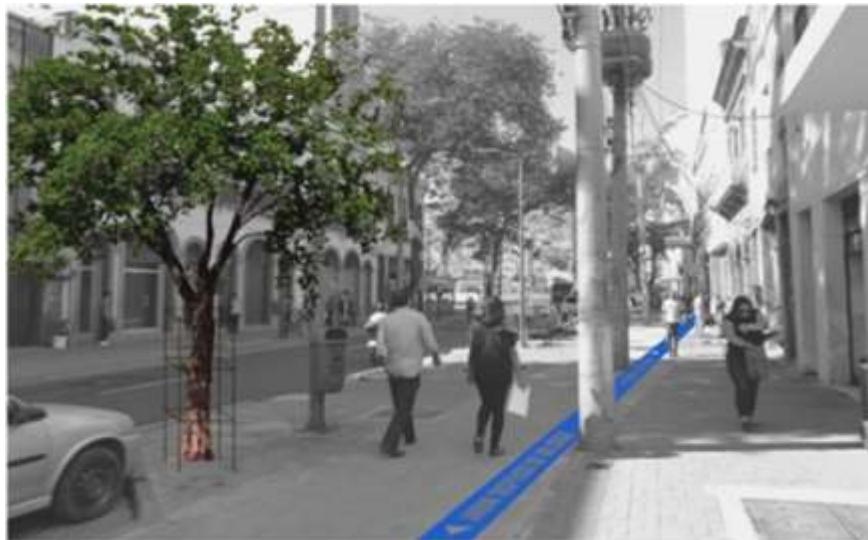
PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO:

Não definido

INVESTIMENTO:

R\$ 20 milhões (obras) e R\$ 1,5 milhões (projetos executivos)

SIMULAÇÃO



MAPA DO CIRCUITO



DESCRÍÇÃO DA PROPOSTA:

Criação de identidade visual e marca para o Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana, por meio de concurso. Os elementos a serem criados indicarão o circuito a ser seguido por todos os visitantes interessados na reapropriação da história da escravidão e da formação cultural na cidade.

Cada um dos pontos do circuito remete a uma dimensão da vida dos africanos e seus descendentes na Região Portuária. Esses marcos receberão sinalização oficial de ponto do Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana, sendo instalado mobiliário urbano de sinalização, de comunicação e direcional em cada um dos locais.

Ao lado disso, serão definidas linhas marcando o caminho a ser percorrido entre os pontos, guardando resquícios de diversos períodos da evolução urbana e memória dos povos que por ali transitaram.

OBJETIVOS:

Criar e Fortalecer a identidade visual do Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana, a partir de elementos visuais, mobiliário urbano e demarcação da linha no piso, conectando os pontos do circuito;

PARCERIAS: CDURP

PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO: não definido

INVESTIMENTO:

Prêmio do Edital - R\$ 125.000,00 (2015)
Orçamento para a intervenção não estimado

MONUMENTOS PRIORITÁRIOS PARA RESTAURAÇÃO



Chafariz do Monroe



Monumentos Passeio Público



Monumentos C. Santana



Monumentos Cinelandia

MONUMENTOS PRIORITÁRIOS PARA RESTAURAÇÃO



Monumento a D.Pedro I- Praça Tiradentes

Descrição da Proposta:

Projeto de Recuperação de Monumentos Histórico da Cidade: elaboração de projetos de conservação, recuperação e restauração de monumentos e chafarizes

Objetivos:

Resgatar a identidade do Patrimônio Carioca através da recuperação dos seus Monumentos e chafarizes históricos. Estamos elaborando Planos de Trabalho para publicação de Editais de Chamamento para captação de recurso para estas restaurações em complementação às executadas pela PCRJ.

Parcerias:

IRPH , FPJ e SOCIEDADE CIVIL

Prazo para Implementação:

2021 a 2024

Investimento:

A DEFINIR

ILUMINAÇÃO EM ARCO



PLANTA ESQUEMÁTICA DA INTERVENÇÃO APÓS A RECUPERAÇÃO



DESCRÍÇÃO DA PROPOSTA:

Proposta de recuperação dos modelos de postes e luminárias utilizados no início do século XX, quando se iniciou a iluminação pública elétrica na cidade pela empresa The Rio de Janeiro Light and Power Company.

Para tal, os modelos dos antigos postes e luminárias serão restaurados e adaptados às tecnologias contemporâneas, garantindo eficácia, sustentabilidade e iluminação de qualidade.

Iluminação pública promove sensação de segurança e facilita, portanto, a ocupação dos territórios. Neste sentido, esta ação é essencial não somente para valorizar o patrimônio cultural, mas também para viabilizar a reocupação que se pretende na área central.

A proposta foi desenvolvida pela equipe técnica do IRPH, inicialmente no âmbito do Programa Centro Para Todos (2015/2016), conjugando esforços de diferentes órgãos.

OBJETIVOS:

resgatar a iluminação pública histórica do Centro antigo, devolvendo à paisagem carioca os arcos, cordoalhas e postes de ferro fundido

PARCERIAS:

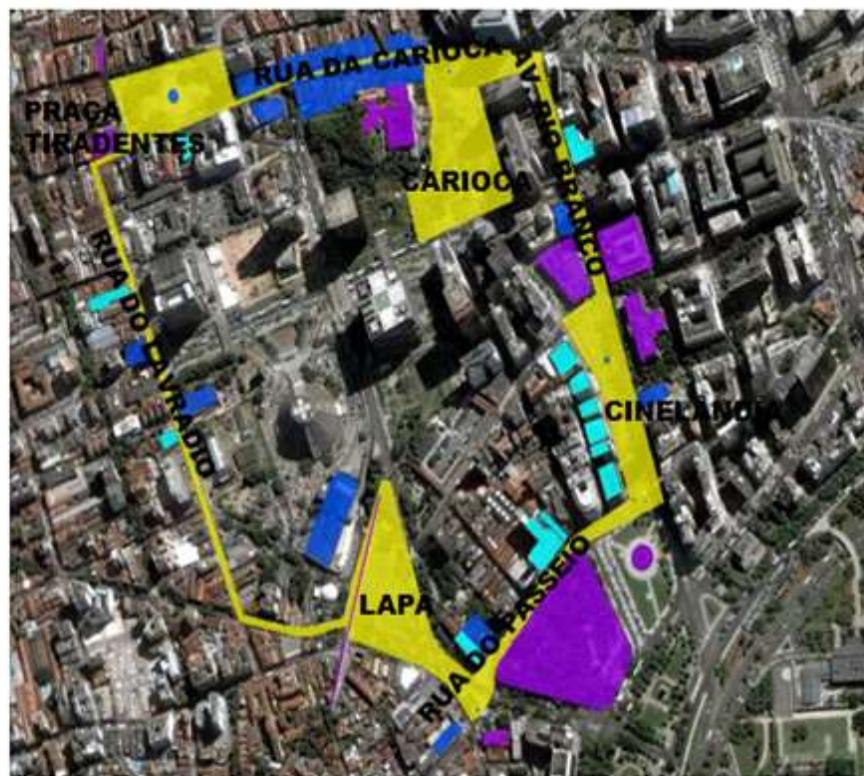
RIOLUZ, SECONSERVA, II ADMINISTRATIVA CENTRO - GERÊNCIA EXECUTIVA LOCAL, SMART LUZ,

PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO:

2021

INVESTIMENTO:

MAPA DO CIRCUITO



- BENS TOMBADOS FEDERAIS
- BENS TOMBADOS ESTADUAIS
- BENS TOMBADOS MUNICIPAIS



DESCRÍÇÃO DA PROPOSTA:

Criação de um circuito histórico iluminado e realização de um workshop sobre Iluminação Pública em Centros Históricos.

Paralelamente à valorização da história e especificidades do lugar, a iluminação utilizada de forma lúdica e interativa permite a criação de cenários, reinterpretações do espaço, novas poéticas, experiências e emoções, intensificando assim, a percepção do patrimônio e a qualidade do ambiente histórico.

Assim, o evento Círculo Histórico Iluminado propõe a iluminação cênica durante sete dias de uma área piloto e dos monumentos na área de abrangência do Master Plan.

O Círculo inclui a Praça Tiradentes, a Rua da Carioca, Largo da Carioca, Avenida Rio Branco, Praça da Cinelândia, Rua do Passeio, Praça dos Arcos, Rua dos Arcos e Rua do Lavradio, retornando a Praça Tiradentes.

Além de possibilitar novas percepções e reflexões acerca do patrimônio cultural, a partir da iluminação diferenciada, o evento permitirá a divulgação de informações históricas.

OBJETIVOS:

Discutir a importância da iluminação na paisagem da cidade, e consolidar informações técnicas para iluminação e valorização do patrimônio histórico protegido.

PARCERIAS (desejadas): rioluz, smart luz, IPHAN, INEPAC

PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO: sem previsão

INVESTIMENTO: R\$ 1.235.000,00 (base FUNCEFET/ RIO LUZ janeiro 2010) Valor atualizado em 2021= R\$2.500.425,07 (variação calculada pelo Índice Nacional da Construção atualizados até o INCC de Fevereiro de 2021)

PRAÇAS, CORREDORES DE LUZ E REFORÇO DE ILUMINAÇÃO



DESCRÍÇÃO DA PROPOSTA:

A qualificação do espaço urbano das áreas históricas se consolida como importante instrumento para a efetiva proteção, potencializando a percepção do patrimônio e a permanência das pessoas nestes locais, respeitando suas especificidades.

Neste contexto, a iluminação pública desempenha papel singular e influencia o modo como as pessoas sentem o ambiente construído em que vivem e percebem o lugar.

O masterplan considera três níveis de iluminação para o centro histórico:

- 1) A iluminação artística, elaborada através de noções de lighting design, criando praças e corredores de luz com iluminação cênica que valoriza e conecta as principais áreas do centro histórico, potencializando a percepção dos valores e possibilitando maior segurança de uso destes ambientes;
- 2) A iluminação arquitetural dos monumentos e bens tombados;
- 3) A iluminação funcional, considerando o reforço completo da iluminação existente na área.

A proposta considera a busca de eficiência energética e sustentabilidade nos três diferentes níveis.

OBJETIVOS:

Valorizar e qualificar o ambiente histórico através da iluminação pública.

PARCERIAS (desejadas): rioluz, smart luz, IPHAN, INEPAC

PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO: não definido

INVESTIMENTO: não definido

Projeto de inclusão socioprodutiva para catadores autônomos de materiais recicláveis em situação de rua

CATADOR DE MATERIAL RECICLÁVEL NO CENTRO DO RIO



Arquivo Documentário Amor de Papelão – 2020.

Descrição da Proposta: O enfrentamento a PSR na Cidade do Rio de Janeiro configura-se, portanto, como um grande desafio para a gestão municipal. Esta proposta decorre da necessidade de traçarmos estratégias inovadoras e efetivas no que diz respeito a modalidade de projetos de inclusão socioprodutivas para pessoas em situação de rua na Cidade do Rio de Janeiro. O último Censo de PSR realizado em 2020 pela Secretaria Municipal de Assistência Social, pelo Instituto Pereira Passos e pela Secretaria Municipal de Saúde estima que existam na Cidade 7.272 pessoas vivendo nesta situação, deste universo 63% exercem algum tipo de atividade para obter renda, sendo 47,5% proveniente da catação de materiais recicláveis ou lixo.

Objetivos: o projeto visa buscar subsídios para a criação de uma cooperativa e promover o impacto socioambiental na medida em contribuir para o armazenamento adequado dos materiais recicláveis e a sustentabilidade. São objetivos específicos do Projeto:

- Incentivar as práticas de coleta seletiva através de um trabalho socioeducativo com os catadores autônomos, tendo como viés a preservação do meio ambiente e da segurança no manejo dos materiais;
- Incentivar o acesso dos catadores autônomos ao processo completo de reciclagem da mercadoria coletada;
- Geração de TR;
- Possibilitar a visibilidade ao segmento dos catadores e ao trabalho desenvolvido;
- Oferecer oficinas e atividades referente ao uso de materiais recicláveis para confecção de produtos diversos;
- Inserção da população atendida na rede de acolhimento institucional – albergues.

Parcerias: Proposta de Parceria FURNAS, SMF, SMCMA,

Prazo para Implementação: Longo Prazo – 9 Meses

Investimento Inicial: 1 Coordenador, 1 Eng. Ambiental, 01 A. Social, 1 Assistente Administrativo e 4 ASG; Locação ou termo de cessão de galpão para o entreposto da coleta, seleção, armazenamento e comercialização dos recicláveis com espaço, sala administrativa e banheiros; Equipamentos e material permanente e de consumo (prensa, balança, carrinhos, empilhadeiras, equipamento de proteção individual).

Custo estimado: 2 milhões ao ano.

**DESCRIÇÃO DA PROPOSTA:**

Desenvolvimento de Projeto para hierarquização de tonalidades das papeleiras em Áreas de Proteção Cultural, parques e outros locais (papeleiras cinzas, laranjas e verdes).

OBJETIVOS:

Adequar a tonalidade das papeleiras à ambência do Rio Antigo, nas áreas verdes, praças e jardins em harmonia com os prédios público, em especial a Cinelândia e entorno.

PARCERIAS:

IRPH

PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO:

2021 A 2024

INVESTIMENTO:

A DEFINIR





COLETA SELETIVA

Eu faço !!

**DESCRIÇÃO DA PROPOSTA:**

Desenvolvimento de projeto para ampliação da coleta seletiva no Centro, com prioridade para o Distrito de Baixa Emissão.

OBJETIVOS:

Este projeto vem de encontro ao Projeto do Distrito de Baixa Emissão, coordenado pela SMFP/EPL, além do Projeto de organizar uma Cooperativa de Catadores de Papel Reciclado, da SMAS. Como objetivos do projeto, além de reduzir os impactos ao meio ambiente, também visa contribuir com a geração de renda para a população em situação de rua e de baixa renda.

PARCERIAS:

SMFP/EPL e SMAS

PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO:

2021 A 2024

INVESTIMENTO:

A DEFINIR

Trabalhadores da FPJ



Trabalhadores da FPJ

**Descrição da Proposta:**

Visto o aumento de demanda de serviços e a escassez de materiais para auxílio dos funcionários operacionais de turmas de campo, foi implantada parceria de doação de ferramentas (vassoura de aço, tesoura de grama, pá, sacho, pazinha estreita e outros), com intuito de conter o atraso das intervenções e sanar as demandas existentes.

Objetivos:

Aquisição de ferramentas através de doação.

Parcerias:

Fundação Parques e Jardins junto a ONG's, associações, voluntários e ou qualquer cidadão que possua interesse em fazer parte da história da Cidade do Rio de Janeiro e de seus espaços verdes.

Prazo para Implementação: Esta ação está em curso.

Investimento:

Não onera nenhum valor aos cofres públicos.

Descrição da Proposta:

Plantões de sobreaviso para suprir eventuais demandas de conservação de espaços públicos.

Objetivos:

Conter avanço de emergências.

Parcerias: -**Prazo para Implementação:**

Implementado desde janeiro de 2021.

Investimento:

Não onera nenhum valor aos cofres públicos.

Intervenção - Dia da Terra**Plantio - Dia da terra****Descrição da Proposta:**

Realizar mapeamento das atividades recorrentes nas praças da cidade e fomentar novas atividades, buscando uma ocupação cidadã do espaço público, implementando a cultura de Praças Vivas.

Objetivos:

Conhecer e apoiar experiências exitosas de atividades que já acontecem nas praças e parques da cidade, levar essas iniciativas para praças e parques carentes de atividades, assim como o fomento de novas iniciativas de atividades e eventos pontuais.

Parcerias:

Associações de moradores, profissionais de educação física, grupos de escoteiros, ongs, e etc.

Prazo para Implementação:

Trabalho iniciado em FEV/2021 e com implementação gradativa.

Investimento:

Não onera nenhum valor aos cofres públicos.

Trabalhadores da FPJ**Plantio em árvore em via pública****Descrição da Proposta:**

Identificação e levantamento de possíveis áreas para arborização urbana.

Objetivos:

- Aumento do número de árvores plantadas
- Amenizar ilhas de calor
- Redução do CO₂ na atmosfera
- Melhorar qualidade do ar

Parcerias: -**Prazo para implementação:**

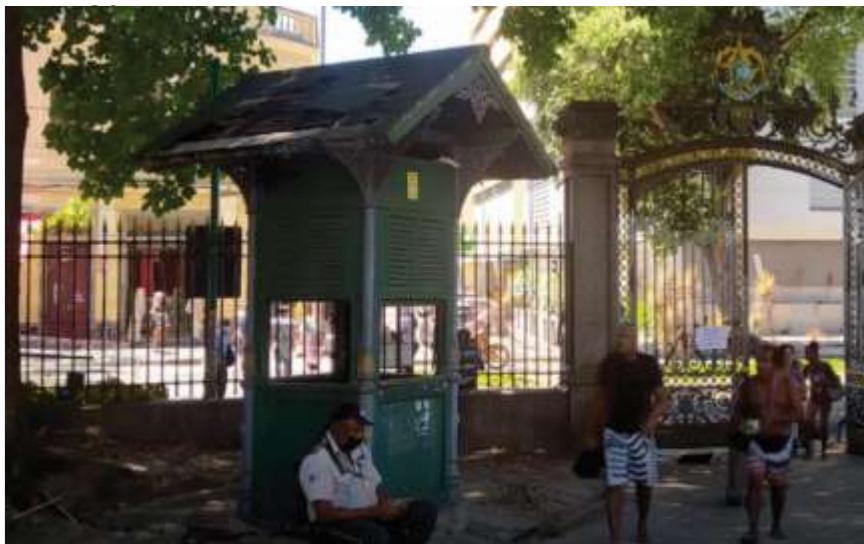
Esta ação está em curso.

Investimento: indeterminado

TRECHO DO GRADIL QUE PRECISA DE OBRA DE RECOMPOSIÇÃO



GUARITA E PORTÃO VOLTADOS PARA O SAARA, E SEUS



DESCRÍÇÃO DA PROPOSTA:

- Captação de recursos para
- Restauração dos Portões
- Restauração de Gradis
- Restauração de Guaritas

OBJETIVOS:

- Auxiliar a captação de recursos para restauração de monumentos do Campo de Santana;
- Melhoria de aspectos da segurança e vigilância.

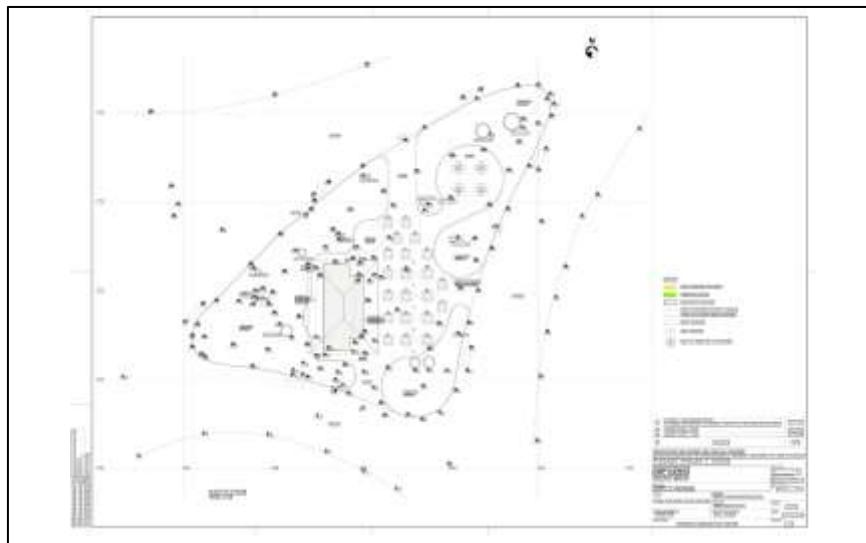
PARCERIAS: Adotantes e doadores, como o que ocorreu recentemente com a obra de restauração do Portão do Parque Guinle

PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO: 90 dias.

INVESTIMENTO: R\$757.640,61

ORÇAMENTO ATUALIZADO - IGP-M (ABRIL/2021)

TITULO IMAGEM



TITULO IMAGEM

**Descrição da Proposta:**

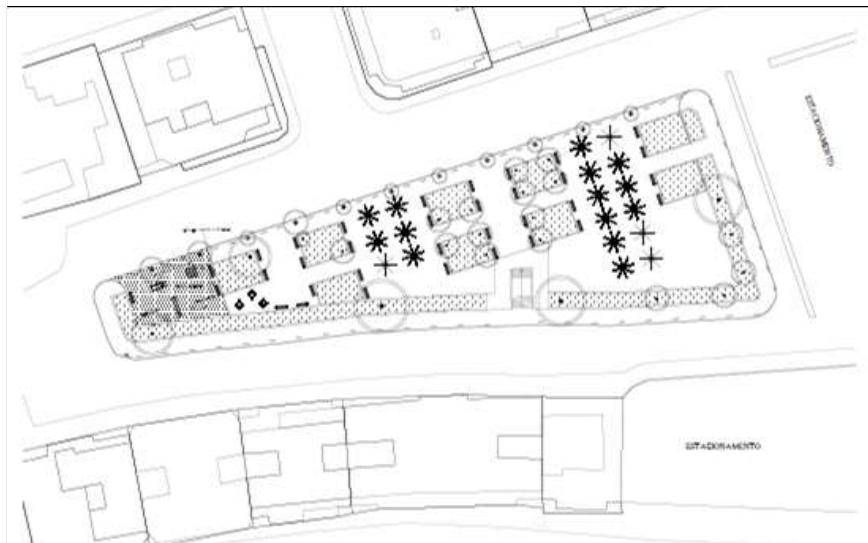
Projeto de recuperação e adequação de uso nas estruturas existentes, banheiros públicos atualmente fechados para uso. Contempla um projeto arquitetônico de um café com banheiros inclusos de cerca de 39,90 m² aprovado pelo IPHAN e uma sala multiuso com banheiros.

Objetivos:

- Atrair pessoas para desfrutar e conhecer o campo
- Aumentar o fluxo nesta área não muito movimentada
- Aumentar a segurança
- Requalificar a frequência de uso.

Parcerias: INEPAC e licitação para uso**Prazo para implementação:** 150 dias**Investimento:** R\$425.367,43

ORÇAMENTO ATUALIZADO IGP-M (ABRIL/2021)

SITUAÇÃO EXISTENTE**IMPLANTAÇÃO DA PROPOSTA****DESCRÍÇÃO DA PROPOSTA:**

Elaboração de projeto para reurbanização da Praça Virgílio de Melo Franco;

OBJETIVOS:

Revisão do projeto paisagístico, implementação de equipamentos, manejo da arborização e implantação de jardins de chuva na rua lateral (alagamentos).

PARCERIAS:

RIO ÁGUAS

PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO: 45 dias.

INVESTIMENTO: R\$182.533,11 +
ORÇAMENTO ATUALIZADO IGP-M (ABRIL/2021)

SITUAÇÃO EXISTENTE



PROPOSTA



Descrição da Proposta:

Revitalização da situação existente. Propostas integradas entre mobilidade, drenagem urbana (com implantação de alternativas sustentáveis), ampliação da vegetação e cobertura vegetal como um todo.

Objetivos:

- Incentivo a apropriação do espaço público de qualidade;
- Melhoria da qualidade sanitária (das águas);
- Criação de um novo vetor de mobilidade não motorizado;
- Preservação e valorização das áreas verdes.
- Ampliar a arborização da Avenida visando a melhoria do conforto ambiental.

Parcerias: RIO-ÁGUAS

Prazo para implementação: Indeterminado.

Investimento: Atualizar o orçamento.

SITUAÇÃO EXISTENTE**Descrição da Proposta:**

Projeto de ampliação da vegetação na Avenida Presidente Vargas.

OBJETIVOS: Realizar a manutenção e recuperação dos vasos existentes a favor da paisagem local.

PARCERIAS:

PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO: Dezembro de 2021.

INVESTIMENTO: Atualizar o orçamento.

Logo adote.rio



Tipos de Adoção



Programa de incentivo à adotantes para áreas verdes do Centro

DESCRIÇÃO DA PROPOSTA:

Atualmente possuímos onze áreas e monumentos públicos adotados na região e outras cinquenta sem parcerias. Precisamos ampliar o conhecimento sobre o programa Adote.rio, valorizar as parcerias com os atuais adotantes e as melhorias produzidas a partir delas.

OBJETIVOS:

Com a divulgação destes benefícios desta parceria e atrair novos adotantes. Paralelamente a esse esforço realizar estudo sobre contrapartidas de redução tributária para o adotante.

PARCERIAS: -

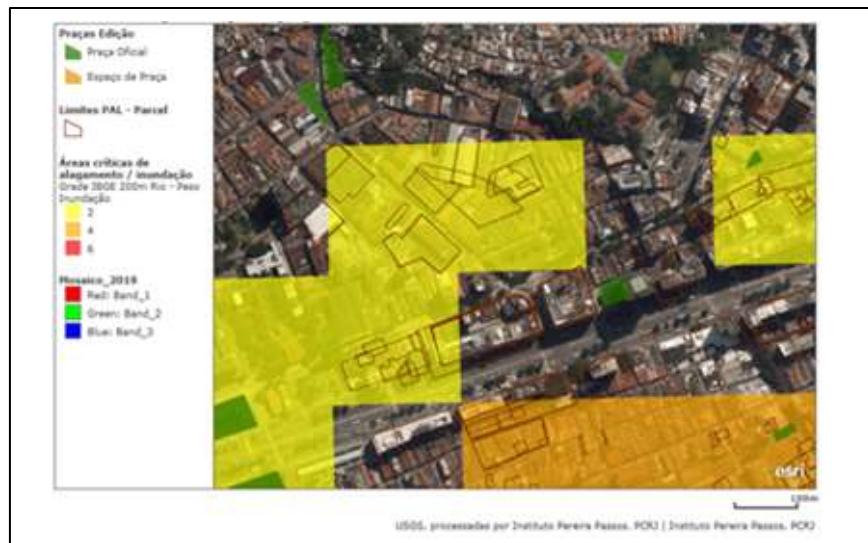
PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO: Esta ação está em curso.

INVESTIMENTO: Não onera nenhum valor aos cofres públicos.

POTENCIAL ÁREA PARA CRIAÇÃO DE PRAÇAS



POTENCIAL ÁREA PARA CRIAÇÃO DE PRAÇAS



Identificação e elaboração de projetos para praças em PAL

Descrição da Proposta:

Identificação e elaboração de projetos para áreas preferencialmente não ocupadas por edifícios, como estacionamentos, e que tendem apresentar ocorrências de alagamentos (de pequena, média ou alta magnitude). Também serão pesquisados os PAL desses lugares para averiguação do uso a qual se destinam.

Objetivos:

Criação de novas praças em locais com problema de alagamento. Considerando que a impermeabilização do solo é uma das causas de enchentes e inundações, as praças podem auxiliar na redução desse problema. Além disso, a substituição de áreas destinadas a estacionamentos por praças poderá, contribuir na redução da poluição do ar já que automóveis são um dos principais agentes poluidores da atmosfera.

Parcerias:

SMUP; IPP; RioÁguas que já contribuíram com as informações que serão utilizadas para identificação de áreas para projeto.

Prazo para implementação: 3 meses

Investimento:

Passeio Público**Campo de Santana**

Descrição da Proposta: Desenvolver Planos de Gestão das praças e parques históricos situados na região central (Campo de Santana, Passeio Público e Praça Paris)

Objetivos: Os planos de gestão dos parques históricos da região central são indispensáveis como instrumentos de gestão, e deverão ser obrigatoriamente atualizados com os objetivos administrativos das regiões em que se encontram.

Parcerias:

Prazo para Implementação: 2 anos

Investimento: Indeterminado

Descrição da Proposta:

Adquirir através de PPP, concessão de áreas adotantes verdes e públicas como parques e praças, a partir de parcerias responsáveis para gerir estes espaços. Para isso, será elaborado um TdR - Termo de Referência contendo premissas base para a elaboração do PMI - Plano de Manifestação de Interesse pelo interessado

Deverá ser apresentado as contraprestações do poder público (ex. poda, manutenção, etc)

Deverá ser previsto a contratação de consultorias para elaboração do/s TdR

Objetivos:

- Elaborar o/s TdR definindo as premissas necessárias
- Desonerar o Estado
- Requalificar áreas verdes públicas

Parcerias: SMPU

Prazo para implementação: elaboração do tdr dez 2021

Investimento: contratações de consultorias para elaboração de tdr - R\$200 mil

SITUAÇÃO EXISTENTE**PROPOSTA****Descrição da Proposta:**

Revitalização do boulevard paralelo à Rua 13 de maio, projetado para ser inserido na paisagem de forma harmônica, com fechamento orgânico, sem perda de visibilidade e contato entre a rua e o edifício histórico.

Objetivos:

Com a nova concessão de restaurantes associados ao Teatro, a ideia é tornar esse espaço externo agradável para descansar e comer em intervalos. Melhoria em especial do mobiliário e do sombreamento do local.

Parcerias:

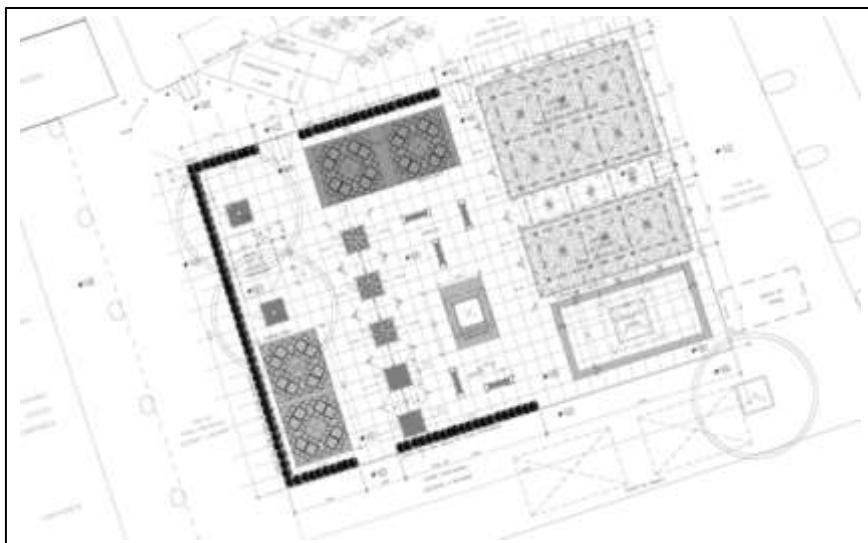
Prazo para Implementação: Indeterminado

Investimento: Indeterminado

SITUAÇÃO EXISTENTE



IMPLEMENTAÇÃO DA PROPOSTA



Descrição da Proposta: Praça da Anistia - Projeto de reurbanização da praça - Revisão do projeto, orçamento e implantação via licitação/concessão.

Objetivos: Revitalizar a praça através da reordenação dos equipamentos ali existentes e inserção de novo uso via concessão para instalação de quiosque de alimentação com ombrelones, mesas e cadeiras, além do tratamento da arborização existente e recuperação dos pisos.

AEIU do Porto: Já possui projeto aprovado.

Padrões de mobiliário de Urbanismo.

Utilização de espaço público para fins comerciais necessita aprovação da CDURP.

Parcerias: Licitação por modelo de concessão para exploração do quiosque em troca da implantação do e conservação do projeto.

Prazo para implementação: 120 dias.

Investimento: R\$749.492,94

Orçamento atualizado - IGP-M (ABRIL/2021)

LOCAL DO MINI-HORTO**MATERIAL MAL ACONDICIONADO A SER ORGANIZADO**

Requalificação das Instalações de apoio do Campo de Santana

Descrição da Proposta:

Requalificação das Instalações de apoio do Campo de Santana - Planejamento de ações de correção de drenagem, reforma de edificações, delimitação da área de mini-horto e pavimentação de acesso de veículos.

Objetivos:

- Limpeza e organização do espaço de trabalho
- Melhoria das condições de trabalho dos servidores do Campo de Santana
- Solução para problemas de drenagem do solo, via implementação de jardim de chuva, acondicionamento de materiais e caçamba de entulho e melhoria nas condições de acesso de veículos de apoio
- Depois de realizada a obra de requalificação, será possível demolir construção inadequada feita sobre a Gruta

Parcerias:

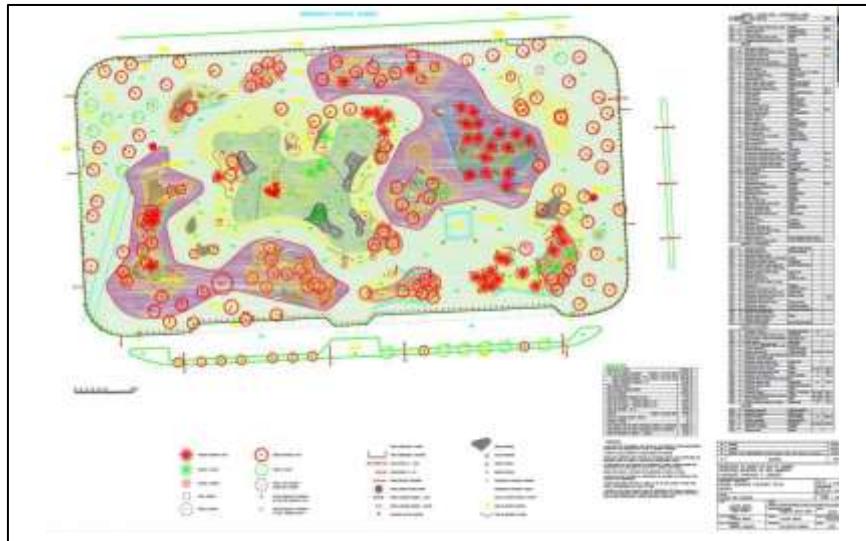
SECONSERVA
COMLURB

Prazo para Implementação:

Projeto: 60 dias
Execução 180 dias

Investimento: Não estimado

TÍTULO IMAGEM



TÍTULO IMAGEM



DESCRÍÇÃO DA PROPOSTA:

Realização de obras de conservação e manutenção, através do manejo da vegetação existente, remoção de espécies invasoras, replantio de espécies respeitando, na medida do possível, o projeto original, recuperação estrutural do lago central, piso, bancos e luminárias, relocação do bicicletário, remoção de mictórios e instalação de rampas de acessibilidade.

OBJETIVOS:

- Recuperação do projeto original do paisagista Roberto Burle Marx, na medida do possível;
- Valorização da praça como patrimônio paisagístico e como porta de entrada dos turistas e visitantes, devido a sua implantação em frente ao Aeroporto Santos Dumont;

PARCERIAS: INEPAC/RIOLUZ

PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO: 120 dias.

INVESTIMENTO: R\$1.529.702,16

ORÇAMENTO ATUALIZADO IGP-M (ABRIL/2021)

Exemplo: Projeto Oásis no Saara

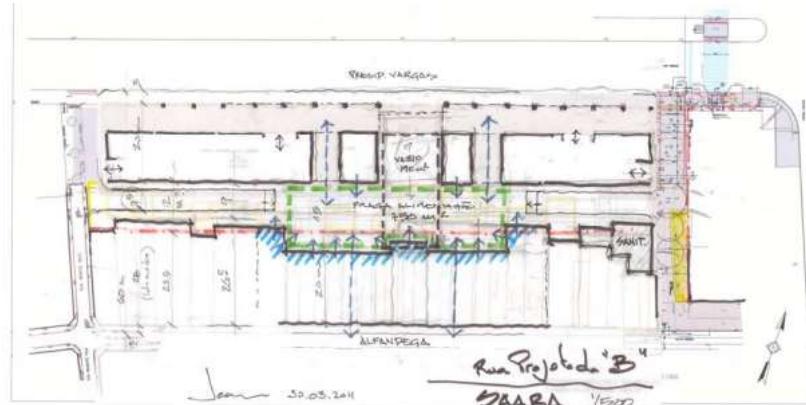


Ilustração Projeto Oásis no Saara



Descrição da Proposta:

Visa aumentar a oferta de espaços públicos da região, que deverão privilegiar sua utilização pela população, em especial moradores.

Serão desenvolvidos projetos garantindo a caminhabilidade, a qualidade urbano-ambiental e a saúde dos cidadãos. A criação de novas áreas verdes e de lazer dar-se-á através da implantação de recuos, largos e praças já previstos ou a definir em Projetos Aprovados de Alinhamento.

Objetivos:

Distribuir melhor a oferta de áreas de praça no bairro
Ampliar a arborização urbana

Melhorar a percepção do espaço público na Área Central
Tornar as praças adequadas às demandas de moradores
Desenvolver espaço públicos compatíveis com as áreas protegidas e alinhadas com as diretrizes do PLC Reviver Centro

Garantir a acessibilidade universal e segurança do pedestre.
Estabelecer parcerias para patrocínio e gestão de espaços públicos

Parcerias:

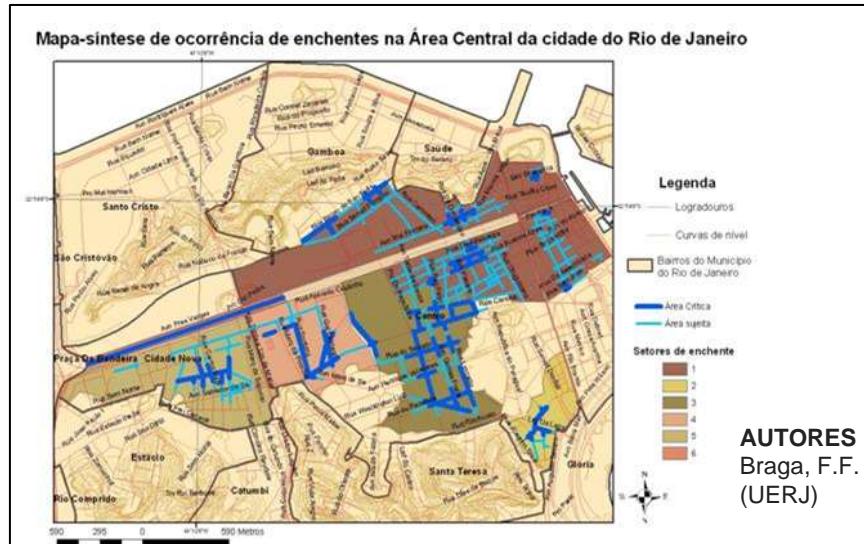
IRPH, IPP, SPU, FPJ, SECONSERVA

Prazo para implementação:

2021

INVESTIMENTO: capital externo ao Município ou Parceria público Privada, recursos da Operação Interligada do REVIVER

ÁREAS DO CENTRO CLASSIFICADAS POR GRAU DE ALAGAMENTO



PONTO DE ALAGAMENTO CENTRO DO RIO

**Descrição da Proposta:**

Mapeamento dos locais críticos para execução de intervenções visando a extinção de pontos de alagamento

Objetivos:

Redução dos transtornos e prejuízos causados pelas enchentes, dentro do escopo da SECONSERVA - microdrenagem, e identificação de necessidade de intervenções de macrodrenagem a serem demandadas projeto e execução pela INFRAESTRUTURA.

Parcerias:

1746, CENTRO DE OPERAÇÕES, COMLURB e RIOÁGUAS

Prazo para Implementação:

2021 a 2024

Investimento:

A DEFINIR

**DESCRÍÇÃO DA PROPOSTA:**

Aprimoramento do Plano Verão (projeto ralo limpo) - a ser iniciado em novembro em 2021, com a limpeza dos ralos e galerias dos principais pontos de alagamento identificados.

OBJETIVOS:

Executar serviços de manutenção, limpeza e desobstrução de galerias de águas pluviais, caixas e ramais de ralos, bocas de lobo, poços de visita, caixas de areia, dentre outros dispositivos de drenagem urbana, com equipamentos especiais dotados de sistemas de vácuo/hidrojateamento, retroescavadeiras, caminhões basculantes, compressores de ar e viaturas de serviço que dão suporte às equipes, incluindo regime de plantão nos finais de semana e feriados, durante todo o período do verão.

PARCERIAS:

SECONSERVA e RIO-ÁGUAS

PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO:

2021 a 2024

INVESTIMENTO:

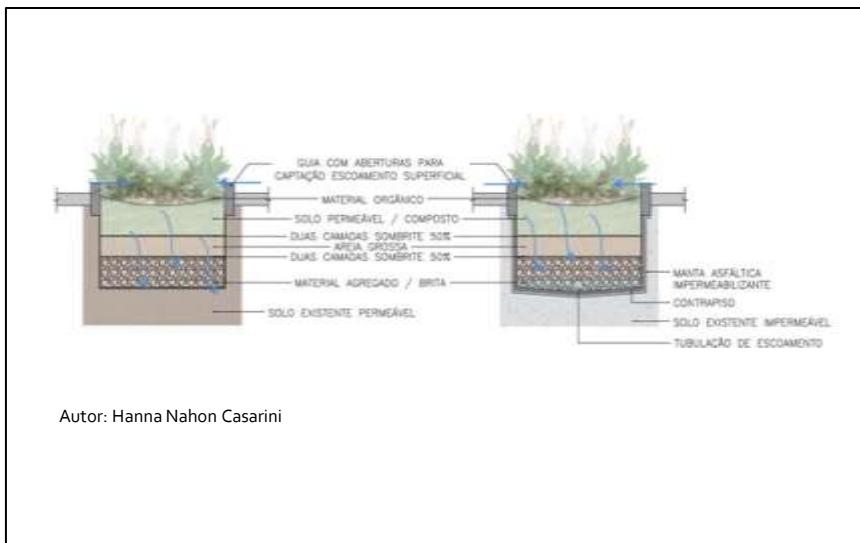
A DEFINIR

Imagen de JD realizado em São Paulo - Largo das Araucárias/2017



Fonte: <http://fluxus.eco.br/>

Detalhe Jardim de Chuva



Autor: Hanna Nahon Casarini

Descrição da Proposta:

Desenvolvimento de projetos de Jardins de Chuva (abordagem ecológica do desenho da paisagem urbana, tipologia de Soluções Baseadas na Natureza - SbN), visando múltiplos benefícios ao ambiente urbano. Após análise da Rio Águas dos principais pontos de intervenção para mitigação dos alagamentos e implementação dos jardins de chuva, os mesmos devem ser projetados seguindo diversos parâmetros técnicos e ambientais para serem eficazes e oferecerem além do benefício do auxílio à drenagem convencional, o aumento da permeabilidade do solo, da biodiversidade, qualidade de vida, entre outros.

Objetivos:

- Incentivar e disseminar o conceito de Soluções Baseadas na Natureza - SbN
- Aumento das áreas permeáveis em parques, praças e passeios públicos
- Aumento da biodiversidade e provisão de serviços ecossistêmicos
- Auxiliar na drenagem das águas superficiais urbanas contribuindo para a mitigação de alagamentos em pontos estratégicos e pré-estabelecidos
- Incentivar o planejamento urbano da cidade considerando novas tipologias e soluções, visando diminuir custos com manutenções, alagamentos, etc a longo prazo

Parcerias: RIO-ÁGUAS

Prazo para Implementação: à definir.

INVESTIMENTO: à definir (necessário levantamento das áreas de atuação)
possibilidade de parcerias com instituições privadas

Mapeamento de Áreas de Alagamentos na Região do Centro



Inspiração.



Descrição da Proposta:

Identificação das áreas de alagamentos baseados nas informações do COR-Rio, Fundação Rio-Águas e demais órgãos envolvidos na manutenção e operação do sistema de drenagem da cidade. Avaliar a possibilidade de mitigar alagamentos com técnicas focadas em Soluções Baseadas na Natureza que visam promover a integração do sistema de drenagem com as áreas verdes. Os impactos negativos dos alagamentos afetam diretamente a mobilidade e restringem a valorização do espaço urbano.

Objetivos:

Tratar alagamentos locais diminuindo a necessidade de implantações de redes de microdrenagem. Diminuir custos de recuperação e manutenção do sistema de drenagem numa região extremamente consolidada. Organizar e georreferenciar o cadastro do sistema de microdrenagem além de atualizar o mapeamento de áreas de alagamentos desta região. Disseminar o conceito da infraestrutura verde e azul destacando suas múltiplas funções e benefícios.

Parcerias: SMAC/FPJ/SMPU/IRPH/SMI/SECONSERVA

Prazo para Implementação: à definir.

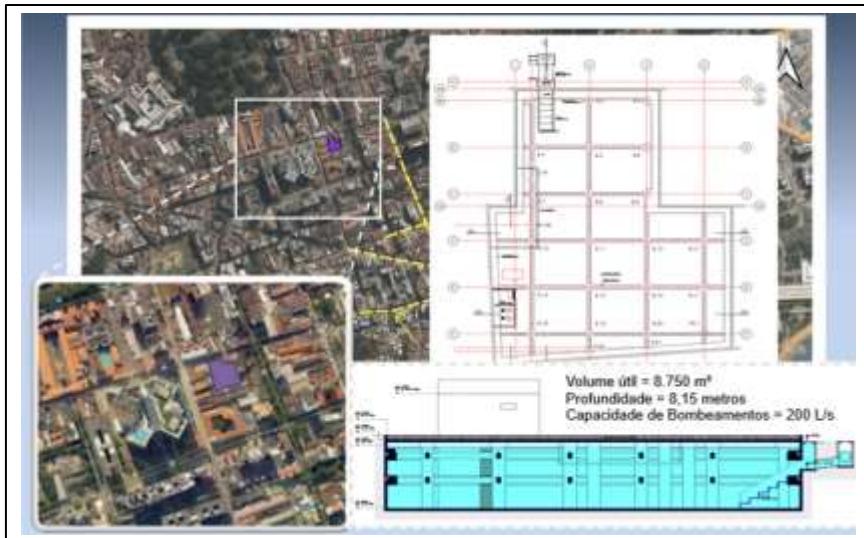
INVESTIMENTO: à definir. Possibilidade de parcerias com o setor privado.

Programa de incentivo à parcerias para implantação de soluções alternativas de drenagem

Intervenções do Sistema de Mesodrenagem (PDMAP)



Inspiração: Reservatório da R. do Senado (Aprox. metade do Volume do Reservatório da Prç da Bandeira).



DESCRIÇÃO DA PROPOSTA:

A proposta definida no Plano Diretor de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais da Cidade do Rio de Janeiro (PDMAP) elenca investimentos iniciais para o controle de cheias nesta bacia do centro **da ordem de R\$ 200 milhões (valores estimados para a execução de reservatórios e galerias)** sem considerar investimentos em microdrenagem. A execução de galerias convencionais nesta região é extremamente difícil e custosa, além de esconder inúmeras surpresas no tocante ao remanejamento de interferências e impactos negativos na mobilidade e comércio local. Ademais, as estruturas implantadas aumentarão os orçamentos de custeio em função da necessidade de manutenção e operação destes novos equipamentos. Face ao forte cenário de restrição econômica do país e as diversas demandas da cidade pós-pandemia a destinação de recursos para obras deste vulto se distancia ainda mais.

OBJETIVOS:

Propor incentivos urbanísticos e financeiros para fomentar parcerias com setor privado objetivando a implantação de projetos com foco na mitigação dos alagamentos e na redução de investimentos públicos nesta região. Mapear áreas com potencial para abrigar estes projetos de forma que possam ser discutidos no licenciamento dos novos empreendimentos. Exemplo: o reservatório da Rua do Senado construído e operado com recursos privados (**Metade do Volume do Reservatório da Praça da Bandeira**).

PARCERIAS: SMAP/IRPH/Setor Privado.

PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO: Enquanto durarem os incentivos para a recuperação da região.

INVESTIMENTO: à definir.

CICLO ROTAS CENTRO



CICLO ROTAS CENTRO E PORTO DO RIO

**Descrição da Proposta:**

Desenvolvimento de projeto de infraestrutura cicloviária em áreas com grande demanda, considerando também a logística das entregas realizadas por bicicletas de carga.

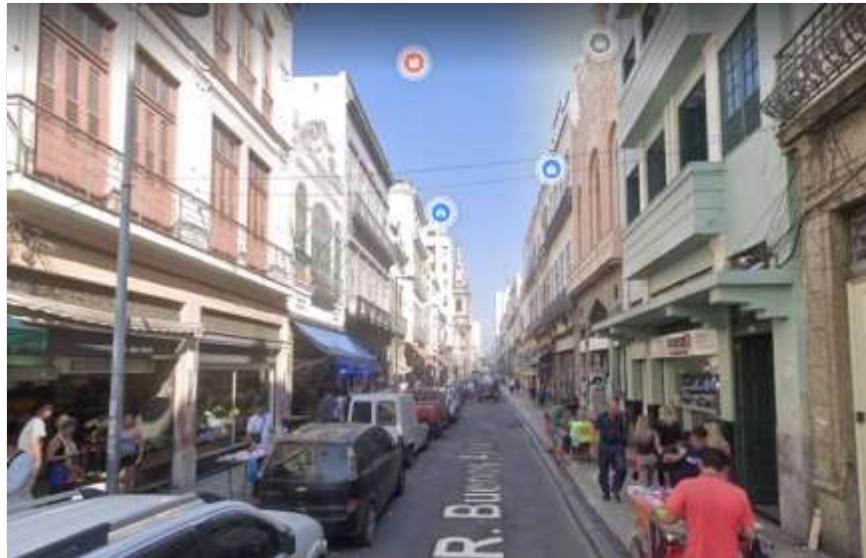
Objetivos:

Incremento da infraestrutura cicloviária na zona central;
Estudo de novas rotas interligando a malha já existente;
Aumento da conexão modal realizada através de bicicleta no Centro.

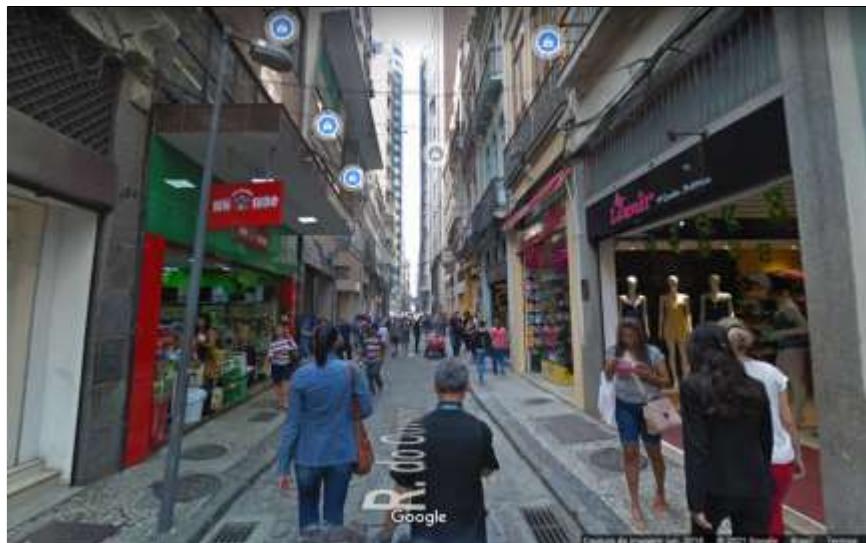
Parcerias: SMPU/CP, SMFP/EPL e CDURP(Região Portuária).

Prazo para Implementação:**Investimento:**

RUA BUENOS AIRES



RUA DO OUVIDOR

**Descrição da Proposta:**

Estudo de priorização ao trânsito de pedestres, principalmente no centro histórico, incluindo identificação de vias com potencial para ampliação dos passeios, com restrição ao tráfego veicular, quando for indicado no estudo;

Objetivos:

Promover mobilidade ativa para que seja uma opção segura e confiável para os deslocamentos na cidade

Parcerias: IRPH, SMPU/CP, SMFP/EPL e CDURP(Região Portuária).

Prazo para Implementação:**Investimento:**

RIO + PEDESTRE - Visão geral da intervenção temporária**RIO + PEDESTRE - Nova travessia e ampliação do espaço do pedestre****Descrição da Proposta:**

Análise e desenvolvimento de projetos de Urbanismo Tático ou Moderação de Tráfego (*traffic-calming*) em vias com baixo tráfego veicular e intensa circulação de pedestres;

Objetivos:

Aumento da segurança viária e ampliação do espaço de circulação dos pedestres em vias com passeios estreitos ou insuficientes para a quantidade de usuários.

Parcerias:**Prazo para implementação:****Investimento:**

PAINEL EM LED DAS BICICLETAS ELÉTRICAS



PAINEL EM LED DAS BICICLETAS ELÉTRICAS



DESCRÍÇÃO DA PROPOSTA:

Estudo para estabelecimento de norma reguladora para implementação das estações de bicicletas elétricas (BIKE RIO) nas Áreas de Proteção, reduzindo os impactos negativos dos painéis em LED e viabilizando a implementação das mesmas em áreas de APAC.

OBJETIVOS:

Reducir os impactos negativos dos painéis em LED instalados em função da eletrificação das estações de bicicletas BIKE RIO.

Possibilitar a implementação das bicicletas elétricas em áreas de APAC.

PARCERIAS:

Rioluz, SC-COR, FP/SUBEX/SUPLFCU

PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO:

Não definido

INVESTIMENTO:

Não definido

Ponto de Táxi**Ações de fiscalização****Descrição da Proposta:**

Estudo e análise funcional dos pontos de táxi que acarretam restrições à circulação viária e dificuldades operacionais e relacionadas à fiscalização.

Análise dos pontos de táxi existentes na área Central e levantamento através de cadastro, vistoria, fiscalização, 1746 e demandas recebidas por outros órgãos acerca dos problemas e impedâncias causadas pelos mesmo sob a ótica da circulação viária.

Objetivos:

Diagnóstico dos pontos de táxi existentes na região central com aplicação das seguintes ações:

Aplicação de multas e criação de rotina de fiscalização nos pontos de maior incidência de problemas.

Proposta de realocação dos pontos para locais de menor impacto viário, adequando a demanda.

Parcerias: CET-RIO, SEOP e GM-RIO

Prazo para implementação: Iniciado em julho e vigência durante toda a gestão.

Investimento: Não há custo

TRAVESSIA AV. PRES. VARGAS X RUA URUGUAIANA**TRAVESSIA AV. RIO BRANCO X RUA SETE DE SETEMBRO****DESCRÍÇÃO DA PROPOSTA:**

Estudo e análise dos tempos semafóricos nos principais corredores para a melhoria da segurança para o pedestre e fluidez viária;

OBJETIVOS:**PARCERIAS:**

CDURP (Região Portuária)

PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO:**INVESTIMENTO:**

Cadastro dos Pontos de Parada em formato de planilha

PONTOS DE PARADA AP 1 SMTR

Área de Planejamento:	Bairro:	Logradouro:
1 - Centro, Cidade Nova	Centro	Avenida Presidente Vargas, 228
1 - Centro, Cidade Nova	Centro	Praça Pio X, 118
1 - Centro, Cidade Nova	Centro	Avenida Presidente Vargas, 258
1 - Centro, Cidade Nova	Centro	Avenida Presidente Vargas, 418
1 - Centro, Cidade Nova	Centro	Avenida Presidente Vargas, 502
1 - Centro, Cidade Nova	Centro	Avenida Presidente Vargas, 534
1 - Centro, Cidade Nova	Centro	Avenida Presidente Vargas, 542
1 - Centro, Cidade Nova	Centro	Avenida Presidente Vargas, 670
1 - Centro, Cidade Nova	Centro	Avenida Presidente Vargas, 730
1 - Centro, Cidade Nova	Centro	Avenida Presidente Vargas, 824
1 - Centro, Cidade Nova	Centro	Avenida Presidente Vargas, 770
1 - Centro, Cidade Nova	Centro	Avenida Presidente Vargas, 378
1 - Centro, Cidade Nova	Centro	Avenida Presidente Vargas, 2555
1 - Centro, Cidade Nova	Centro	Avenida Presidente Vargas, 2563
1 - Centro, Cidade Nova	Centro	Avenida Presidente Vargas, 2177

Georreferenciamento dos Pontos de Parada



Descrição da Proposta:

Georreferenciamento dos pontos de parada com cadastro de informações dos abrigos, da qualidade dos elementos físicos da via e das calçadas aliadas à acessibilidade e mobilidade urbana visando a melhoria, a manutenção e qualidade dos pontos de parada.

Objetivos:

Construção de um cadastro georreferenciado e informativo que permite:

- Localizar e propor melhorias nos acessos dos pontos de parada.
- Manter atualizada as informações acerca dos abrigos.
- Detecção de pontos de reparo nas calçadas.
- Fomentar ações de conservação, manutenção e substituição dos abrigos de ônibus, a ser solicitado à concessionária (AdShel), de acordo com as necessidades identificadas no cadastro e vistorias.
- Permitir de forma mais rápida a resolução de problemas acerca das distâncias entre os pontos de parada verificando a possibilidade de adição, supressão ou seletivação de pontos visando a melhoria da mobilidade."

PARCERIAS: SECONSERVA (para reparos na calçada e melhoria da acessibilidade, quando necessário).

PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO: No portal SIURB Julho/2021 e no sistema da SMTR Dezembro/2021

INVESTIMENTO: R\$ 100 mil/ano (Servidor de Armazenamento de Dados para SMTR)

Integração modal, reestruturação e desenvolvimento da região da estação Central do Brasil

Mapa da Região da Central do Brasil



Ilustração da área da Central do Brasil

**Descrição da Proposta:**

Apoiar institucionalmente o prosseguimento do Estudo de pré-viabilidade desenvolvido em 2019.

Ao longo do desenvolvimento do Masterplan, coordenar e aprofundar as propostas dentro do escopo de atuação Municipal: passeios e áreas públicas, gestão de imóveis municipais, Transportes, Trânsito, etc.

Objetivos:

Melhoria da articulação intermodal

Qualificação e ordenamento dos espaços públicos

Conservação do patrimônio histórico construído

Ocupação de vazios urbanos e edifícios ociosos

Garantir segurança aos pedestres

Parcerias:

IRPH, SMTR, Cet-Rio, Cdurp, SETRANS, VLT Carioca, Câmara Metropolitana de Integração Governamental RJ, Metrô-Rio, Rio Trilhos, Supervia, Coderte, SMH, Central, Detro, Rio Terminais

Prazo para Implementação:

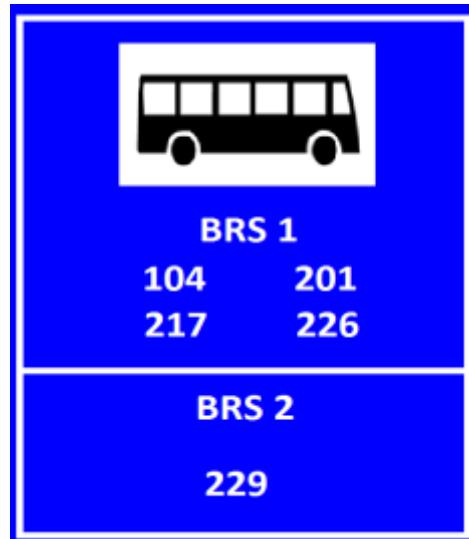
2022

Investimento: capital externo ao Município, Concessionárias ou Parceria público Privada, conforme etapa e tipo de intervenção.

Totem sem informações de linhas



Modelo de sinalização seletiva com grupamento BRS



DESCRÍÇÃO DA PROPOSTA:

Substituição das sinalizações dos pontos de parada, com o informativo das linhas do grupamento BRS.

Atualmente a SMTR está reestudado as linhas existente na região sendo necessária a troca e atualização das placas dos pontos de parada em especial do sistema BRS, o qual será o foco desse projeto. A previsão de conclusão do estudo dessas linhas e da rede possui previsão de término em 2021, sendo iniciado em 2022 o processo de revitalização das sinalizações dos pontos de parada com base nas linhas e itinerário atualizados.

OBJETIVOS:

- Revitalização dos pontos de parada e consequente ganho de velocidade do corredor BRS,
- Informação aos usuários das linhas que atendem àquele ponto,
- Revitalização da sinalização vertical da região Central (no que tange ao transporte público).

PARCERIAS: SMTR (planejamento e seletivação) e CET-RIO (fabricação e implantação)

PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO: Previsão de início em janeiro/2022 e conclusão em dezembro/2023

INVESTIMENTO: R\$ 80 mil (considerando os 102 pontos de parada BRS da região)

Monitoramento de Linha



Itinerário SPPO Georreferenciado



DESCRIÇÃO DA PROPOSTA:

Sistema Próprio de Georreferenciamento e Monitoramento das Linhas SPPO.

Trata-se de sistema de georreferenciamento e traçado dos itinerários com monitoramento em tempo real para a detecção de fuga de rotas e acompanhamento da frota em operação.

OBJETIVOS:

Controle e fiscalização do cumprimento dos itinerários e da frota das linhas.

Otimização e acompanhamento em tempo real da rede, possibilitando tomadas de ações emergenciais e planos de contingência.

PARCERIAS: Execução própria da SMTR

PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO: Dezembro/2021

INVESTIMENTO: R\$ 100 mil/ano (Servidor de Armazenamento de Dados para SMTR)

Portaria de Regulação Viária

**PORTARIA TR/CRV Nº 6.525
EM 23 DE MARÇO DE 2021.**

ESTABELECE ESTACIONAMENTO ESPECIAL DE VEÍCULOS PARA IDOSOS EM VIA DO BAIRRO CENTRO.

O COORDENADOR DA COORDENADORIA DE REGULAMENTAÇÃO E INFRAÇÕES VIÁRIAS - TR/CRV, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 2º c/c o Art. 24, inciso II do Código de Trânsito Brasileiro,

CONSIDERANDO o constante no processo nº 03/200.476/2021,

CONSIDERANDO o parecer técnico da CET/PRE/CTRT/AP-1,

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer estacionamento especial de veículos destinados a idosos, com 1 (uma) vaga, na Praça Senador Salgado Filho, na pista oposta à Estação Santos Dumont do VLT, no sentido do trânsito, junto ao bordo esquerdo, com início da fila a 55m do alinhamento com a praça, ao longo da via.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, com a instalação da sinalização necessária, revogadas as disposições em contrário.

Cadastro Pontos de Táxi

RELATÓRIO DE PONTOS DE TÁXI REGULAMENTADOS NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - ÁREA DA AP-1

Nº	DATA	BAIRRO	LOCAL	TRONCO	PERÍODO
1	13/03/2020	SÃO CRISTÓVÃO	RUA SÃO CRISTÓVÃO	entre as edificações nº 12 e 15	1
1	07/03/1996	CENTRO	RUA SENADOR SAMPAIO	entre a edificação nº 28	18
1	22/03/1996	CENTRO	RUA MARQUES DE POMBAL	trecho compreendendo entre Rua Frei Caneca e Rua Imre Manóch, nº edificação nº 104	4
1	11/01/1996	CENTRO	RUA DAS MARRECAS	Rua Evaristo de Vargas e Rua do Passos, nº edificação nº 10	18
1	11/01/1996	CENTRO	AVENIDA JULIO PECHÔ	entre frente à edificação nº 11	7
1	03/01/1996	SÃO CRISTÓVÃO	RUA TEIXEIRA JÚNIOR	proximidade a esquina da Rua General Ribeiro da Motta	5
1	03/01/1997	RIO COMPRIDO	RUA SAMPAIO VIANA	entre as portas Lote nº 300/6	8
1	08/05/1997	CAU	TRAMARINHA (PARQUE) A RUA GAL SAMPAIO	trecho compreendendo entre Rua Carlos Sodré e Rua Monsenhor Manoel Coimbra nº edificação nº 71	8
1	10/01/1997	CENTRO	RUA DA ASSEMBLEIA	Entre a Praça do Carmo e a Rua Pinheiro de Mello, no trecho da qual não é viável (rua fechada)	6
1	26/01/1997	CATUMBI	LARGO DO CATUMBI	com exceção da base primitiva acoplada do cemitério	8
1	12/04/1997	CENTRO	RUA BRIGADEIRO	entre o número 207 da Portaria 417/21/1996, passando a vigorar "no trecho compreendendo entre a Rua Sáenz Peñalva e a Rua Bento Gonçalves, lado ímpar, entre frente à edificação nº 146	7
1	01/01/1998	CEADE NOVA	RUA JULIO DO CARMO	trecho compreendendo entre Escola Dantas e a Rua Príncipe de Alvezedo	2
1	11/01/24/1998	RIO COMPRIDO	RUA DO BISPO	entre a edificação nº 9/10	1
1	20/03/1998	SÃO CRISTÓVÃO	RUA FONTE DA TELES	entre frente à edificação nº 129	8
1	16/06/20/1998	CENTRO	AVENIDA GRACIA IRANI	entre nº 29, no trecho entre a Rua 30 de Julho e Rua Pedro Lessa	18
1	05/03/2000	SÃO DE	RUA JACKSON CABRAL	entre nº 96	4
1	07/03/2000	CENTRO	AVENIDA RIO BRANCO	trecho ímpar, no trecho compreendendo entre a Rua Dom Freitas e a Praça Mauá, nº edificação nº 11, com exceção do trecho entre a Rua Dom Freitas	3

Descrição da Proposta:

Cadastro e georreferenciamento dos pontos de táxi, estacionamentos diversos, Rio Rotativo, vagas para carga e descarga.

Levantamento das vagas regulamentadas ao longo do centro da cidade, com número de vagas, número e data da Portaria que regulamenta a mesma em etapas:

¶ Cadastro e levantamento das Portarias que regulamentam as vias do Centro

¶ Transformação da planilha em dados georreferenciados e posterior exportação para o Portal SIURB

¶ Implantação de Sistema Própria da SMTR para facilitar a alteração e inclusão de novos dados.

■ A implantação ocorrerá em etapas por tipo de modal e vaga.

Objetivos:

Construção de um cadastro georreferenciado e acessível aos órgãos, facilitar as ações fiscalizatórias, planejamento, distribuição e regularização de vagas no Centro da cidade.

Parcerias: Execução própria da SMTR

PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO: Em andamento com previsão de conclusão em Dezembro/2022

INVESTIMENTO: R\$ 100 mil/ano (Servidor de Armazenamento de Dados para SMTR)

RUA DEBRET**Descrição da Proposta:**

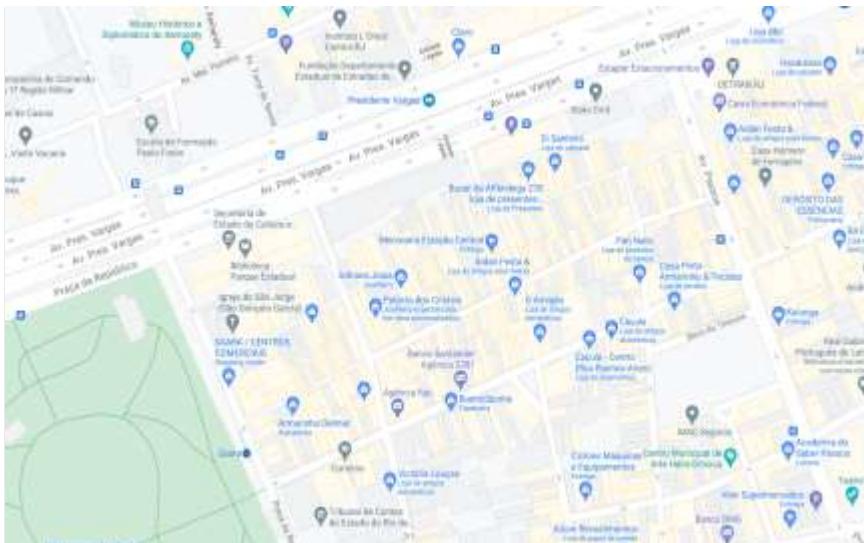
Análise e revisão do uso das áreas de estacionamento dispostas junto ao meio fio, com consequente atualização das portarias, objetivando a otimização do uso do espaço público.

Objetivos:**Parcerias:****Prazo para Implementação:****Investimento:****RUA LUIS DE CAMÕES**

TITULO IMAGEM



TITULO IMAGEM



DESCRÍÇÃO DA PROPOSTA:

Estudo para criação de bolsões de vagas de embarque e desembarque nas proximidades das regiões de comércio popular (SAARA).

OBJETIVOS:

PARCERIAS: IRPH

PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO:

INVESTIMENTO:

**Descrição da Proposta:**

Mapeamento e estudo dos "vazios viáveis" para ambulantes a serem preenchidos.

Objetivos:

Ordenamento dos ambulantes objetivando uma melhor distribuição no espaço e uma fiscalização fácil e eficiente.

Parcerias:

Entre a Coordenadoria de Controle Urbano - CCU e a Coordenadoria de Licenciamento e Fiscalização - CLF, ambas pertencentes a Pasta da SEOP atualmente.

Prazo para Implementação: indeterminado.

Investimento: indeterminado.

**Descrição da Proposta:**

Estudo para disponibilização de novos espaços e horários para a realização de feiras livres na região do Centro, atendendo à demanda dos feirantes e dos moradores locais.

Objetivos:

Incentivo ao uso residencial no Centro por meio de atrativos e facilidades como a existência de feiras livres.

Parcerias:

Ação a ser desenvolvida pela Coordenação de Feiras, atualmente no âmbito da Pasta da SEOP.

Prazo para Implementação: indeterminado.

Investimento: indeterminado.

Descrição da Proposta:

Planejar e coordenar ações que visem à execução de escoramento emergencial das edificações protegidas pelo patrimônio cultural, na sua integralidade ou em parte, em casos de risco de colapso iminente, devido ao mau estado de conservação ou à ocorrência de sinistros.

Objetivos:

O objetivo primordial do **Sistema de Escoramento Predial em Imóveis com Risco de Desabamento** - SESCORA é garantir emergencialmente a permanência de imóveis, ou das partes remanescentes de edificações de relevante valor para o patrimônio cultural da cidade, nos casos de ameaça ou risco de arruinamento iminente, defendendo a integridade dos bens tombados e preservados pela municipalidade.

Parcerias:

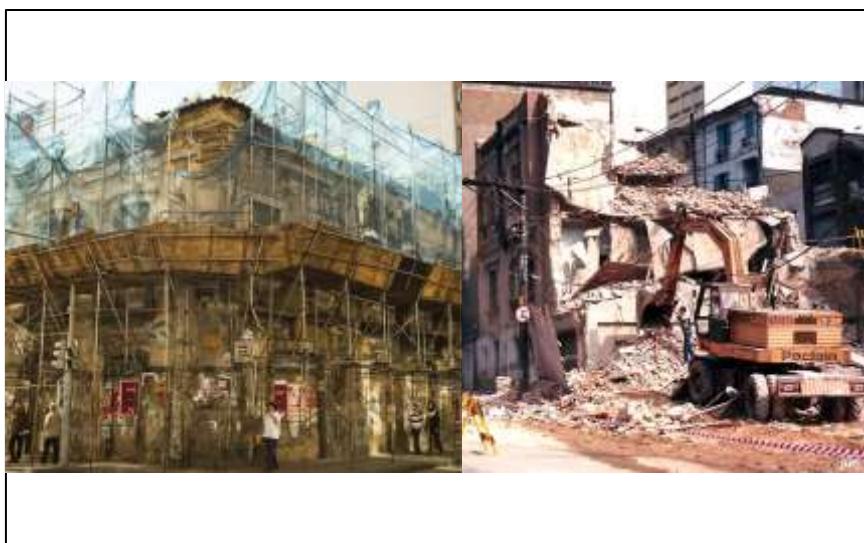
SMPU, SUBPDEC, SECONSERVA, SMDEIS

Prazo para Implementação:

Não informado

Investimento:

Não informado

EXEMPLO DE EDIFICAÇÃO NECESSITANDO DE INTERVENÇÃO**ESCORAMENTO E DEMOLIÇÃO REALIZADA NO CENTRO**

Taxa de escoramento e demolição de obras irregulares

Descrição da Proposta:

Desenvolvimento de projeto que gere índices de custo por m² de operações, para que possa ser criada uma taxa a ser cobrada ao infrator de acordo com o custo da operação de escoramento e demolição de obras irregulares.

Objetivos:

Remunerar a PCRJ pelo trabalho que é realizado pelos vários órgãos, com uma mobilização de aproximadamente 30 pessoas, equipamentos, máquinas, caminhões, com um custo elevadíssimo para os cofres públicos, viabilizando a realização de maior quantidade de intervenções, pois o Centro do Rio demanda muito dessas ações.

Parcerias para as operações:

COOPE, SEOP, GM-RIO, PGM, RIOLUZ, COMLURB, CEDAE, CEG, LIGHT, PM, CCU, CFER e em alguns casos....
SMH, SMDEIS, SMAC E SUBPREFEITURAS
Para criação da taxa, SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

Prazo para implementação:

2021 a 2024

Investimento:

A DEFINIR

Descrição da Proposta:

a Lei Federal 13.465/2017 estabeleceu novas regras para a arrecadação de imóveis vazios, em mal estado de conservação e com dívida ativa com o município. Nestas novas regras, ficou dispensada a abertura de processo na justiça para que a propriedade do imóvel fosse transferida para a municipalidade. entretanto, a Lei Federal ainda precisa de um Decreto municipal regulamentando esse processo.

Objetivos:

Desestimular e penalizar proprietários que estejam deliberadamente permitindo o arruinamento e o abandono de suas propriedades urbanas, ou sejam, imóveis que não estejam atendendo à função social da propriedade. A Arrecadação permitirá a transformação desses imóveis, seja através da ação e investimento direto da Prefeitura (convertendo-os em novos equipamentos públicos ou habitação de interesse social), através de parcerias público-privadas ou ainda disponibilizando os imóveis ao capital privado através de leilões públicos.

Parcerias:

SMFP, SMDEIS, SMH, PGM

Prazo para Implementação: 3 meses

Investimento: NÃO HÁ CUSTOS

IMÓVEIS PROTEGIDOS EM MAU ESTADO DE CONSERVAÇÃO



TITULO IMAGEM

LOCAL PARA INSERIR
MAPA, PLANTA OU FOTO

DESCRÍÇÃO DA PROPOSTA:

Formular programa de monitoramento georreferenciado (preferencialmente através de aplicativo) com foco no estado de conservação dos bens imóveis da I RA e II RA, alimentando banco de dados, partindo inicialmente dos dados dos Boletins de Ocorrência da Defesa Civil (SUBPDEC) que registram mau estado de conservação, arruinamento, desabamento, etc.

Promover o monitoramento periódico dos imóveis apontados em mau estado de conservação, de forma a auxiliar ações de fiscalização, intimação, notificação, manutenção / cassação de benefícios como Isenção de IPTU, aplicação de instrumentos da legislação, como IPTU Progressivo, Arrecadação, projeto SESCORA e etc...

OBJETIVOS:

Tornar o Centro mais atrativo - estabelecendo melhorias na qualidade urbana/ambiental (e conservação do patrimônio cultural) - com aplicação de ferramentas digitais e instrumentos urbanísticos.

PARCERIAS:

SUBPDEC, IPP

PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO:

2021 a 2024

INVESTIMENTO:

R\$XXXX,XX (XXXXXXXX) custos de desenvolvimento do Aplicativo

Descrição da Proposta:

Constituir Comissão com a finalidade de analisar e aprovar projetos situados na área definida no Anexo deste Decreto, situada na I e II RA Centro e Cidade Nova, a qual funcionará permanentemente na Gerência de Licenciamento e Fiscalização da AP1-GLF Centro da SMDEIS, coordenada em conjunto pelos representantes da SMDEIS e do IRPH. Será priorizada a tramitação dos procedimentos e processos dando-se caráter de URGÊNCIA àqueles processos de obras em vias públicas.

Objetivos:

Integrar todos os órgãos e entidades atuantes no processo de licenciamento no âmbito municipal;

Obter engajamento dos órgãos de Patrimônio Cultural nas esferas Estadual e Federal no processo de licenciamento;
Agilizar a obtenção de licença de obras.

Emitir parecer quanto à aprovação, rejeição ou exigências a serem cumpridas para serviço solicitado em um prazo máximo de 10 dias;

Emitir licença com prazo de validade de 90 dias para cumprimento das exigências (quando houver) sob pena de notificação e posterior embargo

Parcerias:

IRPH, SECONSERVA, SMDEIS, CET-RIO e SEOP

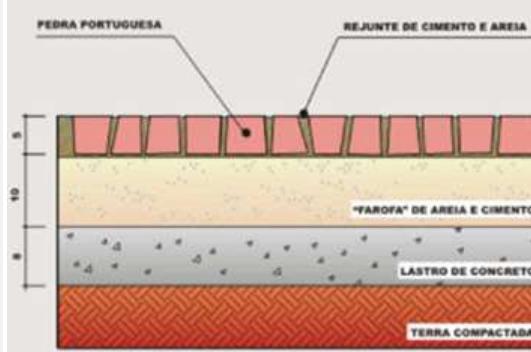
Prazo para implementação: 30 dias

Investimento: NÃO HÁ CUSTOS

ÁREAS DE PROTEÇÃO CULTURAL DO CENTRO



DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA



DESCRÍÇÃO DA PROPOSTA:

Criação ou recuperação das recomendações específicas do padrão de qualidade das calçadas e pavimentos das áreas de proteção cultural.

OBJETIVOS:

Garantir que a recomposição dos pavimentos da área de proteção seja feita com qualidade, preservando nosso patrimônio.

Existe hoje a resolução SECONSERVA de 07-2010 e o manual calçadas cariocas de 2019, que deverão ser atualizados e exigido o cumprimento pelas Concessionárias pela SC-CORVIAS

PARCERIAS:

IRPH, SMPU

PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO:

2021 a 2024

INVESTIMENTO:

A DEFINIR

Comissão de análise de processos - *fast track*- I e II RA e Cidade Nova

Descrição da Proposta:

Constituir Comissão com a finalidade de analisar e aprovar projetos situados na área definida no Anexo deste Decreto, situada na I e II RA Centro e Cidade Nova, a qual funcionará permanentemente na Gerência de Licenciamento e Fiscalização da AP1-GLF Centro da SMDEIS, coordenada em conjunto pelos representantes da SMDEIS e do IRPH. Será priorizada a tramitação dos procedimentos e processos dando-se caráter de URGÊNCIA àqueles processos com finalidade de promoção de uso habitacional.

Objetivos:

Integrar todos os órgãos e entidades atuantes no processo de licenciamento no âmbito municipal;

Obter engajamento dos órgãos de Patrimônio Cultural nas esferas Estadual e Federal no processo de licenciamento;

Agilizar a obtenção de licença de obras e emissão de “habite-se”, além de serviços como a emissão de alvarás, aprovação de publicidade (letreiros indicativos) e incentivos fiscais junto à PCRJ;

Emitir parecer quanto à aprovação, rejeição ou exigências a serem cumpridas para serviço solicitado em um prazo máximo de 10 dias;

Emitir licença com prazo de validade de 90 dias para cumprimento das exigências (quando houver) sob pena de notificação e posterior embargo

Parcerias:

IRPH, SMFP, SMDEIS + outros órgãos sob demanda

Prazo para implementação: 30 dias

Investimento: NÃO HÁ CUSTOS

Descrição da Proposta:

Identificação e georreferenciamento de riscos potenciais ao Patrimônio Cultural construído no Centro, justificada pelo alto número de incêndios em imóveis na região, nos últimos anos, em decorrência de atividades ou usos inadequados para imóveis protegidos, sobrecarga ou má conservação das instalações elétricas, instalação ou armazenamento irregular de botijões de gás, depósito de materiais inflamáveis em sobrados, especialmente onde existem assoalhos, barroteamentos ou estruturas de telhado em madeira, já fragilizadas.

Objetivos:

Identificar riscos potenciais ao Patrimônio Cultural;
Obter engajamento dos proprietários e inquilinos dos imóveis, especialmente dos lojistas;
Orientar a população quanto à prevenção de incêndios;
Identificar e orientar quanto a: usos ou atividades inadequadas em imóveis protegidos, que possam ampliar o risco de incêndios; aspectos construtivos ou relacionados à conservação dos imóveis protegidos, que possam contribuir para o risco de incêndios, sua propagação ou amplificação dos danos.

Parcerias:

IRPH, SUBPDEC, SMFP, SMDEIS, CBMERJ, GEL - CENTRO

Prazo para implementação: 1 ANO

Investimento: NÃO HÁ CUSTOS

Antes/depois do Pró-APAC



Antes/depois do Pró-APAC

**Descrição da Proposta:**

O Pró-APAC é um programa de apoio à conservação do patrimônio cultural edificado situado nas Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APAC) da Cidade do Rio de Janeiro. Nas suas três primeiras edições, entre 2013 e 2014, foram investidos mais de R\$6.000.000,00 à fundo perdido na recuperação de 23 imóveis protegidos pelo patrimônio cultural. Diante da dificuldade de sustentar esse modelo, o IRPH está trabalhando em uma nova proposta, seguindo um modelo onde seja possível um retorno parcial ou investimentos menores com a participação de um agente financeiro. Entretanto, esse novo modelo depende, à princípio, da regulamentação do Fundo de Conservação do Patrimônio Cultural.

Objetivos:

Os custos de projetos e obras de conservação e manutenção de imóveis protegidos é quase sempre superior à obras em imóveis não protegidos. Diante disso, já existem dois incentivos fiscais que estimulam à conservação do patrimônio cultural edificado: a isenção de IPTU e a isenção de ISS. Entretanto, esses estímulos fiscais frequentemente não são suficientes para fomentar a recuperação e conservação do patrimônio cultural.

Parcerias:

SMFP, SMDEIS, PGM

Prazo para implementação: 1 ano

Investimento: ainda não mensurado

Descrição da Proposta:

O Fundo de Conservação do Patrimônio Cultural foi criado pelo Plano Diretor da Cidade (2011) mas nunca obteve sua regulamentação publicada, de forma que não pode ser utilizado. É necessário um diploma legal que o regulamente para que o mesmo, ativo, possa ser utilizado pelo IRPH.

Objetivos:

O Fundo de Conservação do Patrimônio Cultural poderá servir à projetos e programas relativos ao patrimônio cultural municipal, como o Pró-APAC, além de poder fomentar diretamente obras de restauração e conservação em bens públicos municipais, dentre outras possibilidades. Além da regulamentação do Fundo, ainda é necessário estabelecer quais são as receitas que serão destinadas ao Fundo. Isso está sendo elaborado pelo IRPH de forma a não comprometer o erário público e com o mínimo de oneração ao cidadão.

Parcerias:

SMFP, SMDEIS, PGM

Prazo para implementação: 1 ano

Investimento: NÃO HÁ INVESTIMENTO

PLANEJAMENTO HOLÍSTICO**MAPA DOS NÚCLEOS RESIDENCIAIS DA II RA****DESCRÍÇÃO DA PROPOSTA:**

Este Projeto de Lei Complementar institui o programa REVIVER CENTRO, que estabelece diretrizes e incentivos para a requalificação urbana e ambiental, conservação e reconversão das edificações existentes, e à produção de unidades residenciais na área da II RA - CENTRO, e autoriza a realização de operação interligada.

OBJETIVOS:

Atrair uso residencial, por construção, em especial retrofit
 Proteger onde já existe moradia
 Fomentar faixas de renda diversas
 Mudar a percepção do centro
 implementar revitalização duradoura
 Frear a perda de empregos e atividades econômicas.
 Aplicar o Plano REVIVER CENTRO, interligando os órgãos de atuação operacional

ESTRATÉGIA:

estimular retrofit com benefícios fiscais e edifícios ousados
 melhorar serviços públicos
 animação cultural e ambiental
 apresentar o centro em um ambiente digital e tecnológico
 processos de escuta e consulta pública

PARCERIAS:

IRPH, SMH, IPP

PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO:

2021

INVESTIMENTO:

RETROFIT: SEND COLIVING



HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NA II RA



DESCRÍÇÃO DA PROPOSTA:

Este Projeto de Lei institui incentivos fiscais ao programa REVIVER CENTRO, visando a requalificação urbana e ambiental, conservação e reconversão das edificações existentes e à produção de unidades residenciais na área da II RA - CENTRO.

Estabelece os seguintes incentivos para edificações com pelo menos 60% da ATE em unidades residenciais:

- redução / isenção de iptu por 3 anos
- redução / isenção total de itbi na primeira venda
- isenção total de iss para construtora
- isenção de taxa de licenciamento

OBJETIVOS:

Criar incentivos fiscais relevantes para atração de residências, em especial a reconversão de imóveis comerciais em residenciais.

Indicar o interesse público na renovação das edificações e adensamento populacional.

Evitar perda de dinâmica econômica, empregos e arrecadação de ISS das atividades existentes, através de incentivos fiscais com foco na produção residencial.

PARCERIAS:

SMPF

PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO:

2021

INVESTIMENTO:

EXEMPLO DE DIAGRAMAS EXPLICATIVOS



ATUAÇÃO DA SECONSERVA NA CINELÂNDIA



PROJETO P.LL.08

ÓRGÃO SMPU

"Manual de Instruções" de licenciamento de obras e intervenções

DESCRÍÇÃO DA PROPOSTA:

Elaboração de Manual de Instruções para licenciamentos urbanos e para a instalação de equipamentos públicos, considerando as peculiaridades da área e as legislações diversas incidentes, incluindo o PLC Reviver Centro e o PL de incentivos fiscais.

O Manual conterá os procedimentos e órgãos a serem consultados, discriminados conforme o tipo de licença a ser obtida.

A proposta conterá modelos de mobiliários e procedimentos padrão para intervenções no espaço público.

OBJETIVOS:

Proporcionar clareza do processo de licenciamento; Tornar mais simples e atrativa a realização de investimentos e melhorias nas edificações;

Agilizar a obtenção de licenças, em especial as de baixa complexidade;

Definir modelos de mobiliários e procedimentos para intervenções no espaço público.

Garantir que as obras realizadas na área sejam compatíveis com sua ambiência.

PARCERIAS:

SMDEIS, IRPH, SECONSERVA, FPJ

PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO:

2021

INVESTIMENTO:

1ª REUNIÃO DO GABINETE DO CENTRO - 13/04/2021**PERÍMETRO DE ATUAÇÃO DA SECONSERVA NA CINELÂNDIA****PROJETO P.LL.09****ÓRGÃO SMPU**

Gabinete de Crise do Centro da Cidade do Rio de Janeiro - GCCC

Descrição da Proposta:

O Decreto Rio nº 48607 de 11/03/2021 criou o Gabinete do Centro incluindo órgãos de serviços públicos e sociedade civil, visando a alta qualidade dos serviços públicos, agilidade e integração, observando as dificuldades sociais e econômicas da região central, agravadas pela pandemia do Coronavírus; e a necessidade de ampliar os mecanismos de gestão participativa e de consulta da população residente e dos demais grupos com interesses no local.

As reuniões serão convocadas pelo Prefeito e incluirão representantes de diversos órgãos ou grupos atuantes na região para compor o Gabinete de Crise, segundo sua conveniência.

Objetivos:

Contribuir para as ações de revitalização da área central da cidade do Rio de Janeiro;

Realizar uma gestão integrada dos serviços públicos; Facilitar a comunicação e a organização de ações conjuntas pelos órgãos envolvidos.

Parcerias:

SECONSERVA, SEOP, GEL CENTRO, SUBPREFEITURA CENTRO, COMLURB, CET-RIO, FPJ, IRPH, SMAS, GM, RIO-LUZ

Prazo para Implementação:

2021 - já em funcionamento

Investimento:

ÁREA DISTRITO DE BAIXA EMISSÃO



PROPOSTAS DESENVOLVIDAS

Projeto Rua Piloto
Prefeitura



Ciclo Rotas
Prefeitura, Transporte Ativo e ITDP



DESCRÍÇÃO DA PROPOSTA:

O Distrito de Baixa Emissão prevê um território da cidade com promoção de espaços urbanos de qualidade, com foco na melhoria da qualidade de vida e da saúde, resultando em um ambiente mais atrativo para promoção de moradia, através de ações que tem como base o incentivo ao transporte limpo, mobilidade ativa, a requalificação urbana sustentável dos espaços públicos, a melhoria da qualidade do ar, incremento da infraestrutura verde e ações complementares compensatórias, inclusive relativas a edificações e resíduos. O Distrito ainda terá foco em projetos educativos para sensibilização e engajamento da população sobre a relevância dos benefícios diretos e indiretos na saúde e qualidade de vida.

OBJETIVOS:

O Distrito de Baixa Emissão tem como objetivo implementar ações para redução de emissões de gases de efeito estufa – GEE, na cidade do Rio de Janeiro, e vem atender ao Decreto nº 46081 de junho de 2019 que “Declara a adesão da Cidade do Rio de Janeiro em promover ruas verdes e saudáveis” e também está em conformidade com o Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática da Cidade do Rio de Janeiro.

PARCERIAS:

SMAC, SMPU, SMTR, SME, FPJ, SMI, SECONSERVA, CET-Rio, COMLURB, IPP e instituições externas como C40, WRI, ITDP, Transporte Ativo, LabMob. Ao longo do andamento do trabalho, outros órgãos e instituições poderão participar.

PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO: 2030

INVESTIMENTO: NÃO ESTIMADO

Descrição da Proposta:

Realização de Chamamentos Públicos, no âmbito do Programa Casa Verde e Amarela - PCVA, Grupo Urbano 2 - GURb 2 (destinado a famílias com renda bruta mensal de R\$ 2.000,01 até R\$ 4.000,00), visando à seleção de empresa construtora para edificar unidades habitacionais de interesse social em imóveis municipais na I.R.A. (Portuária), inseridos na APAC SAGAS, nos bairros da Gamboa e Saúde.

Objetivos:

Promover a redução do déficit habitacional no município do Rio de Janeiro, incentivando a moradia na área central da cidade e ampliando as opções disponíveis, através da oferta de 238 unidades habitacionais para o Grupo Urbano 2 - GURb 2 (destinado a famílias com renda bruta mensal de R\$ 2.000,01 até R\$ 4.000,00), nos bairros da Gamboa e Saúde.

Parcerias:

IRPH, SMDEIS

Prazo para Implementação:

2021 a 2024

Investimento:

A DEFINIR

IMÓVEIS PÚBLICOS OCIOSOS NA RUA SENADOR POMPEU



EXEMPLOS DE REABILITAÇÃO DO PROGRAMA NOVAS ALTERNATIVAS



DESCRÍÇÃO DA PROPOSTA:

Estabelecer parcerias com órgãos públicos grandes detentores de imóveis da II RA para construção e/ou reconversão de edifícios residenciais, incluídos próprios municipais obtidos através da aplicação do instrumento da arrecadação de imóveis.

A partir do acesso ao banco de terras, a SMPU poderá apontar imóveis ociosos, sem valor expressivo ou interesse para alienação, com interesse para produção de habitação. A produção habitacional, será prioritária para locação social, com foco em universitário cotistas e servidores públicos de renda até 6 s.m. garantindo a regulação de valor e perpetuando a função pública desses imóveis.

As obras poderão ser realizadas com capital externo ao Município ou Parceria público Privada.

OBJETIVOS:

Dar uso a imóveis ociosos e preencher vazios urbanos; Viabilizar a produção de habitação, utilizando terra/ edifícios públicos com baixo custo ou doados;

Criar núcleos de requalificação, trazendo melhorias aos usuários e moradores, bem como, atraindo investimento privado em locais anteriormente degradados;

Preservar e recuperar o Patrimônio Cultural, uma vez que muitos desses imóveis são protegidos;

Auxiliar a melhor gestão do patrimônio imobiliário público.

Aplicar as diretrizes do PHIS do Porto

PARCERIAS:

IRPH, SMH, IPP, SMPF, SPU, Estado

PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO:

2022

INVESTIMENTO: capital externo ao Município ou Parceria público Privada, recursos da Operação Interligada do REVIVER



Assistência
Social

PROJETO: IMPLEMENTAÇÃO DO COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO PARA FINS DE ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL INTERSETORIAL PARA POPULAÇÃO CARIOLA EM SITUAÇÃO DE RUA

Descrição da Proposta: A elaboração de um plano municipal para tratar de um tema desta complexidade exige a contribuição de diferentes áreas e saberes para enriquecer as pautas e debates. A proposta ora apresentada, embora esteja ancorada em um conjunto de normativas plurais, a formulação deste instrumento se deu a partir do olhar e da dinâmica da política de assistência social. As questões aqui trazidas pela lente da assistência social servirão de ponto de partida para a construção de um plano municipal intersetorial, mais amplo e efetivo para o enfrentamento da problemática da população carioca em situação de rua. Este plano de ação decorre da necessidade de traçarmos estratégias efetivas imediatas para o enfrentamento à questão e para tanto faz-se necessário a efetivação do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Municipal para a População Carioca em Situação de Rua.

Objetivos: O Comitê visa acompanhar e monitorar a Política Municipal para PSR, a qual deve materializar-se o Plano cujo objetivo é promover a articulação intersetorial para fins da redução dos riscos sociais e das vulnerabilidades por meio de ações integrais e transversais que oportunizem a melhoria da qualidade de vida, tais como a qualificação para o trabalho, o acesso aos cuidados básicos de saúde, entre outros direitos civis e sociais que possibilitem resgatar e preservar a integridade, a dignidade e autonomia da população em situação de rua.

Parcerias: O Comitê Intersetorial deve ser constituído de representantes da sociedade civil e do poder público: 01 representante da SMAS; 01 da SMS; 01 da SME; 01 da Secretaria Municipal de Urbanismo, Infraestrutura e Habitação; 01 da SMDEIS; 01 da SMCMA; 01 da SMGV; 01 da SMC; 01 da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro; 01 da Defensoria Pública da União.

Prazo para Implementação: Curto Prazo – 3 Meses

Investimento: Articulação Política Intersetorial.

Ampliação do escopo do centro de referência especializado para pessoas em situação de rua

**CENTRO POP BARBARA CALAZANS -
Rua República do Líbano, 54 – Centro.**



Centro POP

Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua

AMPLIAÇÃO DO ESCOPO DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

Descrição da Proposta: No contexto do SUAS, a atenção às pessoas em situação de rua é ofertado no âmbito dos CREAS, Centro Pop e das Unidades de Acolhimento. O Centro Pop enquanto um serviço especializado para este público tem como objetivo fornecer meios de o usuário adquirir autonomia e, com isso, novos projetos de vida. A equipe de referência deve exercer uma escuta qualificada, procurando entender a complexidade da situação, identificando vulnerabilidades e fazendo os encaminhamentos sempre que necessários. A ampliação do escopo deste serviço prevê: 1. Ampliar o horário de funcionamento do serviço - 9 às 21 horas (segunda a sábado); 2. Ofertar espaço de guarda volumes e guarda documentos; 3. Ofertar por meio de parceria até 3 Refeições ao público alvo do serviço; 4. Disponibilizar espaço para o banho diário; 5. Ampliar e desburocratizar o acesso à documentação – agilidade no processo de retirada da documentação; estabelecimento de parcerias com o Detran e Defensoria Pública para ampliação de postos de atendimento; 6. Fomentar ações para o empreendedorismo e a empregabilidade: Banco de Talentos, Cursos, Capacitações e atualizações e projeto de catadores; 7. Incentivar a aceleração da escolaridade; 8. Ampliação do escopo do Programa de Volta a Terra Natal, incluindo o recambiamento local e para os municípios do Grande Rio; 9. Laboratório de Inclusão Digital.

Objetivos: Ampliar e qualificar o atendimento à População de Rua instalada no Centro da Cidade do Rio de Janeiro.

Parcerias: SMS, SME, SMC, SMTR, DENTRAN RJ, DPE, DPU, SMH, etc.

Prazo para Implementação: Médio Prazo – 6 Meses

Investimento: Rh: 6 AS, 4 PSI, 2 Pedagogo, 2 ADV, 12 Educadores Sociais; Infraestrutura: REALOCAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO, espaço mais adequado com banheiros, vestiários, lavanderias, espaço para guarda volumes, ampla salas multiuso com capacidade para 100 pessoas e salas para atendimento; equipamentos mobiliários, equipamentos eletrônicos: linha telefônica, internet com compartilhamento de Wi-Fi, computadores, impressoras, televisão, Datashow, caixa de som; eletrodomésticos: geladeira, ar condicionado, microondas, freezer, máquina de lavar e secar industrial, armários roupeiros, armários arquivos, armários gaveteiros, prateleiras.

Custo estimado: R\$ 2 milhões ao ano.

REFORMULAÇÃO DA POLÍTICA DE ACOLHIMENTO PARA POPULAÇÃO CARIOLA EM SITUAÇÃO DE RUA



DESCRÍÇÃO DA PROPOSTA: A População em Situação de Rua trata-se de uma questão complexa que requer entendimento, articulação entre as diversas políticas públicas intersetoriais e investimento financeiro. O aumento expressivo deste público e as mudanças de alteração no seu perfil apontam para a necessidade de novas proposta de intervenção. Embora o acolhimento institucional esteja efetivado na Cidade do Rio de Janeiro, é sugestivo a ampliação e a mudança no escopo das modalidades de atendimento previstas. O enfrentamento a PSR na Cidade do Rio de Janeiro configura-se, portanto, como um grande desafio para a gestão municipal. O último Censo de População em Situação de Rua realizado em 2020 pela SMAS, pelo IPP e pela SMS estima que existam na Cidade 7.272 pessoas vivendo em condições de extrema vulnerabilidade social na metrópole carioca. A maioria são pessoas do sexo masculino (80,7%) e possuem entre 18 e 49 anos (65,7%) e com baixa escolaridade (Ensino Fundamental - 67%). A maior parte se concentra na região central (31,9%), área que abriga os centros histórico e econômico da cidade. 62,8%, de um universo de 4.242 pessoas, responderam realizar alguma atividade para obter dinheiro. Cerca de 3.289 entrevistados responderam fazer uso de pelo menos 1 tipo de droga, sendo 797 casos de uso de crack e 1.169 de cocaína. A condição de vulnerabilidade social extrema se acentuou ainda mais com a pandemia do covid-19. Aproximadamente 750 pessoas indicaram ter ido para as ruas depois que a pandemia começou e os principais motivos foram a perda de emprego e de moradia.

OBJETIVOS: Implantar novas modalidades de acolhimento - alternativas, inovadoras, atrativas e de vanguarda – e promover a reforma e readequação do espaço físico para fins de otimizar a vinculação do usuário ao serviço: 1. República para homens e mulheres adultos; 2. Albergue para trabalhadores autônomos; 3. Readequação das Unidades de Acolhimento existentes.

PARCERIAS: SMH, SMTR, SMS,

PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO: Longo Prazo – 9 Meses

INVESTIMENTO: Recursos Humanos; Infraestrutura; Recursos Financeiros

CUSTO ESTIMADO: 3 milhões ao ano.

CASAL DE MORADORES DE RUA NO LARGO DA CARIOLA



Arquivo Documentário Amor de Papelão - 2020

Albergue para casais em situação de rua

DESCRÍÇÃO DA PROPOSTA: Embora o acolhimento institucional esteja efetivado na Cidade do Rio de Janeiro, é sugestivo a ampliação e a mudança no escopo das modalidades de atendimento previstas. O enfrentamento a PSR na Cidade do Rio de Janeiro configura-se, portanto, como um grande desafio para a gestão municipal. O aumento expressivo deste público e as mudanças de alteração no seu perfil apontam para a necessidade de novas proposta de intervenção. O último Censo de População em Situação de Rua realizado em 2020 pela SMAS e pelo IPP estima que existam na Cidade 7.272 pessoas vivendo nesta situação. Dentro de uma escala de motivos que justifiquem a ida para as ruas, os conflitos familiares de diversas de ordem, em especial as separações / rompimento afetivo conjugal, representam 44,6% dos casos, o que configura o lugar de destaque para a relevância dos vínculos afetivos. Observar o campo afetivo e emocional do morador de rua não tem sido uma ótica privilegiada de intervenção das políticas públicas. Trazer este tema dos relacionamentos afetivo-sexuais construídos no espaço da rua para o centro do debate é reconhecer a importância do afeto e dos sentimentos na vida de qualquer indivíduo, independe de sua condição social. Considerando a realidade da PSR estar vinculado afetivamente a um parceiro ou parceira pode ser um elemento agregador e motivador de saída das ruas, a proposta de albergue para casais sustenta-se neste argumento, para além dos preconceitos, estereótipos e concepções morais que permeiam o cotidiano de um morado de rua. Apostar na vinculação afetiva como uma forma de inclusão social contrapõe-se com o rompimento afetivo que resulta na exclusão e no isolamento social.

OBJETIVOS: Ofertar proteção, apoio e moradia subsidiada a fim de promover a redução dos riscos sociais e das vulnerabilidades decorrentes da exposição permanente nas ruas e oportunizar a qualidade de vida por meio da reinserção social e a partir de um plano integrado com outras políticas intersetoriais.

META: 10 Casais (20 pessoas).

PARCERIAS: SMTE, SMS, SME, SMH, SMC

PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO: Longo Prazo – 9 Meses

INVESTIMENTO: Recursos Humanos; Infraestrutura; Recursos Financeiros

CUSTO ESTIMADO: 700 mil ao ano.

TAXA DE PERMANÊNCIA / CUSTOS INDIVIDUAL MENSAL NO ABRIGO CONVENCIONAL ADULTO \$ 2.500 A 6.800



TAXA DE PERMANÊNCIA / CUSTO INDIVIDUAL MENSAL NA HOUSING FIRST \$ 2 MIL

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA HOUSING FIRST



DESCRÍÇÃO DA PROPOSTA:

Esta proposta trata-se de uma recomendação do Governo Federal para as grandes metrópoles e municípios brasileiros, o qual tem disponibilizado recursos financeiros por meio da celebração de convênios entre Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e os municípios interessados. Diante do aumento expressivo da População em Situação de Rua (PSR) na Cidade do Rio de Janeiro é urgente traçarmos estratégias inovadoras e efetivas no que diz respeito a modalidade de acolhimento para este público. O enfrentamento a PSR na Cidade configura-se, portanto, como um grande desafio para a gestão municipal. Esse novo modelo consiste na inversão da intervenção “em escada”, modelo ainda vigente no Brasil, que pressupõe a existência de estruturas continuas e serviços, começando nos centros de acolhimento que vislumbra a habitação individual como uma última etapa do processo. Ao contrário desta perspectiva de intervenção gradual e escalonado, o modelo HF coloca o acesso à habitação permanente e individualizada como ponto de partida e não como a última etapa da intervenção e disponibiliza serviços de apoio ajustados às necessidades concretas dos participantes.

OBJETIVO: Garantir o acesso imediato à moradia de forma permanente e individualizada e assistida.

PÚBLICO ALVO: Homens, mulheres, idosos, público LGBTQ+, famílias com ou sem crianças e pessoas com deficiências que se encontram em situação de rua, conforme a definição da Política Nacional para População em Situação de Rua (2009).

FORMA DE ACESSO: O público alvo do Programa será encaminhado pelas equipes dos CREAS e Centro Pop que fazem o acompanhamento individual e / ou familiar dos usuários. É desejável que os beneficiários do Programa estejam devidamente cadastrados no CADÚNICO, preferencialmente recebendo o benefício do Bolsa Família, para maior efetividade e adesão as propostas do Programa.

CONTRAPARTIDA DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA: Os beneficiários deverão manter seus cadastros no CADÚNICO atualizados, estarem em acompanhamento familiar no CREAS e inseridos no PAEFI. Qualquer intercorrência com os beneficiários as equipes de referência dos CREAS deverão ser imediatamente comunicadas.

PARCERIAS: SMH, SMTR, SMS,

PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO: Longo Prazo – 9 Meses

INVESTIMENTO: Recursos Humanos; Infraestrutura; Recursos Financeiros.

CUSTO ESTIMADO: 6 milhões ao ano para 500 pessoas.

Descrição da Proposta:

Programa de cooperação entre o IRPH e a SME de educação patrimonial nas unidades educacionais da rede pública, através de palestras, passeios, aulas e outros recursos, principalmente digitais, de promoção e divulgação da importância da preservação do patrimônio cultural. A SME já possui um conjunto de apostilas sobre o assunto, mas ainda sem o envolvimento do IRPH. Com um esforço conjunto o trabalho poderá alcançar melhores resultados.

Objetivos:

O patrimônio cultural carioca é formado por diversos bens, de natureza material e imaterial, que configuram remanescências e memória da cidade e do povo carioca. Entretanto, para preservar é preciso conhecer! Um projeto de educação patrimonial integrado é fundamental para que os alunos da rede pública aprendam a conhecer, reconhecer, se envolver e valorizar seu próprio patrimônio, fomentando o desenvolvimento de cidadãos mais conscientes sobre sua cidade e sua história.

Parcerias:

SME

Prazo para implementação: 1 ano

Investimento: Investimento ainda não mensurado

TÍTULO IMAGEM



TÍTULO IMAGEM

ESCOLAS MUNICIPAIS NO CENTRO:**ESCOLA MUNICIPAL CELESTINO DA SILVA****ESCOLA MUNICIPAL CAMPOS SALES****ESCOLA MUNICIPAL REPÚBLICA DA COLÔMBIA****ESCOLA MUNICIPAL RIVADÁVIA CORREA****ESCOLA MUNICIPAL TIRADENTES****ESCOLA MUNICIPAL GUATEMALA****DESCRIÇÃO DA PROPOSTA:****ETAPAS**

1. Realização de vistorias técnicas;
2. Preenchimento dos formulários de relatórios de vistoria técnicas;
3. Elaboração de relatórios fotográficos;
4. Elaboração de escopo de serviços;
5. Elaboração de caderno padrão de especificações técnicas;
6. Elaboração de composição técnica de item de orçamento baseado no SCO-RIO;
7. Educação patrimonial através da realização de ciclo de palestras e visitas nas unidades escolares;
8. Centro – 6 escolas

OBJETIVOS:

Estabelecimento de normas e critérios específicos
Subsidiar a SME e a Riourbe na elaboração de Edital de Licitação
Possibilitar ágil gestão da conservação do patrimônio cultural escolar
Valorização da arquitetura escolar carioca

PARCERIAS: IRPH / Riourbe / SME**PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO: 12 MESES****INVESTIMENTO: Projeto 100% desenvolvido no âmbito da PCRJ**

CENTRO DE ARTES CALOSUTE GULBENKIAN



FÁBRICA DA CENA



Centro de Artes Calouste Gulbenkian

DESCRÍÇÃO DA PROPOSTA:

Modernizar e transformar o centro de artes em uma referência como centro de formação de técnicas das artes para a cena, para o cinema e para o mundo do espetáculo. Hoje são ministradas oficinas de cunho artesanais e independentes de diversos ofícios. A idéia é desenvolver um programa incluindo algumas das disciplinas já existentes e acrescentar muitas outras que transformem o Calouste Gulbenkian em uma fábrica de mão de obra para a economia criativa da cidade, tanto em sua indústria de espetáculo como no mundo digital.

OBJETIVOS:

- 1 - proporcionar ao cidadão carioca e brasileiro a oportunidade de aprender a construir cenários, indumentárias, técnicas de escultura, pintura e marcenaria cênica, produção, técnicas de iluminação e audiovisual.
- 2 - fornecer aos produtores de espetáculos, televisão, cinema, publicidade e comunicação, mão de obra especializada para sua cadeia produtiva.
- 3 - fazer do Centro de Artes Calouste Gulbenkian, um celeiro para busca de talentos na arte do espetáculo e da produção artística.

PARCERIAS: Universidades / Redes de televisão / Produtoras de cinema / Empresas de Publicidade / Teatro / Entidades privadas formando um tripé de sustentabilidade.

PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO: 3 meses

INVESTIMENTO: 2.500M em reforma / **CUSTEIO** 3M/ano*
*estimado

CENTRO MUNICIPAL DE ARTE HELIO OITICICA



GRANDE NÚCLEO



Centro Municipal de Arte Helio Oiticica

DESCRÍÇÃO DA PROPOSTA:

Parceria de cooperação técnica para devolver ao centro de arte o sentido que o originou, de promover a arte contemporânea e de expor em caráter permanente obras do artista Helio Oiticica. Através da curadoria do "Projeto Helio Oiticica" serão realizadas exposições de obras inéditas e obras já conhecidas do artista Hélio Oiticica; exposições sobre os variados movimentos da arte contemporânea: programar eventos, organizar e conceituar exposições, promover palestras e cursos; exposições de curadoria externa para artistas nacionais e estrangeiros alinhados com o "Projeto Helio Oiticica".

OBJETIVOS:

- 1 - proporcionar ao público a oportunidade de conhecer a história da vida e da obra de Hélio Oiticica apresentando as múltiplas faces deste singular personagem que dá nome ao centro municipal de arte contemporânea;
- 2 - divulgar obras inéditas do artista que, mesmo morto há mais de 40 anos, deixou um vasto legado artístico de valor internacional;
- 3 - proporcionar ao público uma experiência única, ocupando não apenas as galerias do centro cultural, como também as ruas da cidade, construindo uma nova dinâmica de exposição;
- 4 - Continuar o trabalho de requalificação para o território e sua vocação para as artes plásticas através de ações do Centro Municipal de Arte Helio Oiticica; Gentil Carioca e outros grupos de artistas.

PARCERIAS: Universidades / Escolas / Entidades privadas formando um tripé de sustentabilidade.

PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO: 3 meses

INVESTIMENTO: 900.000,00 em obras / **CUSTEIO** 2M/ano*

*estimado

Teatro Carlos Gomes 150 Anos



SOBRE O TEATRO CARLOS GOMES

 **Capacidade: 700 espectadores**

 **Prédio de 6 andares com:**

- **Palco**
- **Camarotes**
- **Balcão Nobre**
- **Salas de Ensaio**
- **Salão de Eventos**
- **12 camarins atendendo mais de 40 artistas**

DESCRÍÇÃO DA PROPOSTA:

Proposta de recuperação, reforma e modernização do Teatro Carlos Gomes, um dos palcos mais importantes do Rio e do Brasil. O projeto inclui: Recuperação e iluminação da fachada; Reforma do Salão Guarany; Reparos estruturais; compra de mobiliário; Modernização tecnológica; Criação de espaço colaborativo de criação; Descupinização; instalação de área para Bistrô.

Sua história e seu espaço são essenciais para preservar a memória da cidade e da produção artística nacional. O Teatro é a alma da Praça Tiradentes e palco para as principais peças e artistas da cultura do Brasil. O nome é uma homenagem a Carlos Gomes, o mais importante compositor de ópera brasileiro, autor de 'O Guarani'. **Fundado em 1872, o teatro irá comemorar 150 anos em fevereiro de 2022.** O Teatro Carlos Gomes está situado em quadrilátero cultural na Praça Tiradentes, próximo a outros espaços culturais: CRAB, Museu Hélio Oiticica, Teatro João Caetano, Real Gabinete de Leitura, Galeria de Arte Gentil Carioca entre outros locais históricos.

OBJETIVOS:

Revitalizar um patrimônio histórico nacional, símbolo da cultura carioca;
 Requalificar a praça Tiradentes;
 Impactar o setor produtivo e a cadeia econômica criativa;
 Criar um espaço moderno e tecnológico apto a receber produções nacionais e internacionais ;
 Ser a principal casa de espetáculos cênicos da cidade;

PARCERIAS: buscar meios de sustentabilidade através de parcerias com iniciativa privada

PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO: 12 meses

INVESTIMENTO: R\$ 2.583.567,12

Custeio anual com programação R\$ 2.261.919,22

MUSEU DE ARTE DO RIO - MAR



MAPA DE LOCALIZAÇÃO



Museu de Arte do Rio

DESCRÍÇÃO DA PROPOSTA:

Implementar o Programa Educativo do Museu de Arte do Rio por meio de seu braço educativo, a Escola do Olhar, seguindo as diretrizes do Plano Museológico da instituição e possibilitando uma gama de projetos pedagógicos, educativos e de formação que possibilitem o atendimento a diferentes segmentos de público e a comunicação direcionada do acervo e das exposições mantidos/desenvolvidos pelo museu. O Programa Educativo do MAR está focado na formação estética e nas diferentes manifestações e linguagens artísticas do carioca.

OBJETIVOS:

- Difundir as manifestações culturais e artísticas, sejam elas locais, tradicionais ou acadêmicas;
- Desenvolver espaços de protagonismo para diferentes pessoas, instituições e grupos sociais;
- Aprofundamento da dimensão pública da arte;
- Realizar cursos, oficinas, palestras, seminários nacionais e internacionais gratuitos;
- Atuar como centro de difusão de informação cultural para professores, pesquisadores, artistas, curadores e a comunidade em geral.

PARCERIAS: Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Estadual de Educação, Universidades e iniciativa privada.

PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO: 6 meses

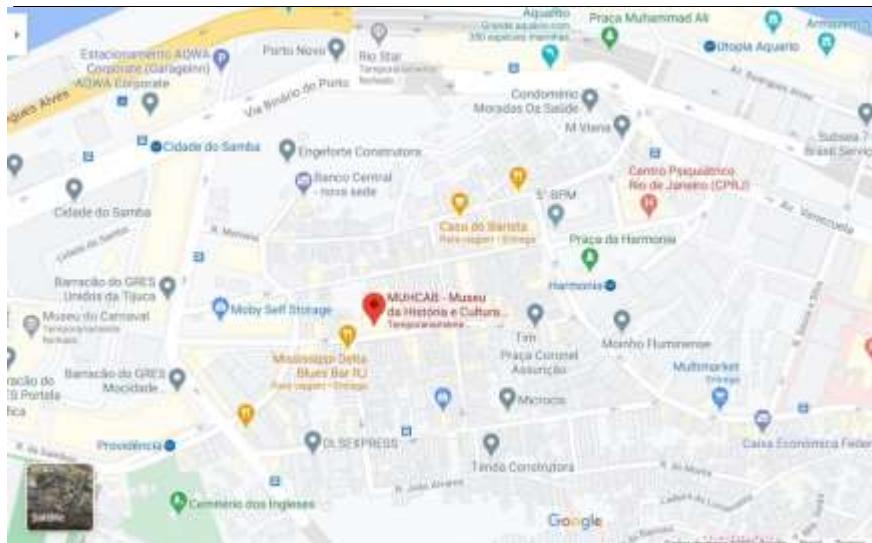
INVESTIMENTO: 1 milhão/ano* para o PROGRAMA EDUCATIVO

*valor estimado

MUSEU DA HISTÓRIA E CULTURA AFROBRASILEIRA - MUHCAB



MAPA DE LOCALIZAÇÃO



DESCRÍÇÃO DA PROPOSTA:

Realizar a reforma estrutural do telhado do Museu da História e Cultura Afro-Brasileira, sediado no prédio da antiga Escola José Bonifácio. Implementar o Programa Educativo do museu e seu território musealizado, seguindo as diretrizes do Plano Museológico da instituição e possibilitando uma gama de projetos pedagógicos, educativos e de formação que possibilitem o atendimento a diferentes segmentos de público, à comunidade local e a comunicação direcionada do acervo, das exposições e da missão mantidos/desenvolvidos pelo museu. O Programa Educativo do MUHCAB está focado na propagação de conceitos e diretrizes de igualdade étnico-racial e no desenvolvimento sustentável da comunidade da zona portuária.

OBJETIVOS:

- Transformar o local em polo catalisador e difusor de práticas de implementação da Lei 10.639, através de ações contínuas com visitantes, professores, alunos e comunidade do território;
- Inserir o museu na rota das instituições culturais da cidade e principalmente ser referência na valorização da cultura Afro Brasileira;
- Difundir as manifestações culturais e artísticas de matriz Afro Brasileira;

PARCERIAS:

Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Estadual de Educação, Museus de diferentes esferas governamentais e internacionais, Universidades e iniciativa privada.

PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO: 6 meses

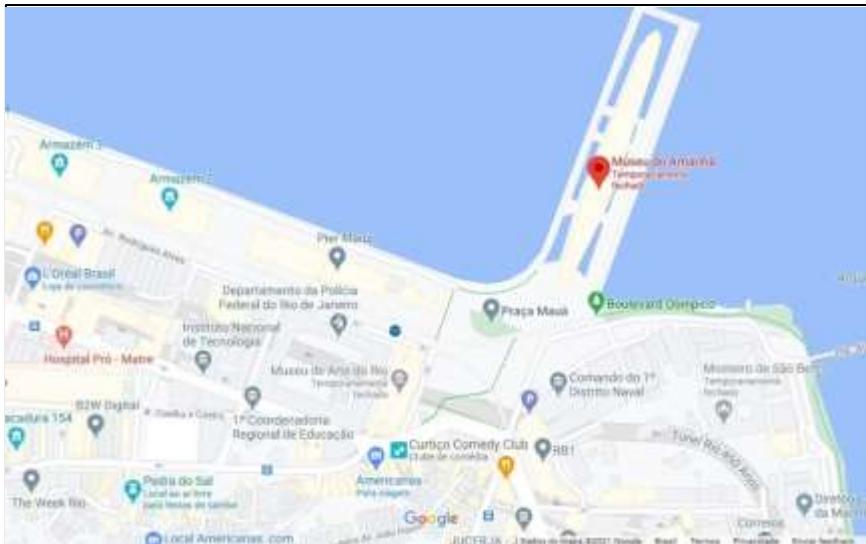
INVESTIMENTO: R\$ 400.000,00 (recuperação do telhado); 1 milhão/ano* para o PROGRAMA EDUCATIVO

*valor estimado

MUSEU DO AMANHÃ



MAPA DE LOCALIZAÇÃO



DESCRÍÇÃO DA PROPOSTA:

Implementar o Programa Educativo do Museu do Amanhã, seguindo as diretrizes do Plano Museológico da instituição e possibilitando uma gama de projetos pedagógicos, educativos e de formação que possibilitem o atendimento a diferentes segmentos de público e a comunicação direcionada dos temas abordados pelo museu e suas exposições. O Programa Educativo do Museu do Amanhã está focado na análise da sociedade do presente e nas perspectivas de construção de diferentes futuros, alicerçados em práticas mais sustentáveis e inovadoras.

OBJETIVOS:

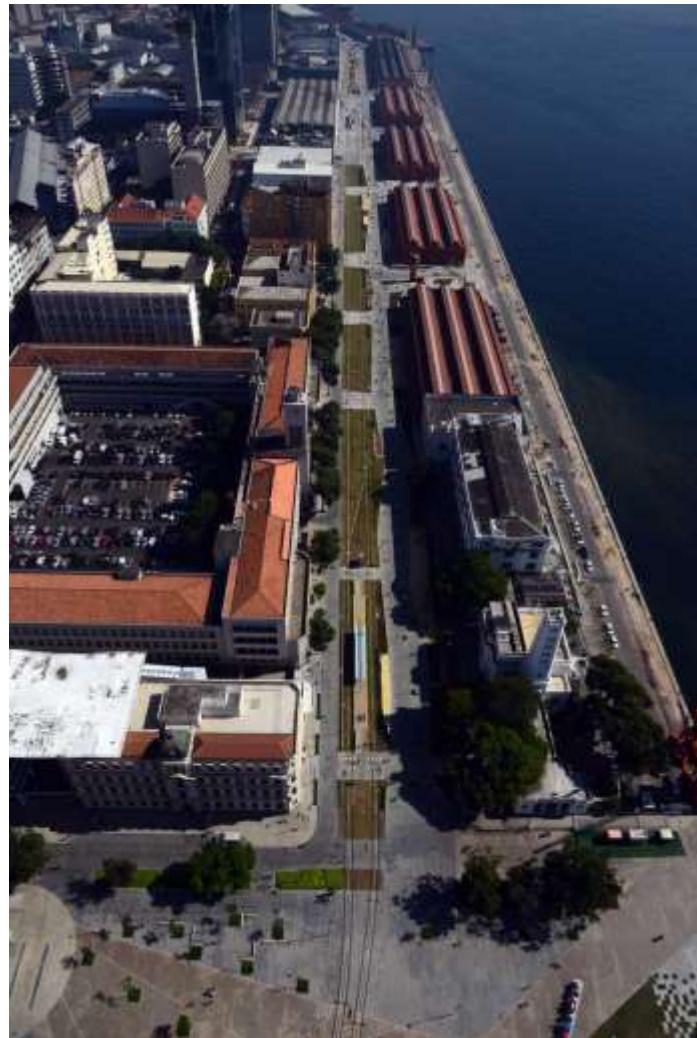
- Promover o debate entre a comunidade brasileira e internacional sobre o futuro da humanidade;
- Realizar cursos, oficinas, palestras, seminários nacionais e internacionais gratuitos;
- Atuar como centro de difusão e pesquisa das ciências aplicadas e da sustentabilidade;
- Promover a aproximação entre a Ciência, a Arte e a Filosofia;
- Divulgar a produção científica nacional e internacional.

PARCERIAS: Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Estadual de Educação, Universidades e iniciativa privada.

PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO: 6 meses

INVESTIMENTO: 1 milhão/ano para o PROGRAMA EDUCATIVO
*valor estimado

Orla Prefeito Luiz Paulo Conde – “Orla Conde”

**DESCRÍÇÃO DA PROPOSTA:**

A oferta de espaços públicos para realização de atividades culturais e eventos é uma ferramenta de oportunidades econômicas que contribui para estimular a sensação de pertencimento das pessoas que utilizam os espaços públicos.

Objetivos: Em preparação para cenário pós Pandemia, a Cdurp trabalha na estruturação de Plano de Ocupação e Desenvolvimento da Orla Conde. A ativação da Orla Prefeito Luiz Paulo Conde tem como diretrizes: dinamização da economia criativa; valorização do patrimônio cultural local; ocupação do espaço público de forma consciente e sustentável; potencialização dos ativos já instalados e ganhos adicionais com novos projetos; atração de novos investimentos; estímulo ao turismo na região; atração de público contínuo para área; criação de receitas adicionais para a CDURP; e geração de renda para a população do entorno com contratação de mão de obra local pelos novos negócios.

Nesse sentido, a Cdurp fez o diagnóstico de possíveis ocupações e ativações na Orla Conde e elaborou um plano de ação envolvendo calendário de eventos, ativações transitórias e instalação de novos equipamentos de entretenimento.

Parcerias Possíveis: Investidores, Produtores de Eventos, Coletivos e ONGs da Região Portuária

Prazo: não estimado

Investimento: não estimado

REVIVER

CENTRO

ANEXO II

RELATORIA DAS REUNIÕES DO GRUPO DE TRABALHO

**CONSTA APENAS NO
PROCESSO N. 02/000.004/2021**



SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO
INSTITUTO RIO PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE

REVIVER

CENTRO

ANEXO III

**LISTAS DE PRESENÇA
DAS REUNIÕES DO
GRUPO DE TRABALHO**

**CONSTA APENAS NO
PROCESSO N. 02/000.004/2021**



**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO
INSTITUTO RIO PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE**

REVIVER

CENTRO

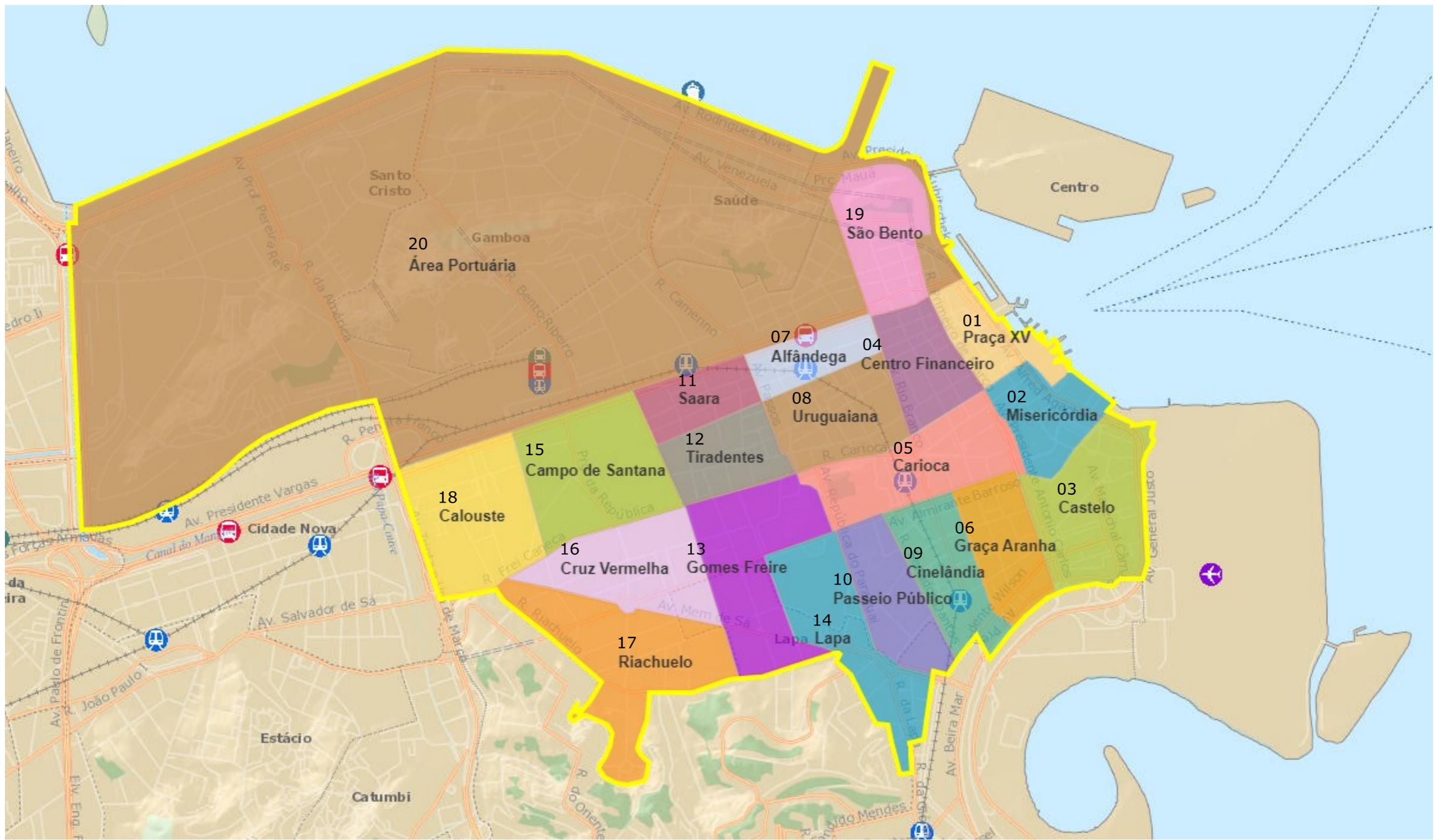
ANEXO IV

MAPA DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO PROJETO REVIVER CENTRO



SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO
INSTITUTO RIO PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO INSTITUTO RIO PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE



REVIVER

CENTRO

ANEXO V

MODELOS DAS FICHAS DE VISTORIA POR SUBÁREA DE VISTORIA

**CONSTA APENAS NO
PROCESSO N. 02/000.004/2021**



SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO
INSTITUTO RIO PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE